

Universidade Federal de Goiás

Faculdade de Educação

Ana Terra Sudário Gonzaga

Narrativas feministas na Psicologia: escritos sobre uma história do (im)possível

Goiânia

2018

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR
VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES
NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: ☒ Dissertação ☐ Tese

2. Identificação da Tese ou Dissertação:

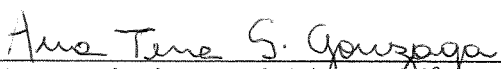
Nome completo do autor: Ana Terra Sudário Gonzaga

Título do trabalho: Narrativas feministas na Psicologia: escritos sobre uma história do
(im)possível

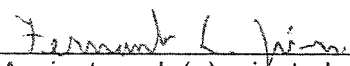
3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento ☒ SIM ☐ NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.


Assinatura do(a) autor(a)²

Ciente e de acordo:


Assinatura do(a) orientador(a)²

Data: 14 / 05 / 2018

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

² A assinatura deve ser escaneada.

Universidade Federal de Goiás
Faculdade de Educação

Ana Terra Sudário Gonzaga

Narrativas feministas na Psicologia: escritos sobre uma história do (im)possível

Trabalho final de mestrado apresentado à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Mestrado, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia, linha de pesquisa Bases Históricas da Psicologia, sob orientação do Prof. Dr. Fernando Lacerda Júnior.

Goiânia

2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Sudário Gonzaga, Ana Terra
Narrativas feministas na Psicologia: escritos sobre uma história do
(im)possível [manuscrito] / Ana Terra Sudário Gonzaga. - 2018.
x, 117 f.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Lacerda Junior .
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás,
Faculdade de Educação (FE), Programa de Pós-Graduação em
Psicologia, Goiânia, 2018.
Bibliografia.

1. Narrativas feministas. 2. Psicologia Social. 3. Psicologia. 4.
Feminismos. I. Lacerda Junior , Fernando , orient. II. Título.

CDU 159.9



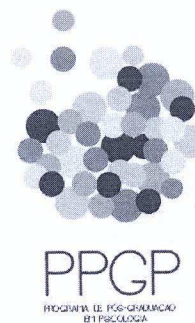
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Universidade Federal de Goiás – Faculdade de Educação

Programa de Pós-Graduação em Psicologia

Rua 235, s/n. Setor Leste Universitário – Goiânia/GO – CEP: 74605-050

Fones: 3209-6215 / www.ppgp.fe.ufg.br / Email ppgpufg@gmail.com



ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE
ANA TERRA SUDÁRIO GONZAGA

Aos **vinete e cinco sete dias do mês de março de dois mil e dezoito (27/03/2018)**, às **16:5** horas reuniram-se os componentes da Banca Examinadora: Prof. Dr. **Fernando Lacerda Junior**, doutor em **Psicologia** pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Prof. Dr. **Francisco Teixeira Portugal**, doutor em **Psicologia** pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Profa. Dra. **Luciana de Oliveira Dias**, doutora em **Ciências Sociais** pela Universidade de Brasília e a Profa. Dra. **Elcimar Dias Pereira**, doutora em **Psicologia Social** pela Pontifícia Universidade de São Paulo para, sob a presidência do primeiro, e em sessão pública realizada nas dependências da Faculdade de Educação, procederem à defesa da dissertação intitulada: **“Narrativas feministas na Psicologia: Escritos sobre uma história do (im)possível”**, em nível de Mestrado, área de concentração em **Psicologia**, de autoria de **Ana Terra Sudário Gonzaga**, discente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Goiás. A sessão foi aberta **pelo presidente** da Banca Examinadora, Prof. Dr. **Fernando Lacerda Junior** que fez a apresentação formal dos membros da Banca e deu-se início à apreciação e avaliação do texto. A Banca Examinadora, após a apreciação e avaliação do texto apresentado, decidiu considerá-la **aprovada**. Os trabalhos foram até às **19:35** horas e eu, **Maria do Rosário Silva Resende**, Vice Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da FE/UFG, lavrei a presente ata que assino acompanhada dos membros da Banca Examinadora. Goiânia, **aos vinte e sete dias do mês de março de dois mil e dezoito**.

Prof. Dr. **Fernando Lacerda Junior** (Orient.)

Prof. Dr. **Francisco Teixeira Portugal**

Prof^a. Dr^a. **Elcimar Dias Pereira**

Profa. Dra. **Luciana de Oliveira Dias**

Profa. Dra. **Maria do Rosário Silva Resende** (Vice Coordenadora do PPGP)

“Não consigo dormir. Tenho uma mulher atravessada entre minhas pálpebras. Se pudesse, diria a ela que fosse embora; mas tenho uma mulher atravessada em minha garganta” (Galeano, 2005, p. 90).//

Agradecimentos

Acredito que agradecer é retribuir um pouco do afeto, inspiração e cuidado que recebemos em nossas caminhadas.

Agradeço a minha família, que mesmo quando não compreendiam bem minhas angústias da pós graduação, me ofereceram suporte emocional, acolhimento e cuidado, principalmente nos últimos meses de finalização.

Agradeço ao Gustavo, meu companheiro, que em todo esse processo se fez presença e presente, com seus ouvidos atentos, seu amor e sua torcida incondicional por minhas conquistas.

Agradeço ao Fernando, meu orientador, que além de ter se tornado um amigo, me ensinou com seu exemplo e permitiu de forma generosa que eu tivesse mais dúvidas do que certezas.

Agradeço ao Prof. Francisco e a Profª. Tatiana, que contribuíram cuidadosamente no Exame de Qualificação e nos rumos que o trabalho tomou posteriormente.

Agradeço a Profª. Luciana, a Profª. Elcimar e ao Prof. Francisco que leram atenciosamente o trabalho na defesa da dissertação e deixaram possibilidades futuras para novas inquietações.

Agradeço as colegas de mestrado, agora também confidentes e amigas, que tornaram o mestrado muito mais leve e menos solitário. Entre todas(os), agradeço especialmente a Flávia, a Eliana, a Laura, ao Marcelo, a Tathiane e a TathIELy.

Agradeço as(aos) integrantes do Grupo de Estudos em Psicologia e Marxismo, que alimentaram minhas manhãs de terça-feira com discussões animadas, e acabaram tornando-se amigas(os) e cúmplices. Entre todas(os), agradeço especialmente a Evelin, ao Gustavo, a Karla, a Karina e ao Lucas.

Agraço as mulheres do grupo T-SER, incluindo minha parceira de atendimento Priscilla, que durante um ano em que tive a oportunidade de acompanhá-las, me nutriram e me desafiaram constantemente sobre as diferentes formas de ser mulher.

Agradeço as minhas amigas e amigos, que sempre foram braços acolhedores, pacientes em minhas ausências e companheiras(os) em todos os momentos. Entre todas(os), agradeço especialmente a Isana e a Mônica.

Agradeço, por fim, a todas e todos que passaram em minha vida nesse período, alimentando minha caminhada e inspirando outros sentidos. Entre todas(os), agradeço especialmente aos irmãos de fé, as(aos) companheiras(os) de militância e as companheiras do Ocupa Madalena.

Agradeço a CAPES que financiou a presente pesquisa.

Sumário

Resumo	ix
Abstract.....	x
Introdução.....	11
1. Sobre o desenvolvimento deste estudo	15
Capítulo 1 - Contando Histórias Feministas: Movimentos Feministas na História	18
1.1 A Opressão das Mulheres: Narrativas ao Longo da História	22
1.2 Retomando o Percurso do Movimento Feminista	28
1.2.1. Movimento feminista latino-americano: (re)conhecendo nossas histórias.	36
1.3. Notas sobre os movimentos feministas na história	48
Capítulo 2 - Psicologia e os Estudos Feministas: Encontros (Im)possíveis?.....	51
2.1. Contexto de Emergência da Psicologia	51
2.1.1. Constituição da razão moderna e as concepções de gênero.	51
2.2. Psicologia: Estado, Propriedade e Individualismo	56
2.3. Psicologia e a Racionalidade	58
2.2. A Psicologia em Articulação com os Estudos Feministas e de Gênero	60
2.2.1. Feminismos como projeto científico.	61
2.2.2. Representações sobre o “gênero” na Psicologia.	62
2.2.3. Debates e impasses na relação dos estudos feministas e de gênero na Psicologia.	68
2. 3. Notas sobre a Psicologia em interface com os estudos feministas e de Gênero .	72
Capítulo 3 - Psicologia Social nas Tramas Feministas e de Gênero	75
3.1. Constituição e Correntes da Psicologia Social: Primeiro Período	77
3.2. Constituição e Correntes da Psicologia Social: Segundo Período	79
3.3. Constituição e correntes da Psicologia Social: Terceiro período	86
3.3.1. “A crise dos anos 70”.	88

3.3.2. Os anos pós “crise dos anos 70” e a busca por correntes alternativas para uma Psicologia Crítica.	92
3.3.3. Do centro às margens: esforços para pensar uma Psicologia Social Latino-Americana.	94
3. 4 Notas sobre os feminismos em articulação com a Psicologia Social.....	100
Considerações	102
Referências.....	106

Resumo

No presente trabalho, realizamos uma revisão de literatura das manifestações feministas na história da Psicologia e, especialmente, da Psicologia Social. Almejamos com esse estudo destacar quais foram as representações de gênero na Psicologia que comparecem em diferentes períodos históricos e compreender como essas manifestações se relacionam historicamente com a consolidação da Psicologia. Para tanto, utilizamos a história como instrumento e recurso de análise, assim como referenciais teórico-metodológicos dos estudos feministas e dos estudos provenientes da Psicologia Social Crítica. O trabalho foi estruturado da seguinte forma: No primeiro capítulo, apresentamos algumas narrativas históricas das opressões das mulheres no ocidente, seguido pela discussão da constituição dos movimentos feministas; no segundo capítulo, apresentamos um panorama histórico da ciência moderna e principalmente da Psicologia, buscando compreender como tais produções pensavam as questões de gênero. Posteriormente, investigamos acerca das representações de gênero na Psicologia até as perspectivas contemporâneas; no terceiro capítulo, realizamos uma discussão sobre a história da Psicologia Social, refletindo acerca das possibilidades e impasses nas articulações com as temáticas feministas e de gênero.

Palavras-chave: Feminismo; Psicologia; Narrativas históricas; Psicologia Social

Abstract

In the present work, we carry out a literature review of feminist manifestations in the history of Psychology and, especially, of Social Psychology. We aim with this study to highlight the gender representations in Psychology that appear in different historical periods and to understand how these manifestations are related historically to the consolidation of Psychology. For this, we use history as an instrument and resource for analysis, as well as theoretical-methodological references of feminist studies and studies from Critical Social Psychology. The paper was structured as follows: In the first chapter, we present some historical narratives of the oppression of women in the West, followed by the discussion of the constitution of the feminist movements; in the second chapter, we present a historical panorama of modern science and especially of Psychology, trying to understand how such productions thought about gender issues. Subsequently, we investigated the representations of gender in Psychology to contemporary perspectives; in the third chapter, we discussed the history of Social Psychology, reflecting on possibilities and impasses in articulations with feminist and gender issues.

Keywords: Feminism; Psychology; Historical Narratives; Psychological Social

Introdução

Como apresentar este trabalho guardando tantas inquietações? Qual pode ser nosso ponto de partida? Joan Scott (1994) considera que a política é o processo pelo qual as relações de poder e saber constituem a identidade e a experiência, sendo, portanto, a política feminista e os estudos feministas e de gênero, partes imbricadas de um mesmo projeto político feminista. Mas como lidar com os ruídos provocados pela enunciação de um trabalho feminista? Tomamos emprestado as palavras de Guacira Lopes Louro (1997, p. 142).

Algumas vezes me vi embaraçada pela adjetivação -feminista. Como incorporá-la ao trabalho acadêmico, mais especialmente, como incorporá-la à atividade de investigação de modo que esse trabalho e essa investigação fossem respeitados como sérios, críticos, dignos de atenção e credibilidade? Que representações são acionadas quando alguém afirma que é uma pesquisadora ou um pesquisador feminista? Afinal, o que significa ser, hoje, feminista?

Refletimos que enunciar um trabalho feminista tem a ver com evidenciar a não neutralidade em relação aos nossos objetos de pesquisa, assim como também significa permitir a visão de interlocutoras e interlocutores acerca de nossos próprios atravessamentos pessoais e políticos enquanto pesquisadoras e pesquisadores.

Dessa forma, o interesse dessa pesquisa começou com minha¹ militância nos movimentos sociais, especificamente em movimentos feministas, o que resultou na participação em grupos de estudos direcionados à temática, participação em coletivos, formações em gênero e etc. No ano de 2015, participei de uma pesquisa sobre metodologias feministas em trabalhos de pesquisa-ação na Psicologia com a Profª. Dra. Lenise Santana Borges. No mesmo ano realizei o trabalho de conclusão de curso da graduação sob sua orientação, no qual investiguei, a partir do Construcionismo Social, acerca das produções que estabeleciam um diálogo entre a Psicologia e os Feminismos por meio de um mapeamento bibliográfico realizado nos portais do Scielo e da CAPES entre os anos de 2002 e 2014. Neste estudo, identifiquei produções que defendem e realizam práticas que se intitulam como feministas na Psicologia, com um predomínio de produções na Psicologia Social. Esses resultados inquietaram-me a continuar

¹ Ao longo do trabalho, optamos por utilizar da linguagem na primeira pessoa do plural, em função do entendimento de que esse não é um trabalho construído por uma pessoa só, mas é resultado das contribuições do orientador e de coletividades diversas que colaboraram para pensar a temática. No entanto, excepcionalmente nos parágrafos iniciais da introdução utilizaremos da primeira pessoa do singular pois consideramos interessante evidenciar de quais lugares e posições partem a autora deste trabalho.

pesquisando, de forma mais aprofundada durante o mestrado, sobre como se dão as articulações feministas na história da Psicologia.

No período de 2015/2 a 2016/1, atuei como educadora social no Centro de Referência em Direitos Humanos do Cerrado em Goiânia, estado de Goiás, onde, junto a uma equipe interdisciplinar, realizamos ações de promoção e disseminação de Direitos Humanos a partir da educação popular. Ao entrar no mestrado e ser orientada pelo Prof. Dr. Fernando Lacerda Jr., comecei a participar do Grupo de Estudos em Psicologia e Marxismo, espaço que permitiu o contato com outros referenciais teóricos e a formulação de novos questionamentos para a minha trajetória. No período entre 2016/2 e 2017/2, atuei junto a outra terapeuta em um grupo de mulheres na perspectiva feminista e da Terapia Narrativa. Também participei de um grupo de percussão de mulheres, chamado Batuque Feminista, e integrei um coletivo chamado Ocupa Madalena, que encontra suas bases no Teatro do Oprimido para realizar investigações cênicas sobre a opressão das mulheres. Atualmente, estou lecionando disciplinas de Psicologia em uma faculdade privada de Araguaína, estado do Tocantins.

Embora meu percurso enquanto pesquisadora seja breve, ele está constituído por diversos espaços, que transitam por diferentes perspectivas teóricas e práticas da Psicologia, por vivências em âmbitos diferentes do movimento feminista e pela aproximação pessoal em áreas como a arte e a educação. Esses lugares movimentam-me constantemente com dúvidas e desafios, mas também me colocam muitas vezes em encruzilhadas difíceis, em função das divergências que atravessam esses espaços. Acrescento, ainda, a sensação de que o curto período para o cumprimento das disciplinas, para realização das leituras e escrita da dissertação não são suficientes para o amadurecimento teórico necessário no debate de algumas questões.

Utilizando as palavras de Sandra Harding (1987), as perguntas que os grupos oprimidos desejam que sejam respondidas não almejam verdades únicas, mas são perguntas que almejam, acima de tudo, entender como são construídas as situações de desigualdade e como estas se estruturam, com o intuito de superar as forças que atuam contra a emancipação. Dessa forma, os projetos de investigação feminista originam-se e alimentam-se principalmente das experiências de mulheres na luta política. Donna Haraway (1995), refletindo acerca da posição de pesquisadora feminista, defende que adotemos a perspectiva parcial, para, somente assim, ver de forma objetiva. Tal postura significa assumir uma visão que não promete transcendência, mas que explícita, no percurso de pesquisa, de que lugar parte e como se constituem as concepções teóricas e políticas. Significa ocupar uma posição que pode ser vista, assim como pode ser responsabilizada.

Sobre a perspectiva parcial, Haraway (1995) alerta que existe um grande perigo de romantização ou apropriação quando se alega ver a partir da posição dos oprimidos, como se estes fossem inocentes ou isentos da avaliação crítica e da interpretação apenas porque se enunciam como oprimidos. Assim, me situo, como pesquisadora, militante feminista e psicóloga, mas também como latino-americana, branca e de classe média. Compreendo que, inevitavelmente, essas posições atravessam as minhas constituições. Ao mesmo tempo, tornam-me ainda mais responsável sobre quem são os sujeitos e os grupos que trago como interlocutores dessa dissertação e sobre quais narrativas não são vistas. Para Patrícia Hill Collins (1998), essas múltiplas constituições dos sujeitos podem ser pensadas como limites e lugares onde o indivíduo é um forasteiro, que habita zonas fronteiriças, advogando a favor de um esforço epistemológico consciente. A tentativa que se faz, é, portanto, a de formular posições éticas e atuar a partir delas, entendendo que o conflito é parte constitutiva desse processo.

Para nossa reflexão sobre a relação entre os feminismos e a Psicologia, recorreremos à história. Nosso intuito, é articular as diferentes narrativas históricas sobre os feminismos e a Psicologia a possíveis efeitos e implicações dessa relação no presente. No entanto, tal exercício não é uma tarefa simples, já que falar sobre história é sempre um exercício de construir narrativas e versões da realidade. E como construir tais narrativas? Sobre quais sujeitos e quais realidades? Tradicionalmente, a forma reconhecida de se fazer história tem sido a positivista ou a empirista, concebida na maior parte das vezes como um registro fiel da realidade (Scott, 1994). Joana Pedro (2005) destaca que, comumente, esse tipo de narrativa visibiliza personagens masculinos, que participaram de guerras e/ou governos, e considera que tal modelo foi consagrado como uma forma de “permanecer nas grandes histórias”, não havendo espaço para mulheres e homens que não ocupam esses lugares de poder.

Ao pensar acerca da constituição dos campos de conhecimentos nas ciências sociais e, considerando o paradigma científico estabelecido, pode-se afirmar que a Psicologia esteve, desde o seu início, fortemente atrelada aos pressupostos positivistas, adotando concepções como a cisão sujeito-objeto, neutralidade e universalidade a-histórica. A incorporação de tais concepções torna-se perigosa, na medida em que o conhecimento psicológico passa a refletir ideias dominantes da sociedade ocidental de forma a-histórica e como se fossem universais. Em contrapartida, defendemos que a própria cultura e a ciência encontram-se situadas no tempo, no espaço e que são atravessadas por interesses sociais, econômicos e políticos (Siqueira, 2008; Fonseca, 2008).

Além disso, a produção da psicologia como ciência inaugurada no século XIX instaurou-se respondendo necessidades de regulação das populações urbanas pelos governos. Assim, atuou hegemonicamente, como saber disciplinar a serviço da dominação e da domesticação social, especialmente abordando as questões de classe, gênero e raça (Fonseca, 2008). Em relação ao gênero, Maria Juracy Toneli Siqueira (2008) concebe que o mundo ocidental tem sido marcado pela dominação masculina. Podemos perceber, que, apesar das mulheres e suas narrativas estarem presentes em toda a história da humanidade, a tradição intelectual do Ocidente foi hegemonicamente dominada por homens e constituída a partir do ponto de vista masculino (Tarnas, 2000).

Até mesmo na linguagem, a palavra homem é utilizada para se referir a todos os sujeitos de forma generalizada e transcendental (Siqueira, 2008). Na Psicologia hegemônica não foi diferente. Desde o seu surgimento, atuou se apropriando e reforçando as desigualdades de gênero já existentes. Por meio de produções como os testes de capacidade motora, de temperamento e, posteriormente, de personalidade e em áreas como a Psicologia Experimental, a Psicologia Evolucionista, a Psicologia do Desenvolvimento e outras, o status de conhecimento científico da Psicologia foi utilizado para retratar mulheres e homens majoritariamente de maneira dual, estável e essencialista. Assim, as diferenças entre os gêneros foram apropriadas e reproduzidas justificando, legitimando e reforçando a posição subalterna das mulheres (Amâncio, 1992).

Todavia, desde a segunda onda feminista ao longo dos anos 1960, a produção no campo da Psicologia tem sido criticada e questionada. Esses questionamentos resultaram em articulações diversas que, longe de serem consensuais, passaram a abranger também estudos sobre raça, gênero, movimentos sociais, identidades *queers* e outras temáticas (Saavedra & Nogueira, 2006). Porém, é necessário reconhecer que permanece uma grande discrepância entre a qualidade das produções feministas recentes e a marginalidade desses estudos em disciplinas e programas de formação, tal como se pode notar por meio de uma análise de manuais, monografias e programas universitários (Scott, 1995).

Ao trazer para os contextos latino-americano e brasileiro, as articulações entre os feminismos e a Psicologia assumem características próprias. Por exemplo, há a forte vinculação do movimento feminista com outras lutas sociais (Sternbach, Navarro-Aranguren, Chuchryk, & Alvarez, 1994); a preocupação da Psicologia Social no Brasil, desde 1970, com os estudos sobre minorias (Siqueira, 2008); a crescente produção sobre estudos de gênero no Brasil nos anos 1980 e 1990, ao mesmo tempo em que tal crescimento tem se limitado às pós-graduações

(Narvaz & Koller, 2007); a forte disparidade entre os avanços das políticas públicas brasileiras em questões que favorecem as mulheres e os números assustadores de violência contra as mesmas ² (Galinkin & Ismael, 2011; Mapa da Violência contra as Mulheres, 2015).

1. Sobre o desenvolvimento deste estudo

Inicialmente, o presente trabalho tinha como objetivo realizar uma crítica feminista acerca das manifestações feministas e de gênero na Psicologia Social brasileira entre 1986 e 2015. Para tanto, iríamos realizar uma pesquisa bibliográfica no periódico da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO) - a revista “Psicologia & Sociedade” (P&S). No entanto, após as contribuições da banca de qualificação e ao longo do desenvolvimento dos primeiros capítulos, tornou-se maior a seguinte inquietação: será que é possível atender aos objetivos de conhecer as diversas manifestações feministas na história da Psicologia Social, considerando as manifestações políticas e sociais da realidade utilizando como fonte da pesquisa um periódico científico?

Com esse impasse, refletimos que a tentativa de investigar os feminismos na história da Psicologia Social sob uma perspectiva mais ampla e transdisciplinar, seria reduzida quando limitada a um periódico científico especializado, em função de suas próprias dinâmicas estruturais. Apesar da revista Psicologia & Sociedade representar um espaço de importância científica na circulação dos debates da Psicologia Social brasileira, suas produções são organizadas por critérios de aceite e parâmetros de regulação científica que, implicitamente, incluem ou excluem certas narrativas, assim como poderíamos perder de vista outras discussões que rompem com as barreiras disciplinares da Psicologia.

Dessa forma, no presente trabalho, optamos por realizar uma revisão de literatura acerca das manifestações feministas na história da Psicologia e, especialmente, da Psicologia Social. Segundo Barros (2011), a revisão de literatura representa uma conversação teórica, de criação, apoio e/ou crítica às produções já realizadas acerca do tema investigado. Para o aporte teórico, utilizaremos as contribuições da Psicologia Social Crítica (PSC), principalmente das vertentes que se aproximam de leituras latino-americanas e marxistas, assim como da literatura feminista. Segundo Ferreira (2010), o campo da PSC abarca diferentes posturas teóricas, passando pelo

² Segundo o relatório, entre 2003 e 2013, o número de vítimas do sexo feminino passou de 3.937 para 4.762, incremento de 21,0% na década. Essas 4.762 mortes em 2013 representam 13 feminicídios diários. Para ver mais informações, acessar: http://www.mapadaviolencia.org.br/mapa2015_mulheres.php

construcionismo, pela psicologia discursiva, pela psicologia feminista, até a psicologia marxista e outras concepções. Na PSC é possível encontrar tanto críticas à sociedade atual e à produção de conhecimento em Psicologia, como a defesa da mudança social e de posicionamentos contra as diferentes opressões. Contudo, é importante salientar que a PSC não é um bloco monolítico e está permeada por conflitos importantes que serão destacados mais adiante.

Em relação às reflexões oriundas dos estudos feministas e de gênero, podemos dizer que seu objetivo principal está em produzir e disseminar saberes para as lutas políticas das mulheres. Se constitui como um campo múltiplo e divergente, mas que encontra, principalmente, na crítica à ciência tradicional e na defesa de epistemologias feministas diferentes caminhos e estratégias de como se pode construir um saber feminista (Sardenberg, 2007). Evidenciamos, aqui, alguns posicionamentos e recursos de análise que adotaremos neste trabalho: a) o entendimento de como os significados subjetivos e coletivos de homens e mulheres, enquanto categorias fixas de identidade, foram construídos na história, considerando-os como variáveis e contraditórios (Scott, 1995); b) o “conhecimento localizado”, ou seja, a ideia de que todo conhecimento deve ser entendido a partir do seu contexto histórico, político e temporal (Harding, 1987); c) a “reflexividade”, o movimento dialógico da pesquisadora e do pesquisador em analisar criticamente a sua própria produção e de refletir sobre como ela afeta a comunidade (Olesen, 2007); d) a “interseccionalidade” ou “consustancialidade”, entendendo como o entrelaçamento de marcadores - raça, classe, gênero, orientação e localização geográfica - produz relações e opressões diferentes e compreender como eles operam na produção de desigualdades (Sardenberg, 2007); e) as “relações de poder”, ou seja, conceber que todas as relações são perpassadas por relações de poder mais ou menos desiguais e entender como pesquisadoras e pesquisadores usam os seus lugares na relação com o objeto de pesquisa (Haraway, 1995).

Em relação à utilização da história como organização da escrita e recurso de análise, Tania Navarro Swain (2014) considera que a história androcêntrica tem atribuído poder ao que é masculino e diminuído as mulheres à maternidade e aos seus corpos, reforçando dualidades já existentes em outros espaços. Quando inseridas nas histórias “oficiais”, as mulheres acabam, muitas vezes, relegadas a papéis subalternizados, minorizados ou objetificados. Scott (1994) parte da perspectiva de que a história é uma narrativa da forma como os sexos se organizaram através do tempo, e que, portanto, não está isenta de posicionamentos, vozes e sujeitos.

Pensar sobre essas questões nos impulsiona no sentido de questionar nossa própria formação e construção do que concebemos como história, para buscar não somente os

elementos explícitos nas narrativas encontradas, mas questionando quais aspectos e sujeitos são esquecidos nessas histórias em razão da raça, etnia e classe, tanto quanto em razão do gênero. Nesse movimento, Swain (2014) nos lembra que “os intrincados acontecimentos sociais, ilimitados e infinitamente complexos deixaram uma profusão de pistas, traços, monumentos, pinturas, grafismos que exprimem os mistérios de mundos inesperados” (p. 616).

O objetivo geral do presente trabalho é entender as manifestações feministas na história da Psicologia e, especialmente, da Psicologia Social. Como objetivos específicos, pretendemos: a) destacar quais foram as representações de gênero na Psicologia que comparecem em diferentes períodos históricos; b) compreender como essas manifestações se relacionam historicamente com o percurso da Psicologia observando, especialmente, como os movimentos feministas provocaram e influenciaram disputas teóricas e políticas, assim como quais opressões são articuladas ou não às opressões de gênero.

Organizamos o trabalho da seguinte forma: apresentaremos três capítulos de estudos bibliográficos. No primeiro, apresentaremos algumas narrativas históricas das opressões das mulheres no Ocidente, seguido pela discussão da constituição de alguns movimentos feministas. No segundo, apresentaremos um panorama histórico da ciência moderna e principalmente da Psicologia, buscando compreender como tais produções pensavam as questões de gênero. Posteriormente, investigaremos acerca das representações de gênero na Psicologia até as perspectivas contemporâneas. No terceiro, faremos uma discussão sobre a história da Psicologia Social refletindo acerca das possibilidades e impasses nas articulações com as temáticas feministas e de gênero.

Capítulo 1 - Contando Histórias Feministas: Movimentos Feministas na História

Para compreender a presença das discussões feministas e dos estudos de gênero na Psicologia, especialmente na Psicologia Social, consideramos interessante apresentar narrativas gerais dos feminismos, assim como narrativas das histórias latino-americanas e brasileira. Dessa forma, este capítulo tem como objetivo discutir alguns processos de constituição dos feminismos para entender o desenvolvimento das suas diferentes expressões enquanto movimento social, político e teórico. Nesse sentido, também desejamos destacar o significado da luta política e os efeitos das lutas feministas para as mulheres.

Antes, no entanto, algumas perguntas importantes e que estão em disputa se colocam. O que são os feminismos? O que se entende por gênero? O que define o que é uma mulher? Apesar de serem noções que se articulam, comumente existe uma confusão quanto à utilização dos diferentes termos e conceitos, o que, conseqüentemente, gera significados e endereçamentos políticos diferentes em cada utilização. Como nos recorda Cecília Maria Sardenberg (2007), o pensamento feminista é um terreno de profundos embates plurais e conflitantes. Se a diversidade de posições enriquece os debates críticos sobre a sociedade, ao mesmo tempo, impossibilita afirmar que há uma forma universal de feminismo. Ou seja, é possível apenas fazer algumas escolhas teóricas e alertar que as posições adotadas não são rígidas e nem se pretendem estabelecer como verdades únicas.

Mesmo que não exista consenso, é importante compreender o que os conceitos expressam e quais são as possíveis intencionalidades que se relacionam em suas diferentes utilizações. Assim, por exemplo, segundo o Dicionário Crítico do Feminismo (Hirata, Laborie, Doaré & Senotier, 2009), a expressão “movimentos feministas” abarca, em uma mesma denominação, diversas vertentes: movimentos de mulheres, feminismo liberal, feminismo radical, feminismo socialista, feminismos negros e todas as manifestações dos movimentos atuais. Já a expressão “movimentos de mulheres” não contém esse mesmo significado, pois nem todos os movimentos de mulheres necessariamente são feministas ou exigem direitos específicos para as mulheres. Alguns chegam, até mesmo, a criticar os movimentos feministas.

Londa Schiebinger (2001) ajuda apresentando algumas distinções: “mulher”, “gênero”, “fêmea”, “feminino” e “feminista”. Em sua concepção, “mulher” refere-se a um indivíduo específico; “gênero”, por sua vez, versa as relações de poder entre os sexos e abarca tanto homens quanto mulheres; “fêmea” designa o sexo biológico; “feminino” refere-se aos

comportamentos e performances esperados para as mulheres; e, “feminista” demarca uma política.

Simone de Beauvoir (1970), ao indagar sobre o que é uma mulher, questiona quais são os critérios que validam e desvalidam o reconhecimento social de uma pessoa como mulher. Quando escutamos no cotidiano “isso não é coisa de mulher”, “mulher não faz isso”, “mulher não é assim”, sobre o que se trata essa mulher? Qual é a imagem que se tem dela? A autora destaca o paradoxo de que, se por um lado é fundamental reconhecer a existência concreta de grupos minoritários como as mulheres, é preciso, também, recusar noções essencialistas, tal como a ideia de um eterno feminino. Por isto, é importante considerar que identificar uma pessoa biologicamente como do sexo feminino não é a única maneira de se reconhecer uma mulher, pois há, por exemplo, as mulheres transexuais.

Para Pierre Bourdieu (2002), as definições sobre o que é o masculino e o feminino derivam de justificativas biológicas construídas no mundo social e conformadas de acordo com princípios de uma visão mítica do mundo³. Tais definições inserem-se em um sistema de representações interconectado, binário e de oposições. Alguns exemplos são as polarizações entre alto/baixo, positivo/negativo, seco/úmido, céu/natureza, público/privado e, obviamente, masculino/feminino. Quando esses esquemas de pensamento se inscrevem na objetividade, por exemplo, a partir da divisão social do trabalho, há um processo de naturalização das oposições que é confirmado nas experiências do cotidiano. Nesse sentido, o autor argumenta que desconsiderar as condições sociais que possibilitam tais concepções significa ocultar quais são as estruturas que mantêm tal sistema oposições e contribui, assim, para a permanência de uma lógica circular de dominação.

Ainda segundo Bourdieu (2002), a socialização de gêneros é um longo processo de transformação coletiva dos corpos, pelo qual são definidos usos legítimos para a utilização do corpo – e da subjetividade – em cada gênero. Para os homens, por exemplo, evidenciam-se “ritos de separação”, isto é, uma passagem do mundo materno ao mundo da masculinidade que se dá por meio do corte do cabelo das crianças, da circuncisão e do estímulo a jogos que remetem à ideia de virilidade. Já as mulheres, são estimuladas a continuarem vinculadas ao mundo materno. Seu processo de socialização é marcado por um disciplinamento contínuo do corpo, produzido, por exemplo, pelos penteados, trajes apertados, pernas fechadas, sapatos

³ Essa visão mítica do mundo se dá desde a cosmologia da sociedade Cabília. Se tratando de uma região montanhosa no norte da Argélia, Bourdieu (2002) justifica tal referência pois defende que essa se constituiu como uma sociedade falocêntrica e de visão falo-narcísica, que influenciou consideravelmente outras sociedades mediterrâneas posteriores.

desconfortáveis e outras marcas corporais que criam o cerco invisível do confinamento simbólico. Assim, as mulheres não são definidas, somente, pelo oposto do que é positivo no masculino, mas pela falta do que nele existe (Bourdieu, 2002).

Destaca, ainda, que a força da dominação na ordem masculina é o fato dela dispensar justificção. Como é considerada neutra e reflexo do que é verdadeiro, ela não existe e, portanto, não precisa ser questionada (Bourdieu, 2002). Na concepção de Beauvoir (1970), a especificidade na situação das mulheres é que elas foram condicionadas, em sua constituição histórica, como o Outro dentro de uma totalidade, representada pelo casal, em que dois termos são necessários. O Homem é tomado como parte essencial e necessária de si, sem o qual o Outro não pode ser. Para exemplificar seu raciocínio, a autora resgata a dialética senhor-escravo de Hegel. Ambos estão unidos por uma necessidade econômica, na qual o primeiro detém o poder de satisfazer a necessidade, enquanto o escravo, por dependência, esperança ou medo, interioriza a necessidade que tem do senhor, em uma relação na qual o opressor está constantemente em vantagem.

No senso comum, utilizamos a palavra “gênero” para fazer referência ao “feminino” ou “masculino”, nominando, gramaticalmente e de forma classificatória em relação ao sexo biológico, os seres vivos em um “sistema consensual” de diferenciações. Todavia, sua utilização ganha um sentido muito diferente quando os movimentos feministas da segunda onda feminista passam a utilizar a palavra “gênero” em substituição à palavra “sexo”, com o intuito de reforçar o caráter cultural e relacional das diferenças atribuídas aos comportamentos de homens e mulheres, assim como rejeitar o determinismo biológico no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual”. Posteriormente, gênero passou por diferentes apropriações nos movimentos sociais LGBTTQs⁴ e outros (Scott, 1994; Pedro, 2005).

Segundo Eliane Gonçalves (2015), o conceito de “gênero” tem sido construído continuamente na tensão entre o que já está estabelecido e as novas necessidades que emergem dos processos históricos. Nesse sentido, a autora traz alguns problemas para pensar o conceito. Em primeiro lugar, ela considera complexo conceituar “gênero”, pois sua definição está, desde as primeiras formulações teóricas, atada à categoria “sexo”, uma categoria extremamente controversa. Em segundo lugar, ela questiona se a falta de um acordo linguístico universal não tornaria mais complicada sua conceituação ou se não seria inerente à própria categoria “gênero” as características de multiplicidade e contradição. Não será nosso objetivo responder essas

⁴ A sigla se refere a lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transgêneros e *queers*.

questões, mas apenas aproveitar as brechas das indagações da autora para refletir sobre algumas utilizações do conceito.

Na concepção de Scott (1994), o conceito de “gênero” refere-se às relações sociais de poder baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos. Seus efeitos originam-se nas disputas políticas e sua utilização está em permanente disputa. Scott (1995) afirma que, nos debates científicos, “gênero” tem sido utilizado como sinônimo de “mulheres”. Para ela, tal utilização pode se relacionar ao intuito de sugerir seriedade e neutralidade em trabalhos acadêmicos, já que o termo pode ser tomado como mais isento da política e dos ruídos provocados pela utilização do termo “feminista”.

Claudia de Lima Costa (2013) apresenta outros elementos que colaboram com a crítica de Scott (1995). A autora argumenta que a utilização de conceitos deve ser acompanhada de um posicionamento consciente sobre o lugar, político, cultural e contextual, desde o qual se enuncia. Se, por um lado, a utilização do conceito “gênero” reafirmou a negação do essencialismo da categoria “mulher” e também permitiu pensar as diferentes configurações nas relações e nas tecnologias de poder, por outro, também permitiu uma despolitização dos estudos feministas nas produções latino-americanas. Isso porque, corroborando com o argumento de Scott (1995), os “estudos de gênero” têm se constituído como um terreno mais neutro, sem necessariamente assumirem uma posição política feminista.

Nossa posição se apropria da ideia de que estudar “gênero”, descolado dos feminismos, pode significar uma forma de focalizar inteiramente nas construções culturais e nas identidades subjetivas de homens e mulheres. Perspectiva esta que é importante, mas, se isolada da crítica às condições históricas específicas que construíram as desigualdades de gênero, pode produzir concepções individualistas e que ratificam os sistemas de dominação, tal como o capitalismo e o patriarcalismo. Outra problemática apontada por Scott (1995), é que, muitas vezes, a utilização do conceito “gênero” tem se dado somente nos estudos de áreas que, tanto estruturalmente como ideologicamente, são compromissadas com a análise das relações entre os gêneros, como, por exemplo, estudos sociais de gênero, mulheres, família e outros. No estudo de processos - como guerras, política e diplomacia -, que não possuem relação evidente com “gênero”, o conceito supostamente parece não ter relevância.

Flávia Biroli e Luis Felipe Miguel (2014) entendem que as relações de gênero atravessam toda a sociedade e, nesse sentido, seus efeitos não restringem somente mulheres. Assim, a autora e o autor compreendem o gênero como um dos eixos centrais na constituição das nossas experiências sociais, ou seja, onde existem desigualdades de gênero há diferentes

posições de mulheres e homens atravessadas por classe, raça, sexualidade e outros marcadores. Sobre esse último aspecto, Kimberle Crenshaw (2004) assinala que um problema na perspectiva tradicional de direitos humanos é a percepção de que as violências referentes aos marcadores se referem a categorias diferentes de pessoas. Como por exemplo, ao considerar que a discriminação de gênero diz respeito somente às mulheres e a racial apenas à raça e etnia e à discriminação de classe apenas às pessoas pobres. A autora ainda acrescenta que, sob outro viés, a abordagem interseccional considera os diferentes marcadores sociais - como a raça, o gênero e a classe - na produção de desigualdades sociais. Não se trata da mera “soma” de marcadores, mas de entender como as diferentes posições compõem, complexificam e tensionam diferentes existências, ao mesmo tempo em que colocam a necessidade de compreender, institucional e coletivamente, os marcadores.

A seguir, apresentaremos alguns elementos históricos, destacando aspectos da política, da ciência e da vida social ligados às mulheres. Ao fazer essa trajetória, não tentaremos esgotar o tema, sabendo de sua complexidade e da amplitude de suas nuances. Almejamos, oferecer elementos mais gerais para a discussão, com a finalidade de entender como aspectos históricos afetaram e continuam afetando as mulheres em sistemas de dominação e sob qual cenário se estabeleceram as primeiras movimentações feministas.

1.1 A Opressão das Mulheres: Narrativas ao Longo da História

As lutas feministas desestabilizaram a forma como concebemos os gêneros e a própria sociedade. Seu surgimento esteve atrelado às mulheres e às opressões que elas viveram. Por isso, consideramos importante retomar algumas narrativas constitutivas sobre essas opressões, inclusive para compreender melhor suas implicações e conflitos para outros sujeitos. Ressaltamos que a temática das lutas feministas pode ser abordada sob muitas perspectivas e que a escolha por considerar múltiplas narrativas feministas produz visibilidade para certas histórias em detrimento de outras. Reconhecemos, inclusive, a presença da centralidade europeia, assim como a ausência de reflexões sobre a estrutura econômica e o predomínio da perspectiva de branqueamento em muitas das narrativas que trazemos aqui. A própria utilização do termo “mulheres” pode ser perigosa ao dar a impressão de que estamos tratando de todas as mulheres nos mesmos contextos e nas mesmas relações, o que de fato não existe, pois há diferenças criadas, principalmente, por marcadores como a raça, classe, localização geográfica e orientação sexual.

Além disso, no processo de produção deste texto, quando refletíamos sobre a complexidade de recuperar mulheres na história, nos angustiou imaginar o quão longe, na história, estariam as mulheres que iríamos narrar e se seria possível apreender, mesmo que parcialmente, contextos, adversidades e potências de diferentes mulheres em diferentes períodos. Sendo assim, este exercício intelectual passou a fazer maior sentido quando iniciamos esse processo, recuperando as mulheres de nossas histórias pessoais. Percebemos que o passado não está tão distante, mas se constitui enquanto presente vivo que nos desafia cotidianamente junto às diversas mulheres que ocupam e povoam nossas memórias e afetos.

Para Paulina Chiziane (2013), a subalternização das mulheres se expressa já nas diversas mitologias sobre a criação do mundo. A autora destaca principalmente a mitologia cristã do “pecado original” como central na hierarquização dos homens sobre as mulheres. Ela apresenta, também, outras mitologias que são organizadas através da relação feminino/masculino, as quais atribuem outros valores e significados acerca da posição ocupada pelas mulheres na sociedade. Como por exemplo, a autora cita que, na mitologia *Bantu*, as mulheres são tanto consideradas responsáveis pelas desgraças que assolam a comunidade como também são sacralizadas como o centro da vida, representando a terra, a água e a fertilidade.

Segundo Conceição Nogueira (2000), a mitologia da diferença entre os sexos é muito antiga. Já no pensamento grego, desde Platão e Aristóteles, a mulher, em relação ao homem foi vista como um desvio e como imperfeita. O homem é tido como o criador da ordem e da lei, enquanto a mulher está associada ao desejo e à desordem, sendo retratada enquanto inferior em sua natureza. Apesar de identificar a presença desses mitos antigos na atualidade, a autora afirma que sua permanência ao longo do tempo não justifica as desigualdades atuais e tampouco deve ser aceita, mas compreendida e questionada em seus aspectos políticos, históricos e sociais. Além das citadas narrativas que justificam a dominação das mulheres pelos homens, Swain (2014) recupera outras em que as representações sobre as mulheres eram diferentes, mas foram ocultadas por perturbarem a ordem patriarcal⁵. No período do pensamento grego antigo, é interessante notar que, ao mesmo tempo em que as mulheres eram consideradas tentadoras dos desejos dos homens, existiu a ideia de androginia, isto é, a tese em que o masculino e o feminino são vistos como duas faces de um mesmo todo (Nogueira, 2000).

⁵ Como por exemplo o festival das Tesmoforias, celebração anual de mulheres dedicada à fertilidade e a Deméter, ou a presença de figuras como Artemísia, rainha das amazonas, que combateu os gregos ao lado de Dário (Swain, 2014).

Posteriormente, com o Judaísmo e o Cristianismo, a visão dos homens como seres superiores foi radicalizada e consolidada (Nogueira, 2000). Para Regina Navarro Lins (2013), a influência do pensamento cristão, principalmente da Igreja Católica, foi fundamental para delinear os contornos da vida social, especialmente a vida das mulheres. Como referência de moralidade desejada foi utilizado o exemplo da mãe de Jesus, a Virgem Maria, e, como referência de pecado principal, o mito de Eva. Assim, as mulheres deveriam se afastar, a todo custo, da promiscuidade e dos desejos. Deveriam ser submissas e puras, livrando-se de qualquer perversão ou sexualidade, pois qualquer um desses traços seria pertencente ao Diabo. Segundo Beauvoir (1970), diversos homens considerados autoridades masculinas, como sacerdotes, filósofos e legisladores, engajaram-se em construir a ideia de que a subordinação das mulheres era desejada no céu e proveitosa à terra.

Por outro lado, desde a Antiguidade as mulheres detinham um saber próprio que era transmitido de geração para geração sobre a realização de partos, a utilização de ervas medicinais e o tratamento de pessoas enfermas. Na Idade Média, porém, esses saberes foram vistos como uma ameaça. Tal ideia da mulher como ameaça era fortalecida pela participação delas em revoltas camponesas. Desse modo, no final da Idade Média na Europa, começaram a surgir rumores acerca de conspirações malignas que tentavam destruir os reinos cristãos por magia e envenenamento. Afirmava-se que essa conspiração provinha do Diabo e as agentes principais eram as mulheres. Neste processo, foram mobilizados aparatos jurídicos e científicos, como a demonologia, para justificar os rumores e a consequente punição às culpadas por bruxaria (Lins, 2013).

Esse processo ficou conhecido como “caça às bruxas”, um período extremamente cruel para as mulheres. Milhares foram torturadas e queimadas vivas nas fogueiras em decorrência de uma perseguição religiosa e social em que eram acusadas de pacto e sexo com o Diabo. Esse foi um momento de verdadeiro terror às mulheres: a existência de qualquer elemento aleatório – como uma pinta no corpo ou mancha branca no olho – ou a ausência de correspondência com o que era esperado das mulheres poderiam se tornar elementos para acusações de pacto com o Diabo. As mulheres viam-se constantemente sozinhas e se acostumaram a agir conforme as expectativas para não serem punidas (Lins, 2013). Ana Lucia Galinkin e Eliana Ismael (2011) destacam que, nesse período, em um só dia, podem ter sido executadas cerca de 3 mil mulheres no continente Europeu, além de outros crimes diversos.

A presença da Igreja Católica e de sua influência foi marcante por toda a Idade Média. A partir dos séculos XV e XVI, algumas mudanças começaram a ocorrer no mundo europeu,

dentre elas: as relações comerciais se transformaram com a consolidação do mercantilismo e a expansão marítima; a invenção da imprensa facilitou a comunicação; a descoberta de que o Sol é o centro do Universo desafiou a concepção de mundo cristã. Tudo isso contextualizou e fomentou uma nova visão humanista, sobre o homem⁶, sua relação com Deus e consigo próprio. Nesta nova perspectiva, o homem passou a ser o centro de sua própria existência (Lins, 2013).

Em relação às questões de gênero e sexuais, Alexandra Kollontai (1911/2016) considera que, nesse período de transição, existia uma disputa entre duas tendências opostas que polarizavam entre, de um lado, as concepções morais mais coletivas e próximas ao feudalismo e, de outro, concepções morais mais individualistas, próximas à burguesia ascendente. A autora cita, ainda, que as tensões entre tais tendências ocuparam principalmente o cenário das elites, mantendo-se mais distantes da população em geral.

Os homens continuavam atrelados a um ideal de mulher: a esposa casta, porém fecunda; a mãe generosa, capaz de sacrifício, recolhida à iniciativa de outros homens. Em contraposição, tinha-se definido o que não era desejado: a mulher que se entrega “aos vícios da natureza feminina” como o desejo sexual insaciável e à necessidade de ser dominada por um homem. Se, por um lado, os maridos e filhos tinham acesso à vida pública, podendo exercer sua sexualidade livremente, as mulheres ficavam restritas ao espaço privado, sendo, constantemente, vigiadas pelas autoridades religiosas e políticas. Ao mesmo tempo, os homens ocupavam o lugar de aventureiros, heróis e românticos. A própria masculinidade era justificada por uma natureza agressiva, viril e dominadora (Lins, 2013; Galinkin & Ismael, 2011).

Posteriormente, nos séculos XVI e XVII, o conhecimento tido como científico foi mobilizado para que os artifícios da razão fossem aplicados para manter a ideia das mulheres como seres inacabados e faltantes, como se fossem homens incompletos e, portanto, seres frágeis e inconstantes (Lins, 2013). Proliferaram-se discursos sobre o sexo e a sexualidade, a partir da ótica de que estes processos deveriam ser controlados, regulados e patologizados por mecanismos criados por meio dos discursos médicos e pedagógicos (Galinkin & Ismael, 2011). No século XVIII, quando cessou a “caça às bruxas”, houve grande transformação na condição das mulheres, já que os citados conhecimentos específicos passaram a existir na clandestinidade ou foram dominados como áreas masculinas, sobrando somente os corpos docilizados das mães e das operárias (Lins, 2013).

⁶ Lins (2013), intencionalmente utiliza o termo para afirmar que os sujeitos do Humanismo são literalmente os homens.

Ainda no século XVIII com o Iluminismo, a razão foi vista como instrumento importante para a intensificação dos debates acerca da ciência, assim como para a ruptura com uma concepção de mundo marcado por determinações divinas. No entanto, a concepção iluminista acerca das mulheres, comumente, era a de que elas não tinham razão ou eram dotadas de uma razão inferior (Nogueira, 2000). Da mesma forma, as filosofias inspiradas nas revoluções burguesas dos Estados Unidos e da França, ao descreverem o homem na vida pública e sua liberdade, não estavam falando abstratamente, mas concretamente de uma categoria de sujeitos diferente de mulheres, crianças, criminosos e “loucos”, os quais não eram considerados sujeitos (Nye, 1995). Contudo, precisamos ressaltar que, mesmo com limites, existiram vozes e produções dissonantes. Tanto para Andrea Nye (1995), quanto para Michael Löwy (2009), existiram nomes que defendiam politicamente a igualdade entre homens e mulheres, assim como produziam teoricamente sobre direitos como o sufrágio universal e a igualdade de direitos. A autora e o autor citam, por exemplo, figuras como Stuart Mill, Saint-Simon e Condorcet.

Pensando na relação entre o público e o privado, as concepções que naturalizam a separação entre essas esferas estão intrinsecamente permeadas por processos políticos e sociais. Para Biroli (2014), a separação entre público e privado se relaciona com uma concepção restrita de política, que considera elementos da esfera privada – como os relacionamentos e a família – como não políticos. Isola-se a política das relações de poder cotidianas típicas da esfera privada e, assim, se efetiva a naturalização de princípios que regem a vida social. Dessa forma, por exemplo, para as mulheres, a distinção entre público e privado historicamente esteve bem delineada, com o processo de restringir suas vidas ao âmbito privado, sendo justificado a partir da “natureza feminina” e da função da maternidade. Entretanto, essa naturalização não tornava evidente que a dominação das mulheres no espaço doméstico foi o que permitiu muitas vezes aos homens exercerem sua liberdade e autonomia nos espaços públicos.

Na Europa do século XIX, o capitalismo e a consolidação da burguesia como classe dominante produziram uma alteração significativa nos modos de organização social e na maneira em que as pessoas se relacionavam. No mundo feudal, principalmente entre o campesinato, predominavam a economia coletiva, a autoridade tribal sobre a individualidade e uma concepção de grupos familiares amplos e difusos que se misturavam com a ideia de comunidade. Quanto às relações afetivo-sexuais, na Idade Média, os cavaleiros reconheciam em suas esposas o direito de terem admiradores e de receberem os testemunhos de tais adorações. Com o capitalismo, a industrialização, a mudança para os centros urbanos de grandes

populações e a propriedade privada houve a intensificação do individualismo. As relações afetivo-sexuais passaram a ser vistas como a instância que supre o sentimento de solidão e, ao mesmo tempo, a concretização da propriedade privada, pois haveria um proprietário em todas as esferas. Esta situação era agravada pela desigualdade que submetia as mulheres e por uma dupla moral, isto é, pela coexistência de valores rígidos e, ao mesmo tempo, contraditórios como, por exemplo, a afirmação do valor sagrado do casamento coexistindo com a legitimidade do adultério em segredo para os homens (Kollontai, 1911/2006).

Gostaríamos de assinalar que quando escrevemos sobre “o homem”, “os homens” ou sobre a dominação masculina na violência contra as mulheres, não nos referimos individualmente a sujeitos específicos. Embora saibamos que as estruturas androcêtricas favoreçam a experiência social masculina, compreendemos também que os homens são penalizados em um sistema que produz masculinidades adoecedoras. Ainda que os homens não estejam isentos de serem responsabilizados, eles são atravessados por diversas experiências de masculinidade e estão inseridos em processos históricos maiores do que a sua ação cotidiana individual. Com isso, nossa perspectiva é a de afirmar que os esforços para alterar as desigualdades de gênero devem se vincular a processos coletivos na compreensão de quais estruturas favorecem as opressões, sendo imprescindível considerar os processos socioeconômicos e de raça.

Ao destacar alguns elementos históricos, nos utilizamos das palavras de Galinkin e Ismael (2011, p. 661) para pensar que “a construção da representação das mulheres no mundo ocidental se confunde com a história de sua discriminação na sociedade”. Entretanto, nos preocupamos que narrativas sobre as diversas opressões contra as mulheres não reafirmem sua condição de subalternização. Já que, da mesma forma que a opressão contra as mulheres é muito antiga na constituição do ocidente, sua capacidade de resistir, organizar e desestabilizar modos sociais também o é. Segundo Beauvoir (1970), até mesmo a natureza, assim como a realidade histórica, não é imutável. Por isso, a autora afirma que, se na história muitas vezes as mulheres não se reivindicaram enquanto sujeitos, isto ocorreu porque elas não possuíam os meios concretos para tal.

Com os parágrafos anteriores buscamos evidenciar elementos que ajudam a compreender as relações de gênero, assim como ilustrar o cenário em que algumas movimentações feministas se estabeleceram. A partir de agora pretendemos remontar alguns percursos dos movimentos feministas.

1.2 Retomando o Percurso do Movimento Feminista

Ao pensar sobre como iríamos construir a narrativa referente aos percursos do movimento feminista, nos perguntamos, em um primeiro momento, a respeito da nossa concepção de movimentos feministas, isto é, se a nossa reflexão iria partir somente das movimentações que se intitularam como feministas ou se incluiria outras movimentações que não se nomearam dessa forma, mas que se envolveram, de alguma maneira, com o questionamento das relações sociais de gênero e buscaram transformação social. A partir da provocação dessa questão, refletimos que as lutas feministas são muito mais amplas, abarcam diferentes sentidos e suas diversas experiências desafiam as nomeações linguísticas, apesar delas serem importantes. Nesse sentido, tentaremos ao longo do trabalho, dar espaço para outras narrativas não hegemônicas dos feminismos.

Tradicionalmente, as narrativas que apresentam a constituição histórica dos movimentos feministas o fazem utilizando uma organização de “ondas”, ou seja, uma apresentação, organizada em períodos, que associa contextos históricos e sociais específicos a maior predominância de temas e lutas sociais feministas. Sendo assim, para Nogueira (2000), é possível identificar três ondas no movimento feminista: a primeira, na metade do século XIX; a segunda, associada aos movimentos pós Segunda Guerra Mundial; e a terceira, que caracteriza o período dos anos de 1980 até a contemporaneidade. Acrescentaremos, ainda, uma quarta onda, o *ciberfeminismo*, reconhecido entre as décadas de 1980 e 1990 até a atualidade (Schlindwein, 2012).

Se, por um lado, consideramos que a narrativa em “ondas” colabora para dar visibilidade aos movimentos mais gerais que atravessaram os feminismos, compreendemos também o perigo de sermos reducionistas diante de toda a multiplicidade das lutas feministas na história. Podem ser encontradas manifestações de mulheres em períodos anteriores ao que foi considerado o surgimento “oficial” das ondas dos feminismos. Por exemplo, Alexandra Kollontai, desde 1900, dedicou-se à luta revolucionária comunista e, ao compreender teoricamente as questões sociais, atuou, principalmente, junto às mulheres trabalhadoras discutindo inúmeras problemáticas sobre a opressão das mulheres, as relações afetivo-sexuais e outras temáticas que, tradicionalmente, são identificadas como pertencentes à segunda onda do movimento feminista. Importante assinalar, também, que suas contribuições são, muitas vezes, pouco reconhecidas como relevantes às discussões de maior circulação.

Ao mesmo tempo, pontuamos a dificuldade em encontrar narrativas que desafiem a nomenclatura e que levantem perspectivas históricas não organizadas pelas “ondas” feministas. Um outro aspecto, é que a constituição dos “movimentos feministas” tal como ficou conhecido popularmente, encontra suas raízes no contexto das ideias iluministas e das ideias da Revolução Francesa e Americana, com demandas por direitos sociais e políticos na Europa, nos Estados Unidos e, posteriormente, em alguns países da América Latina (Costa, 2002), ainda que possam ser encontradas manifestações na América Latina, em períodos anteriores de seu surgimento “oficial”. Apesar da primeira onda ter sido definida na metade do século XIX, já no período das primeiras revoluções burguesas, as mulheres movimentavam-se em busca de reconhecimento social e político (Nogueira, 2000).

As primeiras revoluções burguesas, efetivamente, produziram uma mudança radical na vida social das pessoas e as mulheres foram inspiradas a lutar por seus próprios direitos. Na França, Olympe de Gouges, em 1791, apresentou, na Assembleia Nacional, a “Declaração dos Direitos da Mulher e Cidadã”, na qual requisitava, em 17 resoluções, as condições para a igualdade das mulheres. Para ela, as mulheres deveriam ter todos os direitos que os homens tinham, inclusive o direito de propriedade e de fala, assim como todas as responsabilidades recíprocas. Ela acreditava que, através da razão e dos padrões da filosofia, as mulheres obteriam conquistas (Nye, 1995).

Por se recusar a se silenciar sobre os direitos da mulher, Olympe foi presa e levada à guilhotina em 1793, quatro anos após a revolução francesa (Galinkin & Ismael, 2011). Mary Wollstonecraft, no documento “Reivindicações dos Direitos das Mulheres”, de 1792, deu continuidade à busca por extensão dos ideais da Revolução Francesa para as mulheres. Segundo ela, o que era concebido como natural era produto da educação dada às mulheres. Uma vez que as mulheres fossem educadas como os homens para serem cidadãs, a Revolução deveria se aplicar a elas (Nye, 1995). Essas escritoras influenciaram, de maneira considerável, as primeiras feministas sufragistas.

Com as necessidades oriundas do capitalismo, as mulheres reinseriram-se no mercado de trabalho, deixando o papel exclusivo de mães para se colocarem como trabalhadoras nas ruas e nas fábricas, com empregos marcados por péssimas condições (Galinkin & Ismael, 2011). Ao mesmo tempo, continuavam responsáveis pelas funções domésticas e permaneciam excluídas da vida pública, pois eram impedidas de participar dos parlamentos e Assembleias Gerais (Nye, 1995). Essas condições de vida resultaram em mobilizações organizadas em defesa dos direitos das mulheres. Contudo, essas manifestações não foram bem recebidas, tanto pelos homens

proletários, quanto pelos donos de fábrica, que viam a emancipação feminina como uma ameaça, já que as mulheres estavam acostumadas a trabalhar recebendo salários mais baixos (Beauvoir, 1970).

A primeira grande movimentação conhecida de mulheres foi pelo direito ao voto. Ainda no século XIX, dirigida por feministas inspiradas nos ideais de Igualdade, Liberdade e Fraternidade, a luta pelo sufrágio foi vista como possibilidade de corrigir as desigualdades vividas pelas mulheres, já que com a participação política elas seriam finalmente reconhecidas como sujeitas e, portanto, poderiam acessar o mundo dos homens. Essas mulheres focalizaram nos direitos jurídicos e, conseqüentemente, viam na ocupação do espaço público a saída para as desigualdades sofridas por elas (Nye, 1995).

Dois nomes que pensaram sobre as questões abordadas no parágrafo anterior foram Harriet Taylor e John Stuart Mill. No século XIX, ambos defendiam que as mulheres deveriam beneficiar-se de todos os privilégios políticos, como o voto e o direito de concorrer a cargos públicos. Deveriam ter o direito de escolher uma profissão, ao invés do casamento e, para isso, deveriam receber a educação necessária para que essa realidade se tornasse possível. Porém, para Taylor, o voto não bastava; era importante garantir a participação no mercado livre, pois, em sua concepção, a contribuição financeira das mulheres garantiria que elas não fossem tratadas de maneira subalterna no espaço privado como são quando um homem é o único administrador do dinheiro da casa (Nye, 1995).

O feminismo liberal trouxe importantes contribuições em mudanças legislativas, garantindo, pelo menos formalmente, o direito à educação, às mesmas condições de trabalho e oportunidades que já eram garantidas aos homens (Schiebinger, 2001). Galinkin e Ismael (2011) afirmam que nesse período emergiram alguns fenômenos sociais interessantes, como a grande proliferação de clubes femininos de ativistas, a fundação da primeira Universidade Feminina em 1837 e a realização de uma convenção de mulheres que se opunham à escravidão nos Estados Unidos. Angela Davis (2016) acrescenta que também nesse contexto existiram grupos de feministas sufragistas e mulheres brancas engajadas na luta pela abolição da escravidão, atuando como aliadas da população negra na época. As movimentações dessa época repercutiram com tal impacto que atualmente as pessoas não associam mais essas conquistas às lutas sociais feministas.

Todavia, ao restringir a discussão à extensão dos direitos dos homens para as mulheres, as liberais ignoraram as diferenças nas construções de gênero que acabavam favorecendo a manutenção da lógica em que os homens são concebidos como eixo central em torno do qual

as mulheres devem se adaptar (Schiebinger, 2001). Apesar de se inspirar nas teorias democráticas, o feminismo liberal acabava muitas vezes não incluindo mulheres pobres, trabalhadoras e negras, sendo viável apenas para uma posição de classe privilegiada. As mulheres seriam livres para votar, trabalhar e concorrer a cargos públicos sem obstáculos legais. Porém, os aparatos de violência, de discriminação simbólica e institucional permaneciam e permanecem. A história da mulher emancipada no capitalismo é um mito que convive com as opressões sofridas pelas mulheres, principalmente as mulheres pobres (Nye, 1995).

As demandas das feministas sufragistas eram muito diferentes das demandas das mulheres negras no século XIX. Segundo Davis (2016), a demanda por trabalho, uma das questões mais importantes para o movimento sufragista, não tinha sentido para mulheres negras em situação de escravidão, que sempre trabalharam, vivendo, portanto, uma situação muito mais próxima da exploração sofrida pelos homens negros escravos. A autora também relata que a postura dos senhores em relação às escravas era regida pela conveniência: quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens, tratavam-nas como se não tivessem gênero; quando podiam ser exploradas e punidas de modos cabíveis apenas a mulheres, eram reduzidas exclusivamente à condição de fêmeas.

Outro aspecto que Davis (2016) também questiona é em relação ao conjunto de teses em torno do ideal de feminilidade e exaltação da maternidade no século XIX. Comumente retratadas como trabalhadoras domésticas, a maioria das mulheres negras escravas trabalhava na lavoura junto aos homens. Aos olhos dos proprietários, eram vistas como instrumentos utilizados para ampliar a mão-de-obra escrava. Não tinham nenhum direito legal sobre suas crianças e, além de estarem sujeitas a todas as formas de violações que eram dirigidas aos homens escravos, estavam, também, vulneráveis a todas as formas de coerção sexual. Com toda a realidade violenta que enfrentavam, as mulheres negras não eram representadas como frágeis e compassivas. A autora hipotetiza inclusive que, nesse período, essas mulheres podem ter aprendido a extrair, das situações mais inóspitas, a força para resistir à desumanização diária e adquiriram habilidades para lutar por si mesmas, por sua família e pelo seu povo.

Da mesma forma, as trabalhadoras operárias – que, em 1900, constituíam 38% da força de trabalho alocada, geralmente em funções de baixos salários – constituíam um grupo diferente em relação às demandas das feministas sufragistas, já que o trabalho e a luta por condições de sobrevivência faziam parte de sua situação cotidiana. Sua posição enquanto classe trabalhadora fazia com que elas não vissem, na legislação burguesa, a saída para seus problemas, mas sim nas organizações de trabalhadoras e trabalhadores. Porém, ainda que o alcance da classe

trabalhadora tivesse aumentado na segunda metade do século XIX, as mulheres não foram maioria nos sindicatos e nos partidos socialistas. Nye (1995) faz uma retomada teórica sobre pensadores socialistas e pondera que esses, muitas vezes, não se mostraram abertos para a defesa e a efetivação da causa das mulheres.

Segundo Miguel e Biroli (2014), as conquistas do direito ao voto, assim como outras conquistas relativas à educação ou ao código civil, não foram suficientes para transformar os mecanismos de exclusão das mulheres da vida pública. Assim, era necessário entender, quais outros mecanismos atuavam na opressão das mulheres. A exigência por igualdade legal entre homens e mulheres, tal como propõe o pensamento liberal, não foi suficiente para garantir a emancipação das mulheres. Além disso, quando as diferenças entre os gêneros eram aceitas como diferenças essenciais, acabava-se construindo um raciocínio circular em que a experiência explica as diferenças de gênero e as diferenças de gênero explicam as assimetrias das experiências, sendo insuficientes para explicar os mecanismos de opressão contra as mulheres (Scott, 1994).

Após um período de relativa desmobilização do feminismo, a segunda onda feminista se configurou no contexto dos movimentos de contestação dos anos de 1960 e perdurou até meados dos anos 1980 (Nogueira, 2000). No entanto, as raízes da segunda onda podem ser estabelecidas em 1947, com a publicação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, momento em que vários grupos de mulheres passaram a exigir políticas públicas igualitárias. Esse também foi um período em que o movimento feminista começou a publicar nas mais diversas áreas sobre a condição das mulheres. Em 1949, uma referência importante é a obra “O Segundo Sexo”, de Simone de Beauvoir (1970). No livro, a autora questiona as construções sobre o que é o ser feminino e o ser masculino. Uma segunda obra importante foi a “A Mística Feminina”, de Betty Friedan, publicada nos anos 1960, que denunciava o conceito de feminilidade da época (Galinkin & Ismael, 2011).

O feminismo da segunda onda apareceu em uma época de grande atividade na vida das mulheres: a euforia empresarial pós-guerra deu às mulheres e ao trabalho um valor diferente; os movimentos estudantis, no fim dos anos 1960, questionaram hierarquias sociais; e as inovações científicas, como por exemplo a pílula anticoncepcional, ampliaram as condições para a autonomia das mulheres. Na segunda onda do feminismo, a defesa de que - o pessoal é político - aparece como um questionamento fundamental aos limites do espaço público e se politizam temas anteriormente concebidos como privados. Foram dirigidas críticas à família enquanto instituição, considerada como um lugar de dependência, subvalorização e isolamento

para as mulheres⁷. A naturalização da maternidade também foi questionada, o que consequentemente resultou na crítica à instituição do casamento como lugar óbvio e necessário para a felicidade das mulheres (Nogueira, 2000; Costa, 2002). Sua contribuição foi muito importante, pois evidenciou o caráter indissociável da esfera pública com a privada, em que uma esfera acaba organizando e definindo o limite da outra (Biroli, 2014).

Três vertentes do movimento feminista faziam-se mais presentes e disputavam as concepções feministas na segunda onda: o feminismo liberal, o feminismo socialista e o feminismo radical. Para as feministas liberais, a subordinação das mulheres está enraizada em uma socialização que é feita com base na discriminação de gênero, o que fundamenta a luta por direitos iguais, políticas públicas e outros. Para as feministas socialistas e radicais, a reforma política não é suficiente, ainda que necessária, para transformar o sistema de desigualdade. Considerando que este sistema é visto como parte da estrutura da própria sociedade moderna. Para as feministas socialistas, o fator preponderante é o modo capitalista de produção, enquanto que, para o feminismo radical, a desigualdade está nas estruturas patriarcais de reprodução (Sardenberg, 2007).

A segunda onda foi marcada por maior inserção do movimento feminista na literatura e na ciência. Em suas raízes filosóficas, o movimento da segunda onda feminista herdou e manteve, ao menos inicialmente, os princípios do Iluminismo e a busca pela autoridade na razão, em teorias que explicavam a subordinação das mulheres e buscavam um projeto emancipatório de ciência. Com isso, as tentativas de incluir as mulheres como objetos legítimos de investigação nos anos 1970 foram baseadas, predominantemente, em conceitos e teorias tradicionais. Apesar disso, logo as feministas se depararam com o viés androcêntrico das teorias tradicionais, que se manifestava tanto na exclusão ou na invisibilização das mulheres, quanto na forma desigual em que as mulheres eram representadas (Nye, 1995).

A utilização da categoria genérica “mulher” passa a ser utilizada em contraposição a categoria genérica “homem”, com a pretensão de dar visibilidade e diferenciar as vivências de mulheres e homens, assim como denunciar a exploração e opressão às quais as mulheres estavam submetidas. Apesar da importância desse movimento de reconhecimento e diferenciação, a utilização da categoria “mulher” passou a ser criticada principalmente por mulheres negras, trabalhadoras, indígenas e outras, que, embora convergissem no interesse de entender o porquê de mulheres diferentes em diferentes sociedades estarem submetidas à

⁷ Contudo, há 60 anos antes, Alexandra Kollontai (1911/2016) já questionava sobre a instituição familiar no capitalismo como nociva para as mulheres.

autoridade masculina, questionavam a inexistência de universalidade das vivências das mulheres e defendiam que as necessidades elencadas para as lutas feministas eram diferentes e, por isso, seria mais importante falar de “mulheres” e “mulheridades”, em vez de “mulher” (Pedro, 2005).

A terceira onda feminista inicia-se no final dos anos 1970 e perdura até a contemporaneidade (Keller, 2006). Pode ser pensada como um período de multiplicidade teórico-prática para os movimentos feministas, marcados por vertentes como os feminismos negros, transfeminismos, feminismos pós-coloniais, o ecofeminismo e outros. Contudo, junto às diversas posições, colocam-se embates significativos que demonstram a inexistência de qualquer desenvolvimento linear no interior dos feminismos da terceira onda. Podemos apenas identificar alguns elementos de convergência: o questionamento à ciência tradicional, a forte inserção na academia, a busca por um saber feminista, o questionamento da categoria “mulher”, o questionamento às produções ocidentais e aos processos de colonização, assim como o destaque sobre o entrelaçamento das opressões de gênero a outras formas de opressão (Sardenberg, 2007). Como reflexo de sua forte inserção teórica, os estudos feministas e de gênero continuaram multiplicando-se por diversas áreas e perspectivas, assumindo grandes contribuições para as teorias e para o pensamento contemporâneo (Costa, 2002).

Na contemporaneidade, algumas autoras identificam a existência de uma quarta onda feminista, chamada de *ciberfeminismo*. Como o próprio nome sugere, a quarta onda destaca-se pela inserção massiva dos movimentos feministas na internet, marcado por expressões diversas: reflexões teóricas, ativismos em práticas políticas e artísticas e intersecções entre esses dois espaços. Malin Elm e Jenny Sundén citadas por Ana Flora Schlindwein (2012) percebem duas tendências nessa onda: uma teórica, mais próxima da terceira onda feminista na qual se entrelaçam questões pós-estruturalistas, pós-modernas, teoria *queer*, teoria pós-colonial e investigações acerca das relações de poder e das interseccionalidades; e outra, de base prática, mais relacionada à segunda onda feminista e voltada ao uso das tecnologias para criar espaços femininos de resistência por meio da internet. Entretanto, as autoras reafirmam que as categorizações, nesse caso, servem somente para dar visibilidade às diferentes práticas e tendências, sendo que não acontecem de forma segmentada na internet.

Para Eduarda Gindri (2015), as redes virtuais têm se constituído cada vez mais como um espaço potencial para circulação dos movimentos sociais, onde as formas de informação, expressão, associação e deliberação são afetadas pelos novos espaços proporcionados pela tecnologia. Ela destaca ainda que a transmissão de conteúdo, muitas vezes dependente da

técnica e da economia, passa a circular de forma mais acessível para um grupo maior de pessoas. A autora considera que esse pode ser um espaço que contribui para a autonomia dos sujeitos e para o processo de organização das massas. Ao fim, entende que a internet pode ser pensada como uma arena de conflitos e lugar de disputa pela construção de novos consensos.

Em 1997, foi realizado, na Alemanha, o *1º Cyberfeminism International*, encontro em que foram realizadas diversas atividades formativas e discussões de temas como representações de gênero, pornografia feminina, autorrepresentação de mulheres e etc. (Schlindwein, 2012). Nos espaços virtuais brasileiros, temos presenciado, nos últimos anos, diversas movimentações feministas espontâneas e estruturadas. Por exemplo, podemos citar a existência de páginas que discutem maternidade real, vivências de mulheres negras, autoestima e padronização dos corpos, assim como há a utilização das plataformas digitais para circular debates feministas, organizar e divulgar ações feministas. Como movimentos que surgiram espontaneamente, podemos citar a *hashtag* “meuamigosecreto”, que reuniu em 2015 diversos relatos de mulheres brasileiras sobre situações machistas e a *hashtag* “belarecatadaedolar”, que ironizava uma matéria da Revista *Veja*⁸, publicada em 2016, que descrevia Marcela Temer, esposa de Michel Temer, como uma mulher “bela, recatada e do lar”. Em Goiás, podemos citar o grupo virtual do Facebook *Indique uma Mana*, que conta atualmente com mais de 20 mil mulheres⁹ e foi criado com o intuito de fomentar o mercado de trabalho para mulheres cisgêneros e transexuais no estado, assim como proporcionar uma rede de solidariedade entre mulheres.

Por fim, Schlindwein (2012) entende que o *ciberfeminismo* é um movimento multifacetado, plural e que encontra seu eixo central na relação entre gênero e tecnologia. Consideramos importante reconhecer como a inserção dos feminismos na internet tem proporcionado, cada vez mais, a circulação e debate de ideias que, antes, eram restritas a grupos de militância e espaços acadêmicos, principalmente quando se relacionam a questões práticas da vida cotidiana. Também consideramos que um dos efeitos dessa inserção é a apropriação de diferentes feminismos por mulheres cada vez mais jovens, sendo possível encontrar mesmo crianças, que questionam as construções de gênero, e adolescentes, que trazem debates inerentes ao movimento cada vez mais cedo para o espaço da escola e da família. Ao mesmo tempo, nos preocupamos que a militância na internet seja vista como dispositivo substitutivo das mobilizações que historicamente aconteceram na rua e na vida material. Ponderamos que a

⁸ A matéria publicada foi publicada no dia 16 de abril de 2016, na coluna Brasil. Recuperado de <https://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar/>

⁹ Após a escrita desse capítulo (nov/2017) o grupo foi derrubado duas vezes pelo Facebook por razões incertas e atualmente conta com 6 mil mulheres.

internet pode, também, significar o afastamento da realidade, a intensificação da individualidade como forma de militância política e o esvaziamento de construções sociais a longo prazo, já que esses movimentos também são afetados pela rapidez, pela lógica do consumo e por uma emocionalidade intensa.

Retratar as ondas feministas anteriores e entender seu tempo histórico tem como intuito contextualizar e refletir criticamente sobre esses momentos. Essas diferentes expressões continuam a se manifestar e coexistem. O relato também não dá conta de toda a mobilidade e profusão dos novos feminismos, que atuam de forma mais espontânea e autônoma, em comparação ao que já se presenciou anteriormente. Não obstante, concebemos que grande parte da vitalidade do movimento está no fato de o feminismo ser um campo vivo, no qual convivem diversas vertentes, atuações, concepções políticas, perguntas e conflitos. Reforçamos também a posição de Sueli Carneiro (2003), que afirma não ser possível pensar a categoria de gênero como causa de opressão contra as mulheres e lutar somente contra a hegemonia masculina. Para ela, é fundamental que essas lutas estejam articuladas com o combate a outras opressões, como o racismo. Para que a luta feminista realmente abarque as pessoas, é preciso reconhecer a diversidade e como as diferentes constituições culturais e econômicas formulam violências diferentes, gerando múltiplas posições e demandas.

1.2.1. Movimento feminista latino-americano: (re)conhecendo nossas histórias.

Neste bloco, destacaremos alguns elementos sobre o desenvolvimento do movimento feminista na América Latina e, posteriormente, no Brasil. Ana Alice Alcântara Costa (2005) propõe uma narrativa congruente com a divisão da narrativa geral dos feminismos em ondas. Embora, da mesma maneira que alertamos no tópico anterior, a narrativa dos feminismos em ondas seja limitada para dar conta de todas as movimentações de mulheres e de questionamento às desigualdades de gênero na história. Considera-se o movimento de luta pelo sufrágio, que se configura a partir de 1920, como a principal manifestação da primeira onda na América Latina. O movimento, neste primeiro momento, foi conduzido hegemonicamente por mulheres de classe alta e média, que junto aos aparelhos legislativos, conquistaram o direito ao voto. Assim foi no Equador, Brasil, Uruguai e Cuba, até no início dos anos 1930, na Argentina e no Chile, após a Segunda Guerra Mundial, a partir de 1950 no México, Peru e Colômbia. Posteriormente, o movimento feminista passou por um processo de desarticulação, acompanhando as tendências

da Europa e Estados Unidos. Nesse período, a autora considera que não houve grandes questionamentos aos papéis tradicionais de gênero, que inclusive foram reforçados.

Para Nancy Sternbach, Marysa Navarro-Aranguren, Patricia Chuchryk e Sonia Alvarez (1994), os países latino-americanos partilham a característica comum de terem sido assolados por crises econômicas e políticas que envolvem dívidas nacionais, planos de austeridade e mudanças políticas drásticas. Esses aspectos tornaram especialmente difícil o processo de organização de grupos feministas nos países latino-americanos, ao mesmo tempo em que possibilitaram um contorno diferente por implicar o movimento na luta contra os efeitos da colonização ocidental. Ainda segundo as autoras, o feminismo latino-americano ganhou força a partir dos anos de 1960 e, principalmente, nos anos de 1970, em uma época em que os regimes militares e a repressão estatal perseguiram todos os movimentos progressistas. Em nome da segurança nacional, milhares de pessoas desapareceram e foram violentadas por dispositivos repressivos do Estado. Segundo a delimitação de Costa (2005), neste período inicia-se a segunda onda do movimento feminista latino-americano.

Nesse contexto, as movimentações feministas apareceram intrinsicamente como movimento de oposição. Os grupos feministas não lutavam somente contra o patriarcado e a dominação masculina, mas também se juntavam a outros grupos no combate ao imperialismo e à exploração socioeconômica. Neste sentido, houve uma configuração da prática feminista latino-americana muito diferente daquela que emergiu na Europa no mesmo período. Se lá muitas das construções feministas organizaram-se a partir das teorias liberais e de um contexto burguês, as feministas latino-americanas denunciavam, aqui, os fundamentos patriarcais da repressão, do militarismo e da violência institucionalizada do Estado (Sternbach et al., 1994).

Enquanto o discurso do Estado exaltava as virtudes dos papéis tradicionais das mulheres, a política econômica impelia milhares de mulheres a venderem sua força de trabalho, ao mesmo tempo em que eram violentadas sexualmente e humilhadas. No final da década de 1970, tanto em países governados por civis, quanto por militares, políticas sociais reacionárias provocaram movimentos generalizados de oposição. Durante a década de 1970, nos governos militares da Argentina, Chile, Uruguai e Brasil, as mulheres participaram ativamente em lutas pela democracia e por direitos humanos. Da mesma forma, no Peru, início da década de 1980, as mulheres da classe operária estiveram à frente das lutas rurais de base (Sternbach et al., 1994).

Com exceção da Argentina – país em que o feminismo foi hegemônico por grupos de profissionais liberais – o feminismo da segunda onda na América Latina nasceu em movimentos da esquerda. A aliança com setores progressistas naquele contexto era essencial para a

viabilidade de um projeto feminista. A influência da esquerda afetou fortemente os primeiros anos do movimento feminista, o que levou muitas feministas a privilegiarem a luta de classes em detrimento das disputas de gênero. Todavia, essa relação foi alimentada por múltiplas contradições e tensões, pois, também nesses espaços, havia a dominação dos homens e a predominância de práticas sexistas, em que as questões de gênero eram comumente relegadas à uma posição secundária de importância nas lutas (Sternbach et al.,1994; Costa, 2002).

A partir da relação que se estabeleceu com uma esquerda marcada pelo legado guevarista e/ou marxita-leninista, grupos feministas se viram como a vanguarda de um movimento revolucionário de mulheres. Com isso, as mulheres da classe operária passaram a desenvolver criativas estratégias de sobrevivência coletiva nos períodos de crise econômica, muitas vezes em diálogo com a Igreja Católica e com grupos de esquerda. Dessa forma, formaram-se grupos de bairro para prover as necessidades básicas da vida e que assumiram a liderança nas estratégias de resistência do cotidiano, apesar de corresponderem, na maior parte das vezes, aos papéis sociais esperados para as mulheres. A tortura, os desaparecimentos e a repressão política também uniram mulheres de todas as classes sociais na organização de movimentos por direitos humanos. Na América Latina, esses movimentos são comumente chamados de movimento de mulheres ou movimentos femininos (Sternbach et al.,1994)

Outro aspecto que Sternbach et al.(1994) consideram importante para compreender o movimento feminista latino-americano são os conflitos entre os movimentos feministas e os movimentos de mulheres. Era comum que movimentos rurais de mulheres próximas da Igreja ou da esquerda hegemonicamente masculina, receassem incorporar o rótulo de feministas e a adoção de crenças feministas “ruins”- como o direito ao aborto¹⁰ e a livre determinação sexual – problemáticas vistas como intrinsecamente burguesas e divisoras da unidade de luta da classe operária. Da mesma maneira, as feministas latino-americanas deram prioridade ao trabalho com movimentos de base, e, muitas vezes, deixavam de discutir algumas questões por receio de perder a legitimidade frente aos grupos que apoiavam essas articulações. Entretanto, com a aproximação entre mulheres que se organizavam em seus bairros e grupos que levantavam a bandeira dos feminismos, feministas latino-americanas perceberam que questões tidas como tabus, como sexualidade, reprodução ou violência doméstica, eram importantes e precisavam ser priorizadas junto com outras questões dos movimentos de classe.

¹⁰ Contudo, é importante destacar que existem exceções na relação entre a Igreja Católica e o movimento feminista. Podemos citar, por exemplo, o “Católicas pelo direito de decidir”, movimento internacional de mulheres católicas que questionam algumas leis eclesiais da Igreja, como as questões relacionadas ao aborto.

Na década de 1980, o feminismo latino-americano expandiu-se consideravelmente enquanto movimento portador de diversas expressões que atuam na política, na cultura e na sociedade. Houve a ampliação dos temas feministas em revistas, coletivos de cinema, coletivos de discussão pela não-violência contra a mulher, em grupos por direitos de lésbicas e outros. Assim, os movimentos feministas passaram a defender não somente a esfera de uma luta revolucionária social, mas também a revolução da vida cotidiana (Sternbach et al., 1994), embora seja importante marcar que as feministas latino-americanas contemporâneas constituam apenas uma parte de um movimento mais amplo de mulheres.

Segundo Costa (2005), três perfis de mobilizações políticas das mulheres, no período pós-regimes militares, podem ser identificados. O primeiro são os grupos de direitos humanos voltados para a luta por anistia política, retorno dos exilados, proteção aos presos políticos e denúncia aos desaparecidos; o segundo são os grupos e organizações feministas; e o terceiro são as organizações de mulheres urbanas e pobres articuladas por meio de bairros, associações e federações que lutavam por questões da vida das mulheres e suas famílias, como a melhoria do transporte, saúde, saneamento básico, creches e outros.

No início da década de 1990, as organizações feministas passaram a se organizar cada vez mais através das Organizações Não Governamentais (ONGS) e em posições institucionalizadas. Sternbach et al. (1994) questionam se, por este meio, apesar de ter crescido quantitativamente, o movimento feminista não diluiu o seu caráter subversivo e desestabilizador da ordem. De qualquer maneira, as autoras reconhecem que o movimento latino-americano se apresenta como heterogêneo e é, majoritariamente, composto por mulheres que se identificam como feministas e que conservam o compromisso com a justiça socioeconômica e com o fortalecimento popular.

Embora as relações entre feministas e movimento de mulheres até a atualidade não sejam consensuais, convergem na compreensão de que a agenda feminista precisa incluir as preocupações relativas às mulheres das classes populares, defendendo um projeto transformador que seja antirracista e classista. Mesmo conflituosa, a participação em instituições, sindicatos e partidos em que homens atuam não é necessariamente um problema para a prática feminista, já que o movimento se dá por diferentes expressões e deve atuar em uma diversidade de contextos (Sternbach et al., 1994).

1.2.1.1. Movimento feminista no Brasil.

Apesar do tópico anterior já ter abordado e fornecido algumas indicações sobre as lutas feministas no Brasil, consideramos relevante destacar especificidades da constituição do movimento feminista no cenário brasileiro. No entanto, esse não é um desafio fácil, posto que, conforme Céli Regina Pinto (2003) destaca, se trata de um movimento com natureza fragmentada, com múltiplas movimentações e manifestações diversas que abrangem desde reuniões que aconteceram no espaço privado até manifestações com 3 mil participantes.

Sobre o contexto do Brasil nas três primeiras décadas do século XX, Pinto (2003) argumenta que a República nasce a partir da luta da oligarquia rural contra o centralismo monárquico, em um país recém-saído da escravidão, com elevada população pobre e regido por um pacto entre coronéis de São Paulo e Minas Gerais. Mesmo nesse cenário, as contradições permitiram manifestações de grupos marginalizados socialmente. Além disso, o processo de urbanização veio acompanhado pelo surgimento da classe média e operária, o que, consequentemente, trouxe novos impactos e manifestações sociais. O movimento de mulheres surge nesse contexto como grupos que se manifestavam não somente para requisitar seus direitos ao Estado, mas para se organizar coletivamente e também dialogar com a população em geral.

Segundo Maria Amélia Teles (2017), ativista feminista e ex-presa política durante o regime ditatorial, o processo de urbanização, nos anos 1900, contribuiu para ampliar a população operária no Brasil submetida a duplas ou triplas jornadas de trabalho. Nesse contexto, as mulheres formavam o grupo que comumente trabalhava mais horas por menores salários. Na primeira década do século XX, existiram diversas manifestações de operárias por melhores condições de trabalho. Entre elas, em 1906, operárias assinaram um Manifesto às Trabalhadoras de São Paulo, no qual incentivavam as costureiras a denunciarem os baixos salários, as jornadas de trabalho muito longas e as condições precárias em que viviam. Também foi nesse período que foi realizado o I Congresso Operário Brasileiro, no qual foi aprovada a luta pela regulamentação do trabalho feminino. Em 1907, houve diversas greves e a categoria das tecelãs, destacou-se no movimento grevista.

Os anos seguintes continuaram marcados pelas greves operárias. Segundo Teles (2017), as manifestações no setor têxtil contaram com a participação massiva de mulheres e crianças, conseguindo, como conquista, a promulgação de uma lei que incluía a abolição do trabalho noturno para mulheres e adolescentes. Assim como aconteceu em outros países, esse também foi um período marcado pelas movimentações femininas por direito ao voto, incorporada por uma parcela expressiva de mulheres oriundas principalmente da classe média. Em 1910, um

grupo dessas manifestantes fundou o Partido Republicano Feminino, em que defendiam não somente o direito ao voto, mas a emancipação e independência das mulheres, assim como o fim da exploração sexual contra elas. Em 1919, uma das fundadoras do partido, Leolinda Dalho, tentou se candidatar à Intendência do Rio de Janeiro e, nesse mesmo ano, liderou uma passeata com 90 mulheres pelo direito ao voto (Pinto, 2003).

A década de 1920 foi marcada por uma forte ebulição social, contando com eventos importantes como a fundação do Partido Comunista do Brasil e a Semana de Arte Moderna. Nesse cenário, o movimento de mulheres era composto por um grupo grande e diverso, no qual atuavam organizações de bairros, sindicatos e meios de comunicação públicos como revistas, jornais e espaços para dialogar sobre as demandas das mulheres. Em 1922, foi realizado o I Congresso Feminista Internacional, tendo como ponto de partida o Rio de Janeiro para a criação da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), com a liderança de Bertha Lutz. A federação tinha como proposta orientar as mulheres na escolha de uma profissão, assim como objetivava debater sobre os direitos políticos (Leite, 1984). Pinto (2003) acrescenta que esse foi um movimento de alcance nacional e associa tamanha repercussão ao pertencimento de Bertha Lutz às elites econômicas e intelectuais da época, assim como pelo “feminismo comportado” o qual defendia. Em outras palavras, ela requisitava ao Estado o direito das mulheres ao voto utilizando do próprio Estado como estratégia, e não questionando a posição dos homens na construção de desigualdades.

Além do movimento liderado por Bertha Lutz no início do século XX, Pinto (2003) destaca outros dois: um que nomeia como feminismo difuso, marcado por múltiplas manifestações feministas que se expressam a partir da imprensa alternativa e abordam principalmente questões como a educação das mulheres, a dominação dos homens e a relação com o espaço público, sendo composto em geral por professoras, escritoras e jornalistas; um outro que manifesta-se no anarquismo e no Partido Comunista, por mulheres que lutam contra a exploração do trabalho e articulam as teses feministas aos ideais anarquistas e comunistas, sendo composto principalmente por militantes, trabalhadoras e intelectuais.

O voto se tornou realidade na Constituinte brasileira de 1934 com a ajuda de Carlota Pereira de Queiróz. No ano de 1934, surgiu a União Feminina como parte da Aliança Nacional Libertadora, organização comunista que tinha como objetivo opor-se ao Governo Vargas e que defendia a instauração de um governo popular. No ano posterior, foram presas todas as dirigentes do movimento, entre elas Olga Benário Prestes, militante que lutava contra o nazismo e que foi deportada para a Alemanha para ser presa e assassinada em um campo de concentração

(Teles, 2017). Entre as décadas de 1930 e 1940, houve a outorga da Carta constitucional de 1937, marcada pela censura da imprensa. Esse fato afetou diretamente a imprensa feminista, que voltou à cena no Brasil somente na década de 1960 (Schlindwein, 2012; Teles, 2017).

Entre 1960 e 1964, eclodiram diversos movimentos de massa, incorporando diferentes expressões dos movimentos sociais. Em reação conservadora, as forças militares organizaram uma grande manifestação com milhares de mulheres – 500 mil em SP e 200 mil em Minas Gerais –, lutando em defesa das políticas de direita hegemônicas pela Marcha com Deus pela Família e a Liberdade. Em abril de 1964, foi instaurada a ditadura militar no Brasil e houve grande repressão às forças populares organizadas, mas também a professoras e professores, advogadas e advogados, jornalistas e estudantes. Presídios e campos de tortura foram inaugurados; diversas pessoas foram processadas por participarem de atividades clandestinas; muitas foram exiladas e outras passaram a viver na clandestinidade (Teles, 2017). Pinto (2003) acrescenta que, se na Europa e nos Estados Unidos o momento era de grande efervescência política, no Brasil, vivia-se um período de forte repressão, conservadorismo e violência.

Em relação à situação das mulheres, Teles (2017) afirma que algumas engajaram-se na procura de seus filhos e maridos presos ou desaparecidos. Outras participaram de organizações clandestinas em parceria com homens engajados na luta contra a ditadura. Porém, a grande maioria das mulheres, sob a ditadura, estava em busca do mercado de trabalho, o qual absorveu a mão-de-obra feminina, que era também mais barata que a dos seus companheiros homens. Corroborando com algumas condições que já existiam anteriormente, não eram oferecidos para as mulheres equipamentos necessários ao trabalho e havia sobrecarga de funções, o que se agravava junto ao acúmulo do trabalho no ambiente doméstico e muitas mulheres casadas e/ou jovens não eram contratadas pelas empresas, que temiam ter que pagar pela gravidez.

Nos anos 1970, Sarti, citada por Schlindwein (2012) destaca duas fortes tendências dos movimentos feministas e de mulheres: uma primeira voltada para a atuação pública de mulheres, preocupada com temas como trabalho, direitos, saúde e redistribuição de poder; e uma segunda, preocupada com os aspectos mais subjetivos e voltada para grupos de estudo, reflexão e convivência. É necessário pontuar que essas tendências não eram excludentes, mas produziam efeitos recíprocos.

Sobre a primeira tendência, Teles (2017) considera que muitas mulheres intensificaram sua atuação em clubes de mães e associações de bairro, onde faziam levantamentos para

entender as principais demandas e decidirem coletivamente como encaminhá-las¹¹. Elas produziram diversas cartas públicas e as levaram para paróquias e autoridades do poder público, recebendo apoio de alguns grupos mais progressistas da Igreja Católica e de alguns partidos de esquerda. Mesmo que contassem com tal apoio, a autora enfatiza que as mulheres se organizavam de forma autônoma para falar de seus problemas, a saber: a necessidade de trabalhar fora, o custo de vida, os baixos salários e a necessidade das creches. Pinto (2003) acrescenta ainda que, embora esses movimentos de mulheres não se intulassem feministas e não buscassem direitos específicos para as mulheres, houve diversas aproximações entre os grupos feministas e os movimentos de mulheres.

As organizações de mulheres se aproximaram das pautas e de grupos feministas. Consequentemente, tal interlocução abriu espaço para que as mulheres pudessem falar sobre temas como sexualidade, lesbianidade, violência doméstica, aborto, casamento e outros, experiências comuns às mulheres, mas que eram agravadas pelas condições precárias em que viviam as mulheres da periferia. A partir desses encontros, foram realizados congressos, manifestações e reuniões para discutir questões relativas à vida das mulheres. Entretanto, essa aproximação era comumente dificultada por dirigentes políticos e dirigentes religiosos, que consideravam elementos da pauta feminista como irrelevantes no contexto brasileiro (Teles, 2017).

No ano de 1978, eclodiram diversas greves operárias na região do ABC que mobilizaram cerca de 200 mil trabalhadoras e trabalhadores, prioritariamente por aumento de salários. Nesse período, em uma fábrica de carburadores, 800 mulheres puxaram uma greve que foi sucedida por diversas outras mobilizações de empregadas domésticas, pescadoras, químicas e outras. Em algumas categorias profissionais, apareciam a exigência por remuneração igual, por acesso a cursos profissionalizantes, por oportunidades iguais de trabalho, contra assédio sexual, pelo direito à amamentação e pelos direitos das mulheres casadas e gestantes. Concomitantemente, havia a tensão constante quanto à criação de um departamento específico para as mulheres nos sindicatos, ideia repelida pelos dirigentes (Teles, 2017).

Com um olhar mais voltado para a segunda tendência, Galinkin e Ismael (2011) consideram que as feministas brasileiras centraram seus esforços na pesquisa social e criaram vários núcleos de estudo nas universidades do país, embora outras fontes de mídias feministas

¹¹ Como efeito dessas organizações, as mães da Zona Sul fizeram uma manifestação com 500 mulheres na Assembleia Legislativa de São Paulo, em 1976, por mais escolas para seus filhos, resultando na criação do Movimento do Custo de Vida – movimento que desencadeou uma das maiores manifestações em massa pós-1964 (Teles, 2017).

já fossem produzidas desde 1920. São obras de importância reconhecida o livro “A mulher na construção do mundo futuro”, de Rose Marie Muraro, publicado em 1966, e, três anos depois, a tese de Heleieth Saffioti intitulada “A mulher na sociedade de classes: Mito e Realidade”. Posteriormente, a continuidade dos estudos sobre as mulheres foi possível apesar das resistências enfrentadas no meio acadêmico e nas instituições financiadoras, que não consideravam o feminismo como tema relevante de pesquisa.

O ano de 1975 é considerado importante para as lutas feministas, pois, como parte das comemorações do Ano Internacional da Mulher promovido pela Organização das Nações Unidas (ONU), foram realizadas várias atividades públicas em São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. As ações reuniram pessoas interessadas em discutir as condições das mulheres na sociedade e foi a primeira vez que as mulheres podiam organizar-se publicamente desde 1967-1968. Com a visibilidade desse evento, surgiram novos e diversos grupos de mulheres pelo país - entre eles grupos de estudo e grupos de ação - e a criação de jornais. Um desses jornais foi o “Nós Mulheres”, criado por universitárias e antigas militantes do movimento estudantil como um jornal abertamente feminista (Costa, 2002).

Schлиндwein (2012) acrescenta que, no ano de 1975, foi criado o Centro da Mulher Brasileira, voltado à pesquisa, reflexão e análise da condição das mulheres. Todavia, Teles (2017) argumenta que, somente em 1976, no jornal “Brasil Mulher”, aparece a palavra feminismo em sua edição, fato que, segundo a autora, causou bastante controvérsia, inclusive na própria equipe que organizou o periódico. É importante questionar a quem incomodava que as mulheres se identificassem enquanto feministas, e, ainda, o que era ameaçado quando elas passavam a circular suas demandas a partir de uma posição feminista?

O contexto no final da década de 1970 foi marcado pela anistia aos presos e exilados políticos, assim como pela reforma partidária e consequente redemocratização (Pinto, 2003). Nesse cenário, segundo Galinkin e Ismael (2011) houve um reconhecimento institucional da relevância dos temas feministas, o que se expressou no investimento realizado pela Fundação Ford propiciando, entre 1970 e 1990, a produção de um conjunto de pesquisas em todas as regiões do Brasil sobre diversas temáticas de gênero. Já os anos de 1980, trouxeram sérios e importantes dilemas: o avanço dos movimentos feministas fizeram com que eles se tornassem alvos de interesses partidários e então os partidos políticos, inclusive aqueles de direita, começaram a incorporar demandas das mulheres aos seus programas e criaram departamentos femininos no interior de suas estruturas. Em contrapartida, a ebulição partidária teve como

reflexo a diminuição das práticas autônomas, motivo de tensão entre os grupos feministas até a atualidade (Costa, 2002).

Em relação a esses dilemas, cabe dizer um exemplo: Em 1983, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) ganhou as eleições para o governo de São Paulo e criou o Conselho Estadual da Condição Feminina, como um primeiro mecanismo pós-golpe para a implementação de políticas públicas para as mulheres. Entretanto, a participação do movimento no conselho dividiu os movimentos feministas. Por um lado, havia as feministas que defendiam a tese de que o movimento deveria ocupar espaços governamentais para garantir maiores instrumentos na organização e ação feminista. Por outro, outras mulheres defendiam que a atuação deveria se dar por meio dos movimentos sociais e se preocupavam com a perda de autonomia dos movimentos feministas. Os anos seguintes foram marcados pelo entusiasmo das alianças dos movimentos com o Estado (Costa, 2002).

Galinkin e Ismael (2011) citam algumas conquistas oriundas das lutas dos movimentos feministas ao longo da década de 1980 como: maior participação das mulheres em movimentos sociais, sindicatos e etc., embora isso não tenha significado necessariamente uma atuação parlamentar significativa; criação de diversas entidades voltadas ao combate da violência contra as mulheres, como, por exemplo, as delegacias especializadas de atendimento às mulheres; e, por último, maior visibilidade quanto às diferenças de oportunidades para homens e mulheres na educação, o que, conseqüentemente, abriu espaço para maior inserção das mulheres no ensino fundamental e superior. Por outro lado, as autoras questionam em que medida as garantias institucionais sobre os direitos das mulheres realmente se traduziram em transformações cotidianas em suas vidas e contribuíram para relações sociais de gênero menos desiguais

A década de 1990, por sua vez, foi marcada pelo desmonte e pela fragilização dos organismos estatais voltados para as mulheres, em função do conservadorismo político dominante e pelo descrédito dos movimentos autônomos. Os conselhos que foram criados funcionavam em condições precárias, não tinham respaldo institucional para atuar com maior alcance, e, nesse contexto, muitas feministas que trabalhavam nesses espaços criaram organizações não-governamentais feministas, passando a exercer, de forma especializada e profissionalizada a pressão junto ao Estado (Costa, 2002). A descrença quanto aos mecanismos estatais para mulheres, junto a outros fatores, contribuiu para a multiplicação de expressões feministas e práticas organizativas. Por exemplo, surgiram associações de oradoras e

departamentos femininos em sindicatos, além de organizações feministas de mulheres negras e outros grupos específicos.

Um outro marco importante foi a movimentação para a Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher, em Pequim, na China, em 1995, e as articulações feministas da América Latina que se realizaram com a participação de várias mulheres nos Encontros Feministas Latino-Americanos e do Caribe, realizados desde 1981. Cabe destacar que esses encontros acabaram propiciando debates e conflitos importantes para os movimentos feministas, como, por exemplo, questões de raça-etnia e classe em relação a própria gestão e programação dos encontros (Costa, 2005). Para Galinkin e Ismael (2011), os anos de 1990 foram muito produtivos em vários sentidos. Elas percebem como avanço, nas produções teóricas sobre as mulheres, a adoção da expressão “estudos de gênero” e a multiplicidade dos assuntos estudados, o que incluiu, por exemplo, trabalhos voltados para a população LGBTTs.

Em 2003, durante a XXIX Sessão do Comitê sobre a Eliminação da Discriminação da Mulher, Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), tinha acabado de ser empossado como presidente, assumindo ao longo dos anos, uma série de compromissos com o movimento feminista. Apesar de várias críticas aos governos do PT – como a instrumentalização e utilização dos movimentos feministas como massa de manobra, a reduzida efetivação e o abandono público dos mecanismos de controle social (Costa, 2005) – houve a criação de políticas afirmativas para grupos minoritários e esses mecanismos foram muito importantes no respaldo às lutas que já aconteciam nos movimentos sociais. É importante destacar, por exemplo, a implementação da Lei Maria da Penha, em 2006, com o objetivo de criar mecanismos para coibir a violência contra as mulheres.

Ao fazer uma retrospectiva da situação das mulheres no Brasil, Miguel e Biroli (2014) consideram que o país é marcado por desigualdades significativas, concentração no acesso a recursos e na efetiva influência política. Ainda assim, o autor e a autora reconhecem que, nas últimas décadas, a condição das mulheres se alterou significativamente, principalmente no âmbito do mercado de trabalho e no ensino superior. Miguel e Biroli ponderam que, mesmo que as mulheres pobres sempre tenham trabalhado, é cada vez maior o número de mulheres em atividades profissionais com alta remuneração e reconhecimento social. Em relação à educação, em 2001, 12,1%¹² das mulheres tinham mais de dez anos de estudo em comparação a 9,7% dos homens. Em 2009, quase 60% das matrículas no ensino superior eram do sexo feminino.

¹² Os dados podem ser acessados em “Séries estatísticas e séries históricas” do IBGE, acessado em 25 fev. 2018 e recuperado de <https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/>.

Contudo, segundo Miguel e Biroli (2014), esses mesmos dados revelam outras desigualdades que não podem ser compreendidas senão pelo recurso da interseccionalidade. A taxa de escolarização no ensino superior entre mulheres era de 23,8%¹³, mas entre as mulheres negras permanecia abaixo de 10%. Em relação ao trabalho, a qualificação profissional não tem sido suficiente para que mulheres ocupem posições equânimes ou recebam salários semelhantes no mercado de trabalho, sendo que o rendimento mensal médio dos trabalhadores é quase o dobro do rendimento das trabalhadoras, sem mencionar os inúmeros casos de assédio sexual recorrentes no contexto do trabalho. A renda ainda oscila entre o sexo e a cor dos indivíduos. A renda média dos homens brancos é quase três vezes maior que a das mulheres negras, enquanto a renda média das mulheres negras é 44%¹⁴ menor do que a das mulheres brancas.

Para colaborar na discussão sobre as relações de gênero no contexto brasileiro, é fundamental que se considere a raça como um marcador central. Nesse sentido, conforme Luciana de Oliveira Dias (2010), as identidades negras têm sido vistas em um contexto em que acontece a associação entre atributo e estereótipo, em um modelo no qual as pessoas brancas são apresentadas como superiores e as pessoas negras como inferiores, sedimentado em uma relação de opressão. A autora destaca o caráter institucionalizado do racismo, o qual, por meio de arranjos institucionais, restringe a participação plena de determinados grupos raciais, assim como violenta, silencia e nega a dignidade das pessoas negras. Devemos considerar, ainda, que tal opressão torna-se mais nociva com a difusão do mito da democracia racial. Especificamente sobre a situação das mulheres negras, a autora reflete que as mesmas têm que lidar com processos duplamente estigmatizantes: os que se referem à re-significação das relações raciais e os resultantes da padronização das relações de gênero, que impõem modelos sobre o que é ser mulher.

Além disso, as estruturas patriarcais e as múltiplas funções atribuídas às mulheres tornam a vivência no trabalho ainda mais complexa. Miguel e Biroli (2014) destacam que, em 2009, 35,2%¹⁵ das mulheres eram chefes de família, porém, a renda *per capita* média nas famílias chefiadas por elas era e ainda é bastante inferior às das famílias chefiadas por homens. Assim, embora as mudanças nos arranjos familiares reflitam mudanças nas relações de gênero,

¹³ Dados trazido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), no relatório “Retrato das desigualdades de gênero e raça” (Brasília, Ipea, ONU Mulheres, SPM, Seppir, 2011). Recuperado de <http://www.ipea.gov.br/retrato/>

¹⁴ Dado trazido pelo IPEA, Retrato das desigualdades de gênero e raça (Brasília, Ipea, ONU Mulheres, SPM, Seppir, 2011).

¹⁵ Os dados podem ser acessados em “Séries estatísticas e séries históricas” do IBGE, acessado em 25 fev. 2018 e recuperado de <https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/>

inclusive no que tange aos papéis convencionais de gênero, a ausência de políticas públicas adequadas, a falta de creches públicas gratuitas, a violência sexual e doméstica e a naturalização de alguns papéis tradicionais de gênero fazem com que as mulheres acabem sobrecarregadas e sejam penalizadas com a experiência no trabalho. Nesse sentido, ocupar os espaços públicos sem articular essas questões a uma mudança estrutural das relações sociais de gênero é insuficiente para promover uma mudança social efetiva.

Finalmente, Miguel e Biroli (2014) pontuam que a eleição de uma mulher para a presidência teve um efeito simbólico significativo, ainda que não tenham existido muitos avanços específicos na agenda feminista. Por outro lado, podemos afirmar que o impeachment contra a presidenta Dilma Rousseff trouxe à tona vários aspectos da misoginia estrutural que permeia nossa sociedade, desde o entendimento que, na política, assim como na guerra, não cabem mulheres, até as críticas políticas que foram dirigidas à presidenta em função de ser mulher. Outra informação preocupante são os dados sobre as posições políticas ocupadas por mulheres. A ocupação de mulheres em cargos federais permanece inferior a 10%¹⁶ se mostra inferior a 12% nas Câmaras de Vereadores e não ultrapassa 10% dos cargos na prefeitura. Dessa forma, é muito sério pensar que as mulheres são 50% da população e que as leis e políticas públicas que afetam diretamente as suas vidas são feitas por homens. Por fim, esse cenário é ainda mais desesperador quando pensamos no desmonte de direitos que a população brasileira vem sofrendo junto ao governo de legitimidade questionável de Michel Temer¹⁷.

1.3. Notas sobre os movimentos feministas na história

Nem se fosse nosso objetivo apresentar todas as dimensões dos movimentos feministas no capítulo isso seria possível, já que o mesmo se destaca pela complexidade e pela pluralidade. Convivemos, constantemente, com o surgimento de novas expressões feministas junto aos movimentos feministas já estruturados. Além disso, abordar os movimentos feministas não é um exercício simples, pois suas demandas estão muito ligadas às construções identitárias e às relações sociais de gênero que permeiam toda a sociedade. Tal característica produz como efeito

¹⁶ Dados trazidos pelo IPEA, em “Retrato das desigualdades de gênero e raça” (Brasília, Ipea, ONU Mulheres, SPM, Seppir, 2011). Recuperado de <http://www.ipea.gov.br/retrato/>

¹⁷ O impeachment de Dilma Rousseff foi um processo iniciado em dezembro de 2015, pelo presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha, segundo uma denúncia por crime de responsabilidade, e se encerrou em agosto de 2016. Com seu afastamento, a presidenta foi sucedida por seu vice Michel Temer. Entretanto, tal processo foi vivenciado de maneira extremamente conflituosa para os movimentos sociais, os quais denunciaram, a época, o caráter de golpe de estado no processo de impedimento e, de consequência, não reconheceram sua legitimidade.

expressões políticas que se misturam, se tensionam e se alternam entre, de um lado, perspectivas individuais e mais subjetivas e, de outro, perspectivas coletivas e mais históricas.

Estudando as movimentações feministas ao longo da história, um aspecto que nos chamou a atenção é que, diferente da maior parte das narrativas europeias, os movimentos feministas, no contexto latino-americano, se desenvolveram com características próprias e sentidos particulares. Por exemplo, o contexto atravessado por golpes de Estado e repressão implicou em movimentos muito mais próximos das classes populares e articulados com outras lutas sociais. Contudo, apesar da aproximação histórica dos movimentos feministas latino-americanos aos grupos de esquerda, é interessante perceber que seu desenvolvimento se deu de forma relativamente autônoma e complexa em relação aos partidos e instituições. Nos grupos políticos feministas encontram-se feministas autônomas, feministas partidárias, feministas institucionalizadas e outras. Apesar desta diversidade não existir sem profundos conflitos, consideramos a coexistência de diversas vertentes como parte fundamental para a vivacidade dos feminismos.

A própria utilização da expressão “movimentos feministas” se mistura no contexto latino-americano, em um grupo mais amplo e difuso, os “movimentos de mulheres” (Sternbach et al., 1994). Mulheres que estão nas associações de bairro, organizam-se em coletivos feministas, profissionais que se assumem feministas, pesquisadoras que debatem questões de gênero nos espaços acadêmicos, todas elas, com suas respectivas diferenças, aproximam-se na luta por causas feministas e no engajamento por transformações sociais. Esse aspecto nos faz pensar sobre a potencialidade política do feminismo em agregar pessoas e lutas sociais a favor da emancipação, principalmente quando articulado às questões de classe e raça.

No Brasil, como vimos anteriormente, o movimento feminista teve uma inserção considerável em aparelhos institucionalizados e conseguiu obter diversos avanços nas políticas públicas. Entretanto, a partir do que afirma Costa (2005), refletimos que ocupar estes espaços não tem sido suficiente para garantir conquistas feministas por meio de ações estatais, já que convivemos com a grande contradição de que o Brasil ocupa o quinto lugar no *ranking* internacional de feminicídio¹⁸ (Mapa da Violência, 2015). Nos perguntamos, também, em que medida a grande inserção institucional dos feminismos, principalmente nas políticas públicas, pode ter contribuído para a desmobilização e diminuição do potencial subversivo dos movimentos feministas. Considerando que hoje as principais fontes financiadoras para projetos

¹⁸ Para mais informações, ver em: http://www.mapadaviolencia.org.br/mapa2015_mulheres.php

feministas são oriundas de fundos de grandes empresas, nacionais e internacionais, desconfiamos dos interesses desses investimentos e dos tipos de feminismos que interessam aos grupos empresariais.

Sem negar as contradições que permeiam esse processo, consideramos que, apesar do impacto positivo na população, provocado pela circulação e representação de projetos feministas, os fundos privados estão muito mais interessados em cooptar os movimentos sociais por meio de recursos financeiros que asseguram uma relação de controle e dependência com os próprios movimentos, que deixam de se engajar em lutas por transformações sociais. Além disso, nos parece que existe uma relação focada no consumo por parte das empresas que promovem certos feminismos mais rentáveis ao capitalismo.

Por fim, entendemos que as lutas feministas adquirem mais força quando são articuladas a sentidos mais coletivos e são tomadas como uma tarefa importante para toda a humanidade e não só para as mulheres. As lutas feministas se constituem continuamente de um por-fazer, que é sempre limitado, parcial e que convive entre o conflito, a contradição e o agenciamento.

Capítulo 2 - Psicologia e os Estudos Feministas: Encontros (Im)possíveis?

Após abordar os movimentos feministas na história no capítulo anterior, consideramos importante, neste capítulo, entender como tem sido construída a relação da Psicologia com as disputas sobre as representações de gêneros, assim como compreender os efeitos das críticas feministas sobre a ciência e sobre a própria Psicologia. Ressaltamos que enunciar narrativas sobre a emergência da Psicologia como campo de conhecimento contribui para refletir sobre quais as implicações de certos processos sociais na relação da ciência psicológica com o conceito de gênero. Nosso interesse está em abrir diálogos, provocações e pensar contradições que não se resolvem nesse capítulo. Desse modo, iniciaremos refletindo sobre aspectos importantes na constituição da Psicologia para, depois, abordar como o conceito de gênero tem sido articulado historicamente na Psicologia e, em seguida, discutir como as articulações de gênero na Psicologia têm se expressado na América Latina e no Brasil. Por fim, elaboramos algumas considerações acerca das possibilidades e dos impasses na relação entre a Psicologia e os estudos feministas e de gênero.

2.1. Contexto de Emergência da Psicologia

Entendemos que a Psicologia não é um conjunto de saberes dissociado de outros campos do conhecimento. Também não é atemporal, pois como projeto científico, está inserida em processos societários mais gerais. Nesse sentido, retomar a história desses processos faz sentido neste trabalho, pois possibilita compreender aspectos históricos, sociais e filosóficos que atravessam a Psicologia tal como a conhecemos hoje.

2.1.1. Constituição da razão moderna e as concepções de gênero.

O atual paradigma de racionalidade ocidental tem suas bases iniciais na tradição greco-medieval. Foi na Grécia que o conceito de ser foi problematizado filosoficamente tornando-se central para o pensamento ocidental. Também foi a partir da tradição greco-medieval que se organizaram os primeiros modelos filosóficos sobre relações sociais e estruturas da vida social, os quais contribuíram para a constituição das sociedades modernas. Segundo Émile Noël, em entrevista a François Chatêlet (1994), a ideia de acessar e dominar a realidade pela palavra vem desde os tempos socráticos, quando a violência e outras formas de socialização foram

secundarizadas em relação à ideia de razão, como parte do projeto político necessário para gerir uma sociedade. Como já abordamos no primeiro capítulo sobre algumas concepções greco-medievais acerca das mulheres, neste, nos concentraremos nos aspectos sociais e filosóficos que influenciaram na constituição do pensamento ocidental moderno.

Para Ivo Tonet (2005), as tradições filosóficas greco-medievais foram marcadas por uma preocupação ontológica fundamental: pensar o ser em sua estrutura mais geral e essencial. O fenômeno seria apenas o desdobramento de uma essência transcendental, fosse ela os Cosmos greco-romano ou o Deus medieval. É importante destacar que essas ideias eram possíveis apenas para um extrato específico de pessoas, isto é, aqueles que podiam acessar “racionalmente” o mundo pela palavra não eram escravas e escravos, servas e servos, mulheres, estrangeiras e estrangeiros, e nem crianças (Châtelet, 1994). Já com a Modernidade, os estudos de Galileu e, posteriormente, de Descartes, de Hobbes e de Locke deram novos sentidos aos projetos teóricos e políticos sobre a razão e a forma de acessar a realidade (Hessen, 2003).

A razão moderna não se manifestou apenas nos campos da filosofia e da ciência, mas esteve profundamente imbricada com acontecimentos políticos e históricos mais gerais da sociedade moderna. Assim, consideramos importante dar visibilidade para as condições vigentes na época de sua constituição para entender quais alianças, desacordos e caminhos foram tomados para a concepção hegemônica de ciência e, conseqüentemente, de Psicologia são hegemônicas hoje. Um marco histórico e político especialmente importante foi a gradativa substituição, a partir do século XV, da religião pelo Estado como determinação central da existência coletiva. Essa substituição se deu, em grande parte, pela influência da filosofia liberal, mas teve seu início quando emergiram questionamentos acerca do governo político, social e moral do Vaticano sobre a vida das pessoas (Camino & Torres, 2011).

Nos séculos XVI e XVII, a filosofia foi retomada em detrimento da religião. Isto se deu em um contexto marcado por diversos acontecimentos significativos: o aparecimento e as conquistas da física, abrindo espaço para o fortalecimento dos mitos em torno da ciência; a Reforma Protestante, que minou a Igreja Católica como único centro religioso; e o desenvolvimento das relações mercantis, modificando o conjunto da vida social. Nesse contexto, o retorno da filosofia se deu sob o predomínio do paradigma científico. Galileu, por exemplo, afirmou que seria possível, por meio do esforço mental, transformar quaisquer objetos sensíveis complicados em objetos analisáveis. A ciência deixou de ser somente descritiva e passou a ser explicativa (Châtelet, 1994).

Foi no século XVII que a filosofia liberal e, especialmente, as ideias de John Locke ganharam destaque¹⁹. Seu pensamento fundamentava-se na premissa de que todo ser humano era naturalmente dono de si e dos frutos de seu trabalho. Foi dessa concepção que decorreu a noção de uma igualdade fundamental entre os indivíduos e a defesa pelo direito natural à liberdade, à propriedade privada, à acumulação de “trabalho” por intermédio do dinheiro, à possibilidade de contratação de outros, assim como decorreu a ideia da superioridade de um governo civil, pois este limitaria e protegeria as pessoas de limitações externas e injustas aos seus direitos naturais (Wood, 2012). Alinhados com Locke, estão Adam Smith e Immanuel Kant. Cada um, a seu modo, desenvolveu a ideia de que a vida social dos indivíduos está subordinada a um direito natural à liberdade, a partir de uma concepção que serviria para fundamentar o funcionamento das leis gerais de mercado (Camino & Torres, 2011). Segundo o entendimento de Mark Blyth (2013), o liberalismo econômico de Locke seria, por si só, um manifesto político e moral que justificaria o pensamento econômico.

Em relação à concepção sobre as mulheres, Locke argumentava contra o absolutismo do rei e até contra a própria submissão excessiva das mulheres, desde que isso não abarcasse o espaço privado. Em sua concepção, no espaço privado a última palavra deveria ser a do homem, reconhecido como mais forte e mais apto. Hume, defensor da solidariedade como virtude e da sensibilização com o sofrimento do outro, ao pensar o espaço privado, também assumia uma posição similar. Ele defendia que os homens eram naturalmente os chefes de casa e as mulheres possuíam, em sua natureza, virtudes somente delas, como o recato e a castidade. Rousseau, um dos precursores da teoria liberal, ao se referir ao ideal de educação dos homens distante da corrupção, estava falando literalmente de homens. Para ele, as mulheres seriam naturalmente mais fracas e apropriadas para a reprodução, não para a vida pública (Nye, 1995).

No período Renascentista, a atividade científica se tornou um setor específico da atividade humana (Lacerda Jr., 2010). No entanto, só com o Iluminismo no século XVIII que apareceu plenamente um projeto intelectual que defendia a autonomia e libertação das pessoas em todas as esferas. Tendo Kant como principal representante, o Iluminismo defendia que, por meio da razão, seria possível libertar-se da opressão e da ignorância, por isso a importância da empreitada em produzir um conhecimento derivado da razão. Os iluministas buscavam certa

¹⁹Conforme aponta Costas Douzinas (2009), John Locke não inaugura o liberalismo, pois suas ideias sobre liberdade, igualdade natural dos seres humanos (homens), papel dos governos, propriedade, etc, são calcadas em uma concepção de direitos naturais vigentes na época. Alguns elementos do seu pensamento podem ser encontrados em Grócio, Hobbes, dentre outros. No entanto, a importância de Locke decorre dele ter sido o primeiro a sistematizar o que hoje é denominado pensamento liberal.

autonomia intelectual e prática em relação à realidade, afastando-se especialmente do absolutismo da Igreja (Parker, 2014). Para eles, as pessoas seriam autônomas e responsáveis, vivendo em um contexto sociocultural em que as estruturas sociais seriam permanentemente aperfeiçoadas pela razão (Soares, 2007).

Pensador importante para a concepção moderna de razão foi Descartes, que, alinhado com a perspectiva de Galileu, escreveu “O Discurso do Método”. Neste livro, Descartes defendeu a tese de que sempre que houvesse um sujeito pensante, existiria um pensamento capaz de fazer abstração daquilo que é sensível e captar a matéria existente. Sua ideia era tornar os seres humanos senhores e possuidores da natureza e sua produção influenciou fortemente o desenvolvimento da ciência nos séculos XIX e XX. Descartes foi reconhecido por Hegel como o filósofo fundador da Modernidade (Châtelet, 1994).

Com as diversas mudanças políticas, econômicas e filosóficas que aconteciam, especialmente considerando a Revolução Francesa e a Revolução Industrial, a concepção do mundo como um lugar estático já não era possível pois se tornava necessário reconhecer a ação dos sujeitos na história (Lacerda Jr., 2010). Destacamos que a ruptura com a Igreja e o esforço em produzir um conhecimento que não fosse místico não deve ser ignorada. No momento histórico dessa ruptura, estavam em curso importantes processos de transformação da realidade social. Contudo, pelas próprias contradições que constituem os processos sociais modernos, a razão moderna apontava em tais sujeitos a existência de limites naturais em seu potencial de ação e transformação.

O sujeito é tomado como o centro na relação com o conhecimento e passa a ser explicado por si mesmo e não a partir de sua relação com o mundo e seu desenvolvimento histórico (Lacerda Jr., 2010). Na concepção de István Mészáros (2006), as conquistas produzidas pela ruptura com a Igreja logo foram liquidadas por tal mudança, já que tudo devia enquadrar-se no modelo limitado e ambíguo da racionalidade burguesa, relegando a historicidade à esfera formal e abstrata. A razão transformou-se em um instrumento atemporal para defender o interesse dos seus portadores, os quais, segundo Ian Parker (2014), estavam alinhados com o modo de produção capitalista e pertenciam a um estrato privilegiado e minoritário da população. Podemos pensar que, como afirma Fernando Lacerda Jr. (2010), em grande medida, o pensamento moderno aproximou-se da mesma lógica que regia o período greco-romano, apenas com uma significativa mudança: ao invés de deuses que decidiam sobre os destinos do sujeito, era a natureza quem cumpria esse papel. A condição humana passou a significar algo dado naturalmente e não determinado divinamente.

A partir da segunda metade do século XIX, uma corrente se destaca: o positivismo. Segundo Löwy (2009), o positivismo seria um dos descendentes do Iluminismo. O autor identifica suas raízes nas obras de Condorcet e Saint-Simon, os quais buscavam, com intenção utópico-revolucionária, produzir um conhecimento que não estivesse à mercê do autoritarismo clerical e dos interesses das classes dominantes. Nesta perspectiva, a submissão à precisão dos cálculos e aos princípios de neutralidade e objetividade afastariam os interesses e paixões particulares, produzindo, assim, um conhecimento mais verdadeiro e popular. Condorcet e Saint-Simon defendiam a completa emancipação das mulheres, inclusive no espaço do matrimônio, embora as vissem de forma sacralizada (Nye, 1995).

Augusto Comte, quem trabalhou como secretário particular de Saint-Simon, teve algumas discordâncias com sua perspectiva. O primeiro, não concordava com o fato de Saint-Simon deixar de lado os planos para a reforma teórica do conhecimento para se dedicar às tarefas práticas de reforma das instituições. Na concepção de Comte, a sociedade estaria organizada em bases morais e, portanto, a solução dos confrontos não estaria nas reformas institucionais, mas na mudança das opiniões e dos costumes. Ele considerava que os confrontos - como a luta entre proletários e burgueses - tinham sua origem no individualismo gerado no combate ao espírito teológico. Desse modo, ele defendia que deveria existir uma filosofia única que fosse capaz de fixar princípios que orientassem a ação individual e coletiva. Seriam princípios capazes de disciplinar as ciências e orientar o pensamento nas diversas áreas de atuação e da vida social, produzindo convergência e homogeneidade (Madureira, 2005).

O pensamento positivista de Comte se centrou no debate metodológico. Sua proposta geral afirmava que todos os fenômenos seriam regidos por leis, portanto o objetivo da ciência seria sistematizar e formular tais leis gerais. Os recursos argumentativos e de abstração utilizados no passado deveriam ser abandonados em favor da observação. Ademais, o princípio da objetividade e a utilização de um mesmo método em todas as ciências garantiriam a resolução dos problemas humanos. Em outras palavras, o método era a chave para se chegar à verdade ou para se aproximar dela (Madureira, 2005). Em relação às questões de gênero, Comte argumentava que as mulheres tinham um cérebro menor do que o dos homens e, por isso, deveriam estar em posição de subalternidade (Nye, 1995).

Soares (2007) entende que o positivismo iniciado por Comte rompeu com o Iluminismo e reduziu a interação ao indivíduo isolado. Este deveria adaptar-se a uma sociedade já determinada e não questionava quais as bases que fixavam a sociedade, isto é, o positivismo toma a natureza social como um *a priori*. Para Leôncio Camino e Ana Raquel Torres (2011), o

indivíduo de Comte não é um ser social, mas um comportamento isolado cercado por estímulos externos. No presente trabalho, entendemos que, apesar de existirem particularidades que diferenciam o Iluminismo e o positivismo, no primeiro já estão dadas as bases para a fixidez da razão e a definição de um método para se produzir conhecimento, ou seja, já estavam definidas teses caras ao positivismo.

Segundo Scott (1994), nesse tipo de fazer científico, as definições positivas se legitimam a partir da negação ou da repressão de algo que é considerado antitético, em um processo pelo qual as ambiguidades e contradições são invisibilizadas. A autora acrescenta, ainda, que os objetos são considerados a partir de uma oposição em que há um polo positivo, que é dominante e prioritário, e, um polo oposto, que é subordinado e ausente (Scott, 1994). Sob a ótica das relações de gênero, Beauvoir (1970) considera que os homens têm sido representados como o polo positivo e neutro, no qual assumem a representação de todos os seres humanos, enquanto as mulheres aparecem como o polo que é negativo, identificadas como o Outro.

Embora tenham existido pensamentos dissonantes que argumentaram pela emancipação das mulheres, a construção do pensamento ocidental moderno se deu marcada pelo predomínio de concepções baseadas na ideia das mulheres como subordinadas aos homens, ao mesmo tempo que é interessante refletir que esse era o pensamento predominante da época, de forma que, os sujeitos refletiram em alguma medida este pensamento. Considerando que o positivismo ocupou lugar central na constituição da razão moderna e que influenciou consideravelmente a Psicologia, muitas de suas concepções acerca das mulheres foram transportadas para a Psicologia.

2.2. Psicologia: Estado, Propriedade e Individualismo

É no contexto descrito no tópico anterior que, por volta do século XIX, a Psicologia surge como uma nova disciplina autônoma para responder questões colocadas pela sociedade e pela filosofia. Sendo assim, alguns processos sociais catalisaram o seu surgimento, tais como as mudanças nas relações de propriedade, na família e no Estado, isto é, a consolidação do capitalismo²⁰, o qual acirrou a competição entre indivíduos nas relações de trabalho, ao mesmo

²⁰ Guardadas as especificidades que se deram em diferentes contextos, consolida-se o capitalismo. Compreendido por Lacerda Jr. (2010) como um sistema de organização social em que impera a produção de mercadorias e a busca incessante por acumulação, gerando uma relação específica entre produção e consumo. Destaca-se pela abundância e é notável que sua consolidação possibilitou diversos avanços tecnológicos, científicos, entre outros. Porém, essa mesma força que impulsionou esses avanços também se realizou a partir da busca incessante por lucro e pela acumulação de riquezas, que só está disponível à uma mínima parte da população.

tempo em que fortaleceu a ideia de que as atividades humanas eram movidas por habilidades únicas possuídas individualmente. Celebrando o indivíduo isolado, as experiências subjetivas foram concebidas como algo interior e psicológico, o que implicou em uma relação cada vez mais individualista, fragmentada e isolada dos sujeitos com a sociedade (Parker, 2014).

Segundo a análise de Sérgio Lessa (2012), um elemento central para as mudanças destacadas no parágrafo anterior foi o conjunto de transformações no processo de trabalho. O autor explica que, na nova conjuntura, alguns indivíduos passaram a exercer atividades de controle sobre aqueles que transformavam a natureza e tal controle se deu especialmente por meio da violência. O capitalismo, portanto, surgiu de uma nova modalidade de trabalho alienado, o trabalho assalariado. Para que o trabalho alienado contribuísse para a reprodução da propriedade privada, a classe dominante precisou organizar um instrumento que assegurasse a dominação sobre os trabalhadores. Tal instrumento, criado para garantir cotidianamente a violência, foi o Estado, um novo complexo social composto pelo Direito, pelas forças armadas e pela burocracia.

O trabalho assalariado contribuiu para que, na família, se operasse uma separação cada vez maior entre o tempo no trabalho e o tempo em casa. Quanto mais delimitados vão se tornando os dois espaços e tempos, mais a família foi se tornando um local de refúgio frente à competição e à exploração capitalista (Parker, 2014). Em relação a essa separação, Regina Duarte Barros e Silvia Josephson (2007) destacam que a divisão entre vida pública e vida privada pode ser traçada no século XVIII na Europa, quando a vida pública se tornou alvo do Estado e a vida privada se tornou o local de realização dos desejos individuais. Apesar de complementares, cada um desses espaços passou a ser regido por processos sociais diferentes. Na esfera pública existia o controle permanente sobre os comportamentos individuais, levando as pessoas ao isolamento e ao refúgio na vida privada, enquanto no âmbito privado, por sua vez, havia algumas funções e preceitos morais para garantir a funcionalidade da família para o Estado (Parker, 2014).

Parker (2014) afirma que era interessante ao Estado garantir o bem-estar da força de trabalho, desempenhando, cada vez mais, um papel atuante na família, na saúde das trabalhadoras e dos trabalhadores existentes, e na educação de potenciais pessoas que poderiam trabalhar. As leis e os conselhos morais da esfera pública iam delineando a forma com que as famílias deveriam operar no espaço privado, garantindo cada vez mais pessoas produtivas e as coibindo que resistissem de vender sua força de trabalho.

O processo social em curso junto à distinção entre espaço público e espaço privado afetou, de forma significativa, o papel social das mulheres (Lessa, 2012). Kollontai (1911/2016) acrescenta que no cenário capitalista houve mudanças significativas nas relações sociais estabelecidas por proletários e burgueses. Tais mudanças foram marcadas pela existência da propriedade privada, de cidades muito populosas e intensas contradições de classe. Para a autora, as desigualdades já existentes entre homens e mulheres foram acentuadas e os homens passaram a se relacionar com as mulheres como se guardassem os direitos de posse emocional e física sobre elas.

Neste contexto, havia um paradoxo: capitalistas frequentemente reclamavam da interferência estatal, principalmente quando isso se referia às questões de mercado, mas necessitavam que o Estado mantivesse a lei e a ordem. Dessa forma, garantir o pleno funcionamento do capitalismo exigiu organizar, cada vez mais, aparatos que atuassem produzindo força de trabalho eficiente e o consequente controle da vida social das pessoas. Vários âmbitos da vida tinham que refletir e atender a essas preocupações, como a arquitetura, a atuação do Estado, a religião, a família e os campos de conhecimento científico, dentre elas a Psicologia (Parker, 2014). Tudo isso é importante para localizar o cenário em que a Psicologia se institucionaliza como área de saber e para entender quais demandas sociais estavam colocadas nesse contexto.

2.3. Psicologia e a Racionalidade

Destacados alguns elementos do contexto social em que a Psicologia como campo de conhecimento independente surgiu, destacamos, a partir de agora, os processos de legitimação enquanto saber científico. Segundo Denise Prehn e Simone Hüning (2005), o reconhecimento da Psicologia como ciência no século XIX se deu sob a influência de diversas correntes filosóficas como o Iluminismo, o Positivismo e, posteriormente, o Humanismo. Como campo de conhecimento, a Psicologia incorporou e produziu diversas teorias e conceitos para delinear concepções de sujeito e da própria sociedade. Entretanto, segundo Parker (2014), para se legitimar enquanto saber “verdadeiramente” científico, a Psicologia buscou se aproximar, cada vez mais, de áreas reconhecidas cientificamente, o que resultou em um predomínio do diálogo com o positivismo.

No entanto, esse processo não foi harmônico, mas marcado por insegurança e rivalidade entre profissionais da psicologia com outros tipos de profissionais. Parker (2014) também

destaca que, além da segmentação da disciplina em campos rivais, foram aparecendo diferenças e disputas metodológicas. Nestas, na maior parte das vezes, prevaleceram os métodos quantitativos que buscavam mensurar e estabelecer leis de causa e efeito para explicar o comportamento. Como reflexo do próprio campo de conhecimento, a Psicologia deu ênfase aos comportamentos individuais como se eles fossem desdobramento de um conteúdo psicológico interior inerente, utilizando-se de teorias e instrumentos que permitissem estabelecer padrões para os comportamentos observáveis, assim como relações de causa e efeito, tal como se configurou, por exemplo, no behaviorismo.

Sobre essa busca de legitimação científica, Arthur Arruda Ferreira (2007) afirma que a Psicologia passou a utilizar os conceitos e os métodos das ciências naturais para produzir saberes objetivos e embasados matematicamente. A novidade que se estabeleceu, foi que tais conceitos de uma área específica passaram a adquirir características transcendentais, ou seja, foram retirados de sua utilização específica nas ciências naturais para produzir sentidos calcados na ideia de uma similaridade entre a essência da natureza e a essência dos seres humanos. Mas, ainda segundo o autor, foi somente no final do século XVIII e início do XIX que o movimento descrito anteriormente ganhou maior expressão, visibilizado especialmente pelo pensamento evolucionista.

Tendo como forte referência a obra de Charles Darwin, Francisco Portugal (2007) argumenta que sua influência contribuiu de maneira considerável para as concepções acerca dos seres vivos no século XIX. Entretanto, considera que o nome importante na organização e difusão do pensamento evolucionista na Inglaterra do século XIX foi o de Herbert Spencer. Afastando-se das teses de Darwin e se aproximando de uma ciência determinista, Spencer fundamentou seu pensamento no liberalismo clássico a partir de uma perspectiva economicista das relações sociais. Partindo do indivíduo, ele defendia que os fenômenos sociais eram regidos por leis naturais. Segundo a sua concepção, os mecanismos de evolução teriam origem na luta pela existência e pela seleção natural, o que levaria à eliminação dos seres humanos menos eficientes e ascensão social dos mais “capazes” (Martín-Baró, 1983/2017b).

Dando continuidade a essa tese, Portugal (2007) destaca outro contemporâneo de Spencer, Sir Francis Galton. O mesmo considerava que as habilidades mentais eram características biológicas herdadas hereditariamente tanto quanto as habilidades físicas e, por isso, deveriam ser “otimizadas” pela reprodução seletiva. Nesse processo, os seres humanos mais aptos deveriam se reproduzir com mais frequência, enquanto os considerados menos aptos eram desencorajados a reproduzir. A partir dessas teses, a Psicologia desenvolvida nos Estados

Unidos passa a ter como objetivo “disciplinar indivíduos, buscar o seu ajuste e o seu bom desenvolvimento” (Ferreira, 2007, p. 41).

Mesmo que existam narrativas que destoem desse processo, a tentativa de se legitimar enquanto ciência independente favoreceu o seu alinhamento com os sistemas de dominação predominantes, isto é, predominaram, na Psicologia, aquelas formulações que favoreciam grupos privilegiados (Parker, 2014). Além disso, segundo Siqueira (2008), a cisão sujeito-objeto herdada do positivismo, junto com outros pressupostos, gerou uma Psicologia a-histórica, individualista, classificatória, generalista e funcionalista.

Parker (2014) considera que a Psicologia cumpre uma função muito específica no capitalismo, assim como as teorias acadêmicas e práticas profissionais caminham junto às perspectivas de poder. Ele destaca especialmente o fenômeno da “psicologização” da vida cotidiana como um dispositivo fundamental para a individualização de fenômenos sociais como, por exemplo, o racismo e o sexismo. Ao tratar a experiência individual como algo que está dentro do indivíduo e não nas relações sociais de poder, a compreensão de tais fenômenos é impossibilitada e isso contribui para a alienação dos sujeitos com o mundo e com eles mesmos.

Nas representações de homens e mulheres, houve o fortalecimento de um sistema de desigualdade que já existia em outros aparatos sociais (Siqueira, 2008). Prehn e Hüning (2006) acrescentam que a validação da centralidade do sujeito masculino na Psicologia vinculou-se, entre outras coisas, com a exclusão no campo científico das discussões sobre corporeidade e sexualidade. Em contrapartida, houve uma associação da racionalidade com o que é masculino e do natural com o que é feminino. No próximo tópico, apresentaremos alguns elementos de como o conceito de gênero tem sido articulado na Psicologia hegemônica a partir de uma crítica feminista.

2.2. A Psicologia em Articulação com os Estudos Feministas e de Gênero

Depois de discutir sobre narrativas que contextualizam o surgimento da Psicologia como disciplina, apresentaremos os estudos feministas e de gênero. Posteriormente, faremos uma breve retomada histórica de como a Psicologia têm representado as relações sociais de gênero em suas produções, assim como refletiremos sobre suas implicações no campo de articulação entre os feminismos e a Psicologia.

2.2.1. Feminismos como projeto científico.

Segundo Sardenberg (2007), é importante sublinhar que, como prática política e teórica, o projeto feminista tem suas raízes históricas nas filosofias do Iluminismo e, portanto, da própria modernidade. Ainda que, como destacamos anteriormente, seja possível identificar anteriormente manifestações que abordaram as desigualdades sofridas pelas mulheres. Para a autora, embora não seja possível falar em feminismo sob uma única perspectiva ou com uma única problemática, ela considera que os feminismos, no campo da teoria, encontram convergência na intencionalidade em produzir saberes que contribuam para as lutas das mulheres e dos movimentos de transformação social. Dessa forma, as críticas feministas vão desde a denúncia acerca da invisibilidade das mulheres na ciência moderna até os questionamentos sobre seus pressupostos epistemológicos. Assim emergem diferentes estratégias epistemológicas e perspectivas metodológicas para a produção de saberes feministas.

Harding (1987) considera que as investigadoras feministas têm colocado desafios profundos para as análises que as ciências sociais têm feito nas últimas décadas. Tais desafios, comumente geram confusões em sua utilização como projeto científico, o qual muitas vezes se misturam questões de métodos, metodologias e epistemologias feministas. Para contribuir na discussão, distingue as três categorias no viés das perspectivas feministas. Como método de investigação, apresenta como a técnica ou a maneira de proceder para coletar informações de pesquisa. Considera que ao identificar e produzir perguntas para as investigações feministas, como, por exemplo, sobre a dupla jornada de trabalho das mulheres, a contribuição do trabalho doméstico na economia e, outras, é possível argumentar que existem métodos de investigação feminista.

A metodologia é uma teoria sobre os procedimentos de como a investigação deveria funcionar e aponta para uma maneira de analisá-los (Harding, 1987). Narvaz e Koller (2007) acrescentam que as metodologias feministas podem ser compreendidas como estratégias de mudança social que refletem as diferentes epistemologias tendo como ponto de encontro o resgate da experiência feminina, o uso de uma linguagem não sexista e o agenciamento de grupos oprimidos. Ainda, consideram que são interessantes quaisquer abordagens de pesquisa desde que sejam construídas e analisadas a partir de um viés não sexista. Por último, Harding (1987) considera que as epistemologias são as teorias sobre o conhecimento, e que respondem acerca das perguntas sobre quem são os sujeitos do conhecimento, quais são os critérios de

legitimação de um conhecimento e qual é o objeto de estudo do conhecimento. Embora sejam múltiplas, é possível dizer que encontram convergência em alguns aspectos como: a parcialidade; reflexividade; a reflexão sobre as relações de poder presentes nas investigações; e, a consideração do gênero como um marcador que constitui o próprio processo de pesquisa.

Dentre algumas posições que buscam dar visibilidade para as lutas feministas por meio da ciência, podemos destacar alguns exemplos: (1) aquelas que consideram a estratégia de utilizar o campo de conhecimento já constituído para apresentar as críticas feministas, constituindo campos como o feminismo empiricista ou o feminismo marxista; (2) a posição que defende a existência de um modo específico na prática científica das mulheres, fundada em noções como a de empatia e resiliência; (3) a posição que afirma que a ciência feminista deve ser feita por mulheres e para mulheres, já que as mesmas possuem uma visão específica como cientistas e sujeitas das investigações, como na perspectiva feminista; (4) as perspectivas que consideram que os feminismos podem ser pensados epistemologicamente ao questionarem a ciência hegemônica e produzirem um saber próprio a ser apropriado por todas e todos (Schiebinger, 2001).

Apesar dessas e outras correntes partilharem de diferentes orientações teóricas e pragmáticas, Virginia Olesen (2006) afirma que, no exercício científico, tais posições não são excludentes, uma vez que a pesquisa feminista explora os diversos temas e vertentes de forma concomitante e controversa em uma mesma pesquisa. Assim, as diferentes perspectivas não se constituem em arranjos rígidos que se sobrepõem às próprias expressões da realidade. A autora acrescenta que uma outra característica da pesquisa feminista é a complexidade em experimentar o que seria um “conhecimento feminista”. Nesse sentido, a autora considera que a ampliação de perguntas e vozes na pesquisa feminista contribui para a formulação de múltiplos conhecimentos, assim como permite a ressignificação de outros.

Constituindo-se como um campo interdisciplinar de saber, que, ao mesmo tempo, pode ser abordado de maneira autônoma, as reflexões dos estudos feministas e do conceito de gênero na Psicologia se confundem e se alternam com as próprias questões e produções dos movimentos feministas.

2.2.2. Representações sobre o “gênero” na Psicologia.

Embora as críticas feministas tenham afetado as produções psicológicas a partir da década de 1960, antes desse período, os estudos dessa ciência já articulavam o conceito de

gênero e abordavam acerca das diferenças entre homens e mulheres em suas pesquisas e produções teóricas. Em linhas gerais, Luísa Saavedra e Conceição Nogueira (2006) destacam três períodos na Psicologia: o primeiro marcado pela representação das mulheres como inferiores ou ausentes; o segundo caracterizado pela influência da segunda onda feminista, conhecido como “feminismo empiricista”; e o terceiro período, iniciado no final dos anos 1980, em que houve a circulação e o predomínio de perspectivas pós-estruturalistas e pós-modernas. Embora tenhamos ressalvas com esse modo de organização em períodos, consideramos útil utilizá-lo, pois sua organização colabora para entender temáticas gerais presentes em diferentes períodos históricos.

Segundo Saavedra e Nogueira (2006), o primeiro período se refere ao momento em que a Psicologia, para se afirmar enquanto ciência, aproxima-se do positivismo e de um viés predominantemente biologicista. Assim, há o predomínio da utilização de métodos experimentais e psicométricos para conceber as diferenças individuais. É um momento em que, como citado no tópico anterior, a Psicologia busca um conhecimento objetivo e universal, predominantemente realizado por investigadores homens, brancos e de classe média que viam as mulheres como subalternas. Por isso, entre o final do século XIX e o início do século XX, era relativamente consensual a ideia de que as mulheres seriam inferiores.

Nesse sentido, desde 1910 é possível encontrar estudos que utilizaram a fisiologia e a anatomia para justificar as diferenças entre homens e mulheres. Nogueira (2001) traz o exemplo de pesquisas que afirmavam demonstrar a inferioridade feminina em função das diferenças de peso e fisiologia do cérebro de homens e mulheres. Em estudos sobre a capacidade motora, Saavedra e Nogueira (2006) afirmam que se indicava a superioridade dos homens em relação às mulheres quanto à força ou rapidez e precisão de movimento, enquanto elas se destacavam na coordenação motora. No aspecto intelectual, as mulheres se sobressaíam na memória e no pensamento associativo, enquanto os homens destacavam-se na criatividade.

Na Psicologia, diversos estudos foram produzidos para legitimar as diferenças entre homens e mulheres. Saavedra & Nogueira (2006) nos trazem o exemplo de Thorndike, que destacou a maior variabilidade intelectual do sexo masculino. Segundo o autor, era mais comum encontrar, entre os homens, gênios e poucos inteligentes, enquanto, nas mulheres, os níveis intelectuais mantinham-se medianos. Por essa razão, os cargos mais elevados e de liderança deveriam pertencer a homens. Wooley, aluna de Thorndike, questionou tal teoria ao defender que essas diferenças existiam porque homens e mulheres eram socializados em atividades diferentes e não porque eram atributos internos (Saavedra & Nogueira, 2006; Nogueira, 2001).

Finalmente, outro exemplo era a ideia de que as mulheres sofriam de distúrbios físicos em função da menstruação e que, por causa disso, não deveriam se envolver em atividades acadêmicas (Vieira, 2003).

Nos anos de 1920, em função dos questionamentos acerca da inconsistência nas pesquisas relacionadas às diferenças físicas e motoras de homens e mulheres, esse tipo de investigação foi colocada de lado e o interesse passou a ser nos estudos dos atributos psicológicos que diferenciavam os gêneros. Entre eles, podemos citar o trabalho de Terman e Miles que, em 1936, a partir da mensuração de atributos psicológicos de homens e mulheres, tinha como objetivo identificar a homossexualidade ou predizer problemas conjugais (Saavedra & Nogueira, 2006).

Nos anos 1950, apareceram trabalhos sobre a estrutura da família e a socialização dos papéis sociais a partir da divisão de tarefas sexuais. Este eixo central resultaria na constituição dos temperamentos femininos e masculinos e, posteriormente, em diferenças de personalidade (Narvaz & Koller, 2007). O trabalho de Parsons e Bales, por exemplo, argumentava que os homens poderiam ser definidos por características como a independência, assertividade e capacidade de tomar decisões, enquanto as mulheres poderiam por características como a afabilidade, sensibilidade e emotividade (Saavedra & Nogueira, 2006). Essa área teve continuidade e grande desenvolvimento até início dos anos 1970. Congruentes com esses estudos, as teorias psicanalíticas, da aprendizagem social e do desenvolvimento cognitivo também contribuíram para essencializar as diferenças entre homens e mulheres (Narvaz & Koller, 2007).

Sob a influência da segunda onda feminista na década de 1960, a forma como as mulheres eram representadas nas produções teóricas passou a ser questionada. Nos 20 anos seguintes, pesquisadoras denunciaram a ausência de investigadoras na Psicologia, questionaram os pressupostos metodológicos das pesquisas, afirmaram-se enquanto sujeitos políticos e passaram a incluir temáticas relevantes para as mulheres nas pesquisas de Psicologia. Diante de tais movimentações, formalizou-se a área de estudos conhecida como psicologia das mulheres (psychology of women), o que se concretizou com a criação da Divisão 35 da *American Psychological Association* (APA), em 1974, e das revistas *Sex-roles*, em 1975, e *Psychology of Women Quarterly*, em 1977 (Amâncio, 2001).

Contudo, Ligia Amâncio (2001) afirma que, apesar dos esforços da APA para dar espaço às reivindicações das pesquisadoras feministas, desigualdades nas representações de gênero persistiram e persistem até a atualidade. O conceito de gênero acabou sendo utilizado, na maior

parte das vezes, de forma classificatória e arbitrária, como por exemplo na utilização alternada de “sexo” e “gênero”, contribuindo apenas para esvaziar o conceito de seu potencial analítico para a disciplina. A autora destaca, ainda, a presença desproporcional de homens em relação ao número de mulheres na Psicologia. Em 1956, a porcentagem de mulheres participantes da APA era de apenas 10,8% e, em 1966, ainda era de 13,9%. Essa condição de minoria intensificou, entre as mulheres, a necessidade de lutar pelo reconhecimento profissional. A própria ciência produzida na época, de ênfase experimental, favorecia o afastamento das questões trazidas pelos novos movimentos sociais.

Nesse cenário, Amâncio (2001) acrescenta que a maior parte dos estudos eram conduzidos por psicólogas e psicólogos clínicos, da personalidade e da educação. Segundo a autora, a influência do feminismo sobre a psicologia clínica ocorreu, principalmente, como resultado da difusão da obra da psicóloga clínica e pesquisadora Betty Friedan, em 1963, sobre o mito da feminilidade. Como psicóloga clínica, Friedan observou que, em seu consultório, chegavam muitas mulheres de classe média e casadas com depressão, provocada pela divergência entre os seus próprios desejos e as expectativas que estavam colocadas para elas.

Dentre as principais vertentes de investigação feminista desse período, Saavedra e Nogueira (2006) destacam três. A primeira abarca pesquisas que defendem a igualdade entre homens e mulheres, assim como objetivam minimizar as diferenças entre os gêneros e que criticam a forma pela qual as investigações psicológicas eram conduzidas. Neste caso, as principais críticas versavam sobre a ausência de apresentação da composição de gênero da amostra, sobre o viés masculino na interpretação dos resultados e acerca da generalização excessiva dos dados, de amostras tão extensas que quaisquer resultados se apresentavam como significativos. As autoras citam como exemplo o estudo de Carlson e Carlson, de 1960, o qual analisou o *Journal of Abnormal and Social Psychology* e concluiu que, de 268 estudos, apenas 108 destacaram a amostra como constituída por homens e mulheres, enquanto em 65 deles, a composição sexual não foi apresentada.

A segunda vertente inclui investigações que destacam a diferença entre os gêneros, subdividindo-se em duas perspectivas: uma que reconhece a existência de diferenças entre homens e mulheres, contudo não considera esse aspecto como desejável; outra que valoriza a diferença entre homens e mulheres e considera que existe um modo superior em ser mulher. Como representante da primeira linha argumentativa, Saavedra e Nogueira (2006) destacam Alice Eagly, que compreendia que a subalternidade das mulheres não seria algo intrínseco, mas que se relacionava com a socialização, a qual as impedia de alcançar um pleno desenvolvimento

de suas potencialidades. Na segunda linha argumentativa, havia a busca pela valorização de atributos femininos e a necessidade de dar voz para as mulheres e suas especificidades, a partir de uma perspectiva de transformação individual. As autoras consideram como representantes desta linha argumentativa Nancy Chodorow e Carol Gilligan.

Por último, a terceira linha argumentativa abarca investigadoras que se recusam a fazer comparações entre os gêneros, sob a defesa de que o sexo biológico não seria determinante no funcionamento psicológico das pessoas. Como exemplo dessa perspectiva, Saavedra e Nogueira (2006) trazem o conceito de androginia, que afirma a separação entre sexo biológico e os componentes psicológicos dos sujeitos. Assim, dependendo das circunstâncias, homens e mulheres poderiam dispor tanto de atributos tidos como masculinos, quanto atributos tidos como femininos.

Apesar desse período trazer contribuições importantes como, por exemplo, aproximar a noção de política para a Psicologia e afastar-se do biologicismo, as perspectivas do segundo período acabaram, em grande medida, reproduzindo o funcionamento tradicional da Psicologia e responsabilizando individualmente os sujeitos, ao invés dos contextos sociais. Como reflexo dessa relação com a ciência, as produções de gênero, na Psicologia, mantiveram o sentido individual e “gênero”, por vezes, passou a ser utilizado como mera substituição ao sexo, não por intencionalidade das próprias investigadoras, mas em função dos limites da própria disciplina e dos referenciais teóricos utilizados.

Entretanto, é interessante lembrar que a busca por minimizar as diferenças entre homens e mulheres gerou importantes efeitos. Entre eles, pode-se citar a abertura de novos espaços para as mulheres na educação, no mercado de trabalho e na legislação (Saavedra & Nogueira, 2006). Também é interessante contextualizar que, em um país como os Estados Unidos, em que havia revistas de divulgação científica, a investigação científica era tomada como uma forma de intervir sobre as demandas sociais. As psicólogas e psicólogos, pesquisadoras e pesquisadores desse período acreditavam no potencial formativo e educador da ciência para a população em geral. Nesse sentido, acreditavam que, por meio dos recursos da própria ciência, seria possível transformar o preconceito e a discriminação. Apesar da “boa fé” na transformação através da ciência, os resultados das pesquisas, nesse período também, eram utilizados por militantes feministas para pressionar o Estado por políticas públicas para as mulheres (Amâncio, 2001).

A partir de 1970, além de utilizarem as teorias já existentes como aporte teórico para os estudos de gênero, as pesquisadoras feministas passaram a questionar os pressupostos epistemológicos que organizavam a ciência hegemônica. Dessa forma, as críticas feministas

produziram efeitos não somente em um campo de saber, mas na própria maneira em que o conhecimento é concebido (Saavedra & Nogueira, 2006). Nesse período, começaram a surgir, principalmente nos Estados Unidos, grupos de conscientização de mulheres com o acompanhamento de psicólogas. Esses grupos tiveram tamanha popularização que, influenciadas pelos movimentos feministas da época, psicólogas passaram a refletir sobre o campo teórico e prático das terapias tradicionais, ocasionando em um campo novo das terapias e psicologias feministas (Narvaz & Koller, 2007).

Narvaz e Koller (2007) definem a Psicologia Feminista como um espaço estratégico entre os feminismos e a Psicologia, o qual encontra seu eixo em alguns acordos gerais: compromisso político com a mudança; crítica à concepção positivista tradicional; contextualização das desigualdades e opressões; questionamento aos papéis e normas tradicionalmente definidos; questionamento às relações de saber-poder entre terapeuta-cliente e valorização da diversidade. É possível ainda, encontrar a clínica psicológica feminista individualizada, de grupos e familiar.

Flávia Timm, Ondina Pereira e Daniela Gontijo (2011) consideram que a razão patriarcal tem sido naturalizada na maior parte das teorias psicológicas, ao passo que muitas vezes em função da prática clínica individualizada o marcador de gênero é desconsiderado e/ou apresentado de forma dicotômica e binária. Dessa forma, as autoras consideram que algumas características da clínica tradicional é a privatização do sofrimento, fragmentação dos sujeitos e dissociação com os contextos sociais. Trazem como contraponto a construção de uma abordagem psicoterapêutica feminista, com a utilização de metodologias alternativas, valorização das emoções, contextualização das demandas individuais como intersubjetivas e postura crítica frente à prática clínica.

Nos debates científicos durante a década de 1990, a questão central passa a ser a compreensão do que significa a diferenciação entre homens e mulheres e entender como ela é construída. Em tal contexto, o gênero passa a ser compreendido como um conjunto de princípios que organizam as relações entre homens e mulheres, servindo, portanto, como um princípio de organização social que estrutura as relações de poder entre os sexos. Além disso, as diferenças de gênero passam a ser compreendidas como performances em que homens e mulheres se posicionam e constroem suas subjetividades mutuamente (Saavedra & Nogueira, 2006).

Segundo Saavedra e Nogueira (2006), o gênero deixa de ser algo que está dentro das pessoas e passa a integrar as relações sociais entre pessoas e sociedade. Assim, o gênero é compreendido como uma invenção das sociedades humanas, como algo que constrói as pessoas

desde o seu nascimento. Essa concepção passa a ser fortemente influenciada por correntes como o construcionismo social, o construtivismo, o desconstrucionismo, a psicologia discursiva, a análise de discurso e o pós-estruturalismo. Sandra Azerêdo (2010) acrescenta que outra perspectiva na contemporaneidade é o conjunto de debates produzidos pela autora Judith Butler, quem afirma que não é o bastante defender o gênero como construção social que dá significado às relações de poder. Para a filósofa, é preciso compreender as condições de emergência do sujeito e como se dá a materialização desse processo, assim se faz necessário, para ela, entender seus efeitos de fronteira, fixidez e superfície.

Embora a apresentação em períodos forneça um panorama geral sobre as discussões predominantes em cada período histórico, em nossa concepção existe um problema com tal organização. O modo como é apresentado, passa a impressão de que houve uma evolução progressiva nas representações de gênero na Psicologia, como se as concepções que retratam as mulheres como inferiores tivessem desaparecido na contemporaneidade, o que de fato não acontece. Aproveitando das reflexões que Tomás Ibañez (1990) faz sobre as vertentes da Psicologia Social na contemporaneidade, podemos refletir, também, que as representações de gênero na Psicologia sob um viés feminista coexistem atualmente com as perspectivas convencionais que reproduzem ou desconsideram as desigualdades entre os gêneros. Tal situação ocorre porque a Psicologia de cunho positivista e de orientação biologicista ainda ocupa lugar de grande importância nas grades curriculares de graduação, nos manuais de Psicologia e no senso comum. Ao mesmo tempo, as perspectivas feministas, produzidas a partir dos anos de 1960, ainda ocupam uma posição marginal, reclusas a nichos muito exclusivos e teóricos da Psicologia.

Além disso, nota-se que as perspectivas contemporâneas são orientadas, principalmente, por concepções pós-modernas e que se apresentam como um “avanço” em relação às perspectivas anteriores. As constantes repetições dessas narrativas, percebidas na revisão bibliográfica realizada para a escrita desse estudo, nos fazem questionar se não tem ocorrido certa homogeneização de algumas vertentes dos estudos feministas na Psicologia e o que pode significar tal hegemonia.

2.2.3. Debates e impasses na relação dos estudos feministas e de gênero na Psicologia.

Apesar de apresentarem certa hegemonia em cada período histórico, as perspectivas retratadas anteriormente não representam todo o conjunto de produções e expressões produzidas ao longo do tempo. Saavedra e Nogueira (2006) destacam duas questões que têm gerado debates na intersecção entre os feminismos e a Psicologia: a designação “psicologia da mulher” *versus* “psicologia feminista” e a diversidade de opressões das mulheres.

O primeiro debate trata das diversas designações presentes na interlocução de saberes entre os feminismos e a Psicologia. Elas transitam entre “psicologia da mulher”, “psicologia feminista”, “estudos de gênero” e “estudos de gênero e feministas na Psicologia”, etc. Saavedra e Nogueira (2006) afirmam que as críticas dirigidas à “psicologia da mulher” partem do risco de essencialização da categoria mulher, que pode reforçar estereótipos, e da ausência de posicionamento político quase se utiliza o termo “mulher”. Assim, a “psicologia da mulher” pode reforçar a subalternidade das mulheres. No caso da “psicologia feminista”, as autoras afirmam que há uma posição assumidamente política que pretende a interlocução entre ciência e movimentos sociais, na qual se inserem os feminismos na academia e se desafiam os pressupostos tradicionais da ciência.

Saavedra e Nogueira (2006) citam Burman para afirmar que as nomeações dependem do próprio desenvolvimento do movimento feminista em cada país, mas que, de forma geral, grupos que propõem diálogos entre os feminismos e a Psicologia ainda ocupam uma posição marginal, criando, assim, dificuldades para as pessoas que se assumem feministas. Embora consideramos estratégica a apropriação do termo “psicologia feminista”, nos questionamos se é possível, de fato, pensar e fazer uma psicologia feminista, já que a ideia dos feminismos como um movimento de transformação e luta social implodiria as próprias limitações epistemológicas da Psicologia enquanto disciplina específica.

O segundo debate levantado pelas autoras trata da diversidade na opressão das mulheres. Como já citado no capítulo anterior, uma das críticas aos movimentos feministas que debatiam a condição “da mulher” foi a problematização da ideia de que existe uma essência em ser mulher, pois as vivências das mulheres relacionam-se com marcadores de classe, raça, localização geográfica, orientação sexual e outros. Saavedra e Nogueira (2006) destacam que a Psicologia feminista foi desenvolvida, predominantemente, por psicólogas brancas de classe média. Porém, a partir de 1970, há produções feministas que trouxeram maior heterogeneidade aos estudos feministas como, por exemplo estudos sobre narrativas de feminilidade e sua relação com questões étnico-raciais, de orientação sexual e classe.

Contudo, enfatizamos que não é suficiente apenas citar estes eixos, mas é necessário entender como eles têm sido representados ou não nas narrativas que reproduzimos. Considerando como um efeito da própria Psicologia enquanto disciplina, ao realizar as leituras para este estudo, refletimos que as articulações que consideram os marcadores de raça e classe na Psicologia têm sido, na maior parte das vezes, secundarizadas por perspectivas teóricas que articulam o gênero isoladamente, não permitindo, assim, a compreensão das articulações entre os marcadores sociais da diferença. Não obstante, os questionamentos sobre qual é o sujeito dos feminismos resultaram em novas áreas de estudos e articulações, entre elas a inclusão de novos movimentos sociais, de estudos sobre como se produzem as masculinidades e feminilidades, sobre identidades transgêneras e transexuais, assim como sobre a influência dos processos de colonização. Ao mesmo tempo, algumas feministas questionam se tanta multiplicidade não desmobilizaria os feminismos enquanto luta política, ao passo que outras defendem que, mesmo diante de tal multiplicidade, é possível construir certos sentidos comuns, pelo menos em alguns contextos histórico-sociais (Saavedra & Nogueira, 2006).

Desde suas primeiras formulações, a crítica feminista tem provocado rebuliços na Psicologia, especialmente em temas como políticas de identidade, descentramento dos sujeitos e politização da subjetividade. No entanto, é importante dizer que as inserções dos feminismos na Psicologia não têm acontecido sem profundos embates e conflitos. Seja pelos próprios conflitos oriundos dos feminismos, seja pela constituição histórica e científica da Psicologia. Dessa forma, ainda circulam na Psicologia, discursos próximos de uma visão biologicista, que legitimam a visão social de que as mulheres possuem a reprodução como função social, vinculando-as à esfera do que é privado, à família, a maternidade e ao casamento (Prehn & Huning, 2005).

2.2.3.1 Estudos feministas e de gênero na Psicologia: América Latina e Brasil.

Para Martha Narvaz e Sílvia Koller (2007), o conceito de gênero passou a circular com mais intensidade nas universidades a partir da década de 1990, sendo referenciado principalmente a partir do sistema sexo-gênero, isto é, sob a ideia de que o sexo biológico é a base a partir da qual são construídos os papéis culturais e psicológicos que diferenciam homens e mulheres. As autoras lembram que a condição marginal de estudos feministas tem sido apontada por diversas pesquisadoras e é um obstáculo para sua legitimação e circulação na academia. Especialmente na América Latina e no Brasil, as autoras associam a condição de

marginalidade com o surgimento e institucionalização dos estudos feministas e de gênero com a esquerda e os movimentos sociais.

Apresentando um panorama sobre o que tem sido produzido em relação aos estudos de gênero no Brasil, Adriano Beiras, Adriano Nuernberg e Karla Adrião (2012) consideram que, com diferenças, é possível identificar três gerações de pesquisadoras e pesquisadores de gênero no Brasil, embora as autoras e autores pontuem que esse agrupamento de gerações não acontece de forma linear ou progressiva, já que as diferentes expressões convivem contemporaneamente. Sobre as duas primeiras gerações, consideram que as principais pesquisadoras foram, em geral, mulheres brancas de classe média, entre 40 e 60 anos, que sofreram os impactos da ditadura militar no Brasil, dos movimentos de maio de 1968 na França e que se identificam com o feminismo dos anos de 1970. Além disso, percebem dois grupos que atuaram no início da circulação do tema no Brasil: as militantes feministas que estavam vinculadas aos movimentos sociais e que atuaram ativamente para a concretização de conquistas do movimento feminista brasileiro e um segundo grupo que não tinha relação direta com os movimentos sociais e que se aproximava mais da posição de intelectuais e pesquisadoras.

Beiras, Nuernberg e Adrião (2012) afirmam que os estudos de gênero eram predominantemente realizados por mulheres e que elas acompanharam o movimento de repensar a psicologia social, que ocorria desde o final da década de 1970, assim como produziram articulações teóricas com temas que se articulavam com a realidade social do Brasil. Eram militantes que se vincularam às universidades e ministraram, em grande parte, a disciplina de Psicologia Social ou áreas afins, com grande inserção na pós-graduação. As autoras e os autores acrescentam, ainda, que tais pesquisadoras estavam não só na academia, mas buscavam articular atuação científica e estratégias políticas. As temáticas versavam temas como violência, trabalho, família, sexualidade, subjetividade e educação, embasados por diferentes perspectivas teóricas da Psicologia Social, especialmente a teoria das representações, o materialismo histórico, os estudos culturais e as teorias pós-estruturalistas.

No cenário atual, Beiras, Nuernberg e Adrião (2012) compreendem, como terceira geração, o grupo composto por pesquisadoras e pesquisadores que insere-se em um momento em que o conceito de gênero possui relativa circulação nas ciências sociais e humanas. Um dos objetivos desse grupo é sublinhado como a tarefa de divulgar e desenvolver as produções teóricas e metodológicas produzidas anteriormente. Beiras, Nuernberg e Adrião acrescentam ainda que pesquisadoras dessa geração se encontram principalmente em universidades federais, Organizações Não-Governamentais e movimentos feministas. É dado destaque à inserção dos

homens e dos estudos sobre masculinidades a partir de uma perspectiva feminista, a inserção de novos movimentos sociais, a interface entre pesquisa e intervenção e ao predomínio da influência das teorias *queer* e do construcionismo social. Em relação aos estudos sobre masculinidades, podemos citar o Instituto Papai, criado em 1997, que atua junto a universidades, buscando desenvolver ações políticas, educativas e informativas direcionadas aos homens de camadas populares.

Em relação às experiências e temas predominantes, Siqueira (2008) afirma que, no Brasil, o tema da reprodução dos papéis sexuais via socialização teve destaque nos estudos feministas e de gênero na Psicologia, por meio da Fundação Carlos Chagas ou da Fundação Ford. Entretanto, a autora questiona se os estudos de gênero na Psicologia não decorreriam na teorização do gênero somente dentro do campo da subjetividade, sem considerar uma subjetividade que é constituída pelo próprio gênero sem questionar a perspectiva androcêntrica de ciência. Em relação aos referenciais teóricos dominantes na Psicologia brasileira, reflete que este ainda é um campo orientado principalmente por teorias feministas americanas e europeias. O que não é um problema por si mesmo, mas nos faz pensar por quais atravessamentos passam a invisibilidade ou a ausência de formulações teóricas latino-americanas e brasileiras.

Mesmo que tenham se intensificado nas últimas décadas as interlocuções entre a Psicologia e os estudos feministas e de gênero, trazendo importantes contribuições, Narvaz e Koller (2007) pontuam que isso ocorre predominantemente na pesquisa e na pós graduação. Na graduação, majoritariamente, são disponibilizadas somente disciplinas optativas. Nesse cenário, muitas pesquisadoras, ao se verem limitadas pelos mecanismos financeiros e institucionais das universidades, investiram nas pesquisas em centros de pesquisas privados e buscaram apoio em agências internacionais. Além disso, a centralização dos núcleos de estudos na pós-graduação das universidades gera o risco de que o gênero seja tomado como uma temática apenas de especialistas.

2. 3. Notas sobre a Psicologia em interface com os estudos feministas e de Gênero

Ao refletir, neste capítulo, sobre como se tem constituído a relação dos estudos feministas e de gênero na Psicologia, gostaríamos de destacar alguns elementos. O primeiro, é que muitos aspectos das desigualdades de gênero já existentes na sociedade apareceram como reflexo nas representações de gênero na Psicologia. Pode-se citar, por exemplo, as representações desiguais e dualistas de homens e mulheres. Sobre esse aspecto, consideramos

importante destacar que a diferença não é, por si mesma, um problema. Quando as diferenças são utilizadas para legitimar a submissão e dominação de mulheres, tal utilização torna-se então problemática. Mesmo que existam pessoas que se adequem às expectativas de gênero e reproduzam performances tidas como masculinas ou femininas, é importante que elas não sejam consideradas naturais ou atributos essenciais dos indivíduos.

O segundo elemento para se destacar é o predomínio de referenciais pós-modernos entre a maioria das autoras e dos autores contemporâneos. Cabe problematizar se esse elemento não indica certa homogeneidade na Psicologia e que aspectos podem estar relacionados com tal presença. Além disso, Lacerda Jr. (2013) considera que as teses pós-modernas ao colocarem a transformação social sob uma perspectiva subjetivista, passam a advogar concepções idealistas de mudança. Algumas teses, ignoram muitas vezes as condições socioeconômicas que construíram as desigualdades sociais e as próprias limitações epistemológicas das disciplinas científicas, chegando a defender a possibilidade de transformar ou superar as opressões apenas com mudanças linguísticas.

O terceiro elemento é a tensão entre os limites e possibilidades na construção do que se pode chamar de uma “Psicologia feminista”. Como já abordamos anteriormente, embora seja politicamente necessário um posicionamento resolutamente feminista, nos questionamos se o investimento em um campo específico de saber seria interessante, já que existe o risco de que os saberes sejam mais segmentados e se afastem de outras áreas do conhecimento, contribuindo, assim, para o aprofundamento dos especialismos. Nesse sentido, Azerêdo (2010) destaca que, por um lado, o conceito de gênero se apresenta como uma categoria complexa que exige uma discussão interdisciplinar e pós-disciplinar para que não seja domesticada academicamente, mas, por outro lado, a Psicologia tem se constituído como uma área disciplinar e com múltiplas segmentações.

Ao pensar sobre os diálogos possíveis, Azerêdo (2010) considera a importância de se ultrapassar a barreira tradicionalmente estabelecida entre ciência e outras áreas de saberes, especialmente a arte. Ela argumenta que é necessário afastar a busca incessante por uma “verdade nos fatos”, para que seja possível compreender a ficção e a não-ficção como processos que compõem a realidade e potencializam a subversão e o diálogo entre as pessoas. Entretanto, para isso ser possível, considera inevitável que seus próprios paradigmas enquanto ciência sejam questionados. Amâncio (2001) argumenta que especialmente a partir da Psicologia Social, é possível que a Psicologia não esteja fadada a reproduzir essencialismos que corroboram com a dominação e possa contribuir para compreender como se dão os processos

de construção social das masculinidades e das feminilidades. Nesse sentido, discutiremos no próximo capítulo, o processo de constituição da Psicologia Social, assim como buscaremos apontar algumas possibilidades e limitações dessa relação.

Capítulo 3 - Psicologia Social nas Tramas Feministas e de Gênero

Para realizar uma crítica feminista das manifestações feministas e de gênero na Psicologia, discutimos, no primeiro capítulo, as desigualdades de gênero e apresentamos algumas narrativas sobre a constituição dos movimentos feministas e as lutas políticas das mulheres. Em seguida, no segundo capítulo, voltamos nossa atenção para o processo de constituição da ciência moderna e especificamente da Psicologia em sua relação com as representações de gênero, assim como destacamos a presença dos estudos feministas e de gênero, indicando, ao fim, a Psicologia Social como uma das principais vertentes na articulação dos feminismos dentro da Psicologia (Amâncio, 2001; Galinkin & Ismael, 2011; Santos, Carvalho, Amaral, Borges, & Mayorga, 2016). Por isso, neste capítulo discutiremos a constituição da Psicologia Social e, em seguida, apresentaremos algumas discussões resultantes das aproximações entre os feminismos e a Psicologia Social.

Ao apresentarmos o processo de constituição da Psicologia Social, optamos por visibilizar suas articulações políticas, históricas e sociais. O desafio que se coloca é o de compreender quais foram os percursos da Psicologia Social – campo múltiplo, contraditório e não homogêneo - e refletir sobre como a mesma pode se deslocar dos centros hegemônicos de poder para contribuir na perspectiva das dominadas e dos dominados, considerando o contexto da América Latina e do Brasil.

Existem diversas narrativas acerca do surgimento da Psicologia Social. Para alguns autores, esse início se dá a partir dos estudos de Tarde em 1890 e de Le Bon em 1895 em solo europeu. Para outros, tal como Floyd Allport, o nascimento da Psicologia Social se dá com a obra de Comte, por abrir a possibilidade de uma ciência positiva. Outras autoras e autores defendem que a origem foi em 1908, com os livros de McDougall e Ross, no contexto norte-americano com a publicação de dois livros, um na Psicologia e outro na Sociologia, sobre Psicologia Social (Camino & Torres, 2011). Em desacordo com as teses de que a Psicologia Social surgiu em solo americano, Robert Farr (2002) defende que as raízes da Psicologia Social estão no sistema universitário alemão, cuja gênese inaugura a concepção de universidade moderna, abrindo espaço para a obra de Wundt e sua proposta de Psicologia dos Povos. Ainda segundo Farr (2002), a Psicologia Social desenvolveu-se em um contexto de tensões entre as ciências sociais e as ciências naturais, e foi somente após a americanização da Psicologia Social que foi concebida como área que deveria repetir pressupostos e métodos das ciências naturais.

Como nosso interesse não está em estabelecer discursos de verdades com mitos

fundadores específicos, mas reside na reflexão sobre os efeitos e articulações das diferentes concepções de Psicologia Social, apenas concordaremos com a tese de que a Psicologia Social tem gênese em solo europeu e que era um projeto diferente daquele que predominou na Psicologia Social após a Segunda Guerra Mundial nos EUA, tal como concebem Farr (1999) e Martín-Baró (1983/2017b).

Para abordar a história da Psicologia Social, utilizaremos como referência a divisão - que não é meramente temporal - de Ignacio Martín-Baró (1983/2017b), organizada em torno de três momentos/problemáticas importantes. Ao organizar a partir desses três marcos, não temos a intenção de negar as contradições dessa periodização. O texto foi adotado como referência com o objetivo de articular as esferas teórica, ideológica e histórica para refletir sobre quais foram as principais questões abordadas pela Psicologia Social ao longo de sua história. Por isso, a proposta de divisão do autor é interessante: o autor apresenta uma divisão em que o fundamental é o predomínio de uma pergunta que orientou a maior parte dos estudos. Em outras palavras, cada período foi caracterizado pela hegemonia de certas problemáticas, mas não pela sucessão linear de certos estudos. Assim, se no primeiro período predominaram estudos sobre o que mantém a sociedade como um todo homogêneo, isto não significa que inexistiram estudos sobre a adaptação do indivíduo à sociedade – temática predominante no segundo período. O autor aponta, claramente, que o que ele chama de terceiro período, de fato, não foi marcado pelo desaparecimento dos estudos do segundo período, mas sim pelo surgimento e pela difusão de duros questionamentos ao que a Psicologia Social estava fazendo.

Há ainda uma justificativa adicional para a escolha da obra Martín-Baró. Em primeiro lugar, sua atuação foi fortemente marcada por seu comprometimento e empenho na luta contra as desigualdades, o que fortalece e inspira reflexões sobre qual o lugar que as psicólogas e psicólogos sociais devem ocupar. Contribui também para o nosso trabalho ao trazer os debates teóricos de forma não reducionista e ao inaugurar, junto com outras autoras e autores, produções que refletem sobre o papel da Psicologia no contexto latino-americano. Devemos enfatizar, porém, que as produções de Martín-Baró acontecem entre as décadas de 1970 e 1980. Em 1989, foi assassinado por um esquadrão de elite do exército de El Salvador, fato que interrompeu o desenvolvimento de sua obra (Lacerda Jr., 2017).

Pela especificidade temporal da referência adota, é importante ressaltar que suas produções surgiram em meio a diversas transformações, inclusive da própria Psicologia. Assim, quanto mais recentes são os marcos históricos apresentados pelo autor, maiores são as limitações de suas descrições, já que Martín-Baró não teve a possibilidade de visualizar

desdobramentos da Psicologia Social que hoje são mais explícitos. Por isso, colocaremos a narrativa do autor em diálogo com outros referenciais que, em alguns momentos, apresentarão informações divergentes ou complementares para os conteúdos trazidos por seu texto sobre a história da Psicologia Social.

3.1. Constituição e Correntes da Psicologia Social: Primeiro Período

Para Martín-Baró (1983/2017b), o primeiro período é marcado pela hegemonia de propostas teóricas que trabalharam com a pergunta “o que mantém as pessoas unidas em uma sociedade?”. Trata-se de uma Psicologia Social que aparece na Europa em um período de crise social, desencadeada pela industrialização capitalista e, por isso, foi atravessada pela preocupação sobre o estabelecimento de uma relação harmônica entre indivíduo e sociedade. Como citado anteriormente, trata-se de um período de intensas transformações sociais, econômicas e filosóficas.

Gabriel Tarde, criminologista e sociólogo francês, contribuiu para as teorias em Psicologia Social desse primeiro período ao publicar, em 1893, uma explicação sobre os movimentos de massas. Segundo o autor, a comunicação entre grupos se daria através de emoções e opiniões e seria reforçada pela simpatia e imitação. Os movimentos de massa eram vistos como algo perigoso que deveria ser evitado. Le Bon, por sua vez, considerava que o comportamento das massas em sociedade ocorria pelo contágio emocional. Em sua concepção, as pessoas poderiam perder o controle individual e agir de forma irracional (Barros & Josephson, 2007; Camino & Torres, 2011). Em relação às mulheres, Le Bon concebia a existência de uma diferença entre os crânios das mulheres e dos homens, aspecto que resultava na inferioridade intelectual delas em relação a eles (Pfefferkorn, 2014).

Instigado pelas ideias de Le Bon, Freud apresentou os laços afetivos como aquilo que vincula os membros de uma sociedade a um mesmo dirigente. Concebendo que os membros de um grupo compartilham o mesmo objeto de identificação, laços afetivos na comunidade são estabelecidos, o que, por sua vez, gera uma identificação coletiva que os unificaria (Martín-Baró, 1983/2017b). Nas representações de gênero, Nye (1995) argumenta que, muitas vezes, as produções psicanalíticas e de base freudiana têm sido utilizadas para legitimar desigualdades sobre as mulheres. No entanto, ela considera que as reflexões de Freud acerca da constituição da personalidade de homens e mulheres dentro da instituição familiar e dos efeitos da

sociabilidade na estruturação do eu se afastam do dualismo cartesiano e podem contribuir para a compreensão do patriarcado.

Na já citada proposta da Psicologia dos Povos de Wundt, a unidade de uma sociedade giraria em torno dos produtos mentais criados por uma comunidade humana. Contudo, Wundt não considerava tais produtos mentais como individuais, mas resultantes da ação compartilhada entre indivíduos (Martín-Baró, 1983/2017b). Dessa forma, por meio de estudos filosóficos, antropológicos e culturais, Wundt analisou os processos mentais superiores como construções coletivas produzidas na história, destacando que os fenômenos sociais não poderiam ser analisados a partir da consciência individual, mas que poderiam fornecer elementos para interpretar o pensamento individual (Ferreira, 2010).

Outro pensador deste período foi Durkheim, quem afirmou que a representação coletiva é diferente da representação individual. Para o autor, as ciências sociais não deveriam fundamentar seus estudos a partir dos indivíduos, mas a partir dos fatos sociais, pois, o que mantém uma sociedade é a existência de representações coletivas, isto é, um saber que vem de fora para dentro e que constitui a consciência individual, garantindo assim o funcionamento da sociedade como um organismo vivo (Martín-Baró, 1983/2017b; Farr, 2002). Entretanto, devemos alertar que, apesar do foco que Durkheim deu ao social, sua compreensão dos fenômenos sociais como um organismo vivo com funções já delimitadas por vezes reificava a ordem dominante ao diminuir as possibilidades de alteração do sistema social (Löwy, 2009).

Acerca das concepções de gênero, Roland Pfefferkorn (2014) considera que, apesar de Durkheim não ter se dedicado à temática, as reflexões sobre as relações de gênero aparecem na maior parte de seus textos. O autor concebia a instituição familiar como central na regulação social e defendia que homens e mulheres deveriam cumprir seus papéis como cônjuges, baseados em papéis sexuais definidos. Nesse sentido, os homens deveriam respeitar as mulheres, ao passo que essas seriam responsáveis por organizar o espaço doméstico.

Se para Durkheim a representação coletiva seria profundamente social, Max Weber colocou seu foco no caráter psicológico. Para Weber, os interesses de um grupo atuariam nos indivíduos por meio da ideologia expressa nos valores (Martín-Baró, 1983/2017b). Segundo Eleni Varikas (2014), as influências pessoais na vida de Weber, como, por exemplo, a mãe que questionava o autoritarismo do pai e sua esposa, importante figura do feminismo alemão na época, contribuíram para que as questões de gênero e sexualidade circulassem em suas produções e posições políticas. Weber defendia a igualdade de direitos entre os gêneros, assim

como o acesso à educação e às profissões. Em suas produções, realizou estudos sobre as formas que legitimam a dominação e criticou a visão de feminilidade presente no amor cortês.

Em síntese, o primeiro período da Psicologia Social foi marcado pelo estudo de temáticas que convergiam na preocupação com o que mantém uma sociedade organizada. Esta era, predominantemente, concebida como um todo comum que liga os indivíduos e que está inserido em processos históricos. As produções do período ainda não eram realizadas em um campo ou uma área independente, mas articulavam-se em diferentes áreas do conhecimento, produzindo reflexões mais amplas acerca de seus objetos. O desafio predominante desse período foi vincular as necessidades individuais com as necessidades da totalidade social, sem reduzir os fenômenos sociais a explicações individuais (Martín-Baró, 1983/2017b; Farr, 1999). Aqui, entendemos que as críticas destinadas à razão moderna podem ser destacadas na obra dos autores que compreendem o primeiro período: por vezes, circularam ideias que não explicitam a dinâmica dos processos históricos e, portanto, reificam a compreensão da sociedade por meio da ideia de um todo estável.

3.2. Constituição e Correntes da Psicologia Social: Segundo Período

Na literatura podem ser encontradas diferentes tentativas para explicar como surgiu o segundo período da Psicologia Social. Para Farr (2002), houve um processo de americanização da Psicologia Social, que se relaciona, entre outros fatores, com o desenvolvimento econômico e industrial dos Estados Unidos, possibilitado por uma série de conquistas territoriais e pela participação na vitória da I Guerra Mundial²¹, que contribuiu para a América do Norte se tornar liderança no Ocidente.

Outros fatores relativamente independentes contribuíram para esse período: o desenvolvimento da psicologia comparativa cada vez mais baseada na psicologia animal, iniciada na Inglaterra e incrementada, posteriormente, nos Estados Unidos; os estudos russos sobre a fisiologia do arco-reflexo e a difusão do pragmatismo nos Estados Unidos. A Psicologia Comparativa, influenciada por leituras do trabalho de Darwin e Spencer, apontava para a

²¹ Sem entrar em maiores detalhes mas com o fim de contextualizar esse momento, a I Guerra Mundial iniciou em 1914 como uma guerra europeia entre França, Grã-Bretanha e Rússia de um lado, e Alemanha e Áustria-Hungria do outro, motivada por disputas imperialistas sobre as colônias. Logo, quase todas as potências mundiais entraram na guerra, exceto a Espanha, os Países Baixos, a Escandinávia e a Suíça. Essa guerra foi marcada por diversos horrores e pelo massacre humanos. Em 1917, os Estados Unidos entraram no conflito e sua intervenção foi decisiva para a vitória da Frente Ocidental (Hobsbawm, 1995).

existência de uma continuidade entre o comportamento animal e o comportamento humano. De forma similar, os estudos russos sobre fisiologia foram os primeiros a elaborar a necessidade de uma teoria objetiva que não fizesse menção aos estados mentais, o que se radicalizou com o giro behaviorista nos EUA (Camino & Torres, 2011).

Martín-Baró (1983/2017b) também concorda que houve um processo de americanização da Psicologia e de outras ciências sociais, destacando o deslocamento dos grandes centros de produção de conhecimento psicológico da Europa para os Estados Unidos. Portugal (2007) afirma que os departamentos de Psicologia estavam se constituindo e ganhando mais autonomia intelectual, o que gerou um esforço para legitimar a Psicologia como um saber científico, entendido hegemonicamente como positivista, experimental e quantitativo. Dessa forma, as vertentes que não pactuavam ou focavam essa perspectiva foram secundarizadas e marginalizadas da Psicologia que estava se constituindo.

Em relação às tendências que se colocavam em disputa, Marília Ferreira (2010) e especialmente, Farr (1999) destacam duas modalidades diferentes de Psicologia Social: a Psicologia Social Psicológica, que trata de questões internas como os sentimentos, pensamentos e comportamentos individuais; e a Psicologia Social Sociológica, que trata da experiência social do indivíduo nos espaços em que convive. Para ilustrar essas modalidades, são retomadas duas obras publicadas em 1908 que expressariam marcos fundadores da Psicologia Social na América do Norte: o livro “Introdução à Psicologia Social”. de McDougall, e o livro “Psicologia Social: uma resenha e um livro texto” de Ross. Ross era sociólogo e McDougall, psicólogo, o que desembocou em um campo de desenvolvimento paralelo das duas perspectivas por um tempo, até que, no início do século XX, a vertente da Psicologia Social Psicológica se estabeleceu enquanto predominante nos cursos de Psicologia dos Estados Unidos.

No contexto social dos Estados Unidos, dois grandes problemas eram enfrentados: a integração dos diversos grupos de imigrantes e as crescentes exigências do capitalismo industrial. A quantidade significativa de valores, tradições, crenças e línguas constituindo uma enorme diversidade étnica e cultural trouxe a necessidade de um saber que abarcasse valores e culturas diferentes sem atrapalhar o desenvolvimento do capitalismo. Assim, a pergunta que marca o segundo período da Psicologia Social é: “como adequar as pessoas à ordem social existente?”. O interesse passa a ser entender quais as necessidades da ordem e como os indivíduos podem ser integrados/adaptados harmoniosamente nela (Martín-Baró, 1983/2017b). A influência norte-americana foi tão forte que a Psicologia Social ficou conhecida como um produto tipicamente norte-americano (Farr, 2002).

Além disso, a Psicologia tinha que oferecer respostas prontas, práticas e com o máximo de eficácia. A saída encontrada foi dar respostas para o processo de ajustamento e regulação das pessoas à ordem vigente. Por exemplo, a Psicologia ajudava a indicar subjetividades mais adequadas para certas funções sociais, assim como identificar quem não estava apto a seguir as normas instituídas. O Behaviorismo foi um exemplo dessa postura e isto pode ser ilustrado pela obra de Watson, quem afirmou a necessidade da Psicologia abandonar a filosofia e adotar com rigor os métodos físico-químicos para se tornar científica e moldar o comportamento de indivíduos. Apesar de reconhecer a subjetividade, Watson não a considerava útil para a ciência e mobilizou seus esforços para o que era externamente observável. Essa posição reduziu significativamente o objeto da Psicologia (Martín-Baró, 1983/2017b).

Floyd Allport, em 1924, foi quem definitivamente trouxe o Behaviorismo para a Psicologia Social. Considerado por muitos como o pai da Psicologia Social Experimental, o autor considerava que não era possível uma psicologia de grupos que não fosse essencialmente psicologia dos indivíduos. Assim, o que diferenciava a Psicologia Social de outras áreas da Psicologia era ela estudar o comportamento de um indivíduo em relação ao comportamento de outros (Martín-Baró, 1983/2017b). A obra de Allport, além de influenciar fortemente as produções subsequentes, tornou explícito a ruptura da Psicologia Social com outros saberes, por se converter em campo exclusivo de uma Psicologia mais individualista e biologicista. Mary Jane Spink e Peter Spink (2007) destacam, como exemplo, a obra *Social Psychology* de Allport: “mais de 50% do livro é dedicado aos aspectos fisiológicos e intra-individuais; apenas 25% se refere às questões sociais mais amplas (p. 570)”.

Segundo Martín-Baró (1983/2017), a pretensão científicista norte-americana contribuiu para reduzir significativamente a Psicologia Social e eliminar todo debate crítico sobre o contexto social, histórico e político do conhecimento psicológico. Os pressupostos da Psicologia Social predominante no segundo período foram úteis para invisibilizar interesses políticos, sociais e ideológicos imbricados nos estudos e na prática psicológicos. As ciências sociais não escaparam da instrumentalização pelo capitalismo. O incremento da produtividade, a especialização do conhecimento, a necessidade de rapidez na criação de soluções e a promessa de eficácia foram aspectos marcantes.

Para Farr (1999), a Segunda Guerra Mundial²² potencializou o desenvolvimento da Psicologia Social, assim como a Primeira Guerra Mundial potencializou o desenvolvimento dos

²² A II Guerra Mundial começou em 1939, depois que a Alemanha invadiu a Polônia, que foi derrotada e dividida com a URSS. Até a invasão da URSS por Hitler em 1941, foi uma guerra europeia ocidental, mas com a

testes psicométricos. Ele cita, por exemplo, os estudos colaborativos entre a Psicologia e a Sociologia, que pesquisavam temas como a adequação de soldados à vida no exército, a participação nas guerras e seus efeitos psicológicos e outros. Tal perspectiva contribuiu, inclusive, como modelo para o desenvolvimento de programas de doutorados interdisciplinares em Psicologia Social no período pós-guerra. Nesse mesmo momento, três áreas tiveram maior importância: o estudo dos fenômenos grupais; a análise dos processos de formação e mudança de atitudes; e o estudo da personalidade (Martín-Baró, 1983/2017b).

Ferreira (2010) destaca que, além da Segunda Guerra Mundial, as produções em Psicologia Social foram intensificadas pela imigração de diversas e diversos intelectuais oriundos da Europa para os Estados Unidos. Assim, inicialmente, o estudo das atitudes e da percepção seria central. Somente em 1950 e 1960, houve a renovação dos interesses nos processos intergrupais.

Em relação ao tema da percepção, Leôncio Camino e Ana Raquel Torres (2011) afirmam que, entre 1930 e 1960, a Psicologia Social teria sido pouco influenciada pelo behaviorismo, em função do entendimento de que a corrente não conseguia dar conta da complexidade dos fenômenos sociais. Dois fenômenos culturais teriam influenciado esse entendimento: a migração de psicólogas e psicólogos alemães aderentes à perspectiva gestaltista²³ e o desenvolvimento da psicanálise no mundo anglo-saxão. Nos Estados Unidos, a *gestalt* foi impulsionada por Herder, imigrante alemão que buscava entender como as pessoas percebiam os comportamentos externos a partir de suas disposições internas. Solomon Asch também realizou estudos a partir de princípios gestaltistas, buscando compreender a formação de impressões (Ferreira, 2010).

Assim, o argumento de Farr (2002) é o de que os psicólogos sociais americanos eram mais cognitivistas do que behavioristas e isto se deu pelo encontro do behaviorismo com a obra dos psicólogos da *gestalt*. Ao diferenciar essa tradição de psicologia social cognitiva da tradição de ciência cognitiva contemporânea, Farr (2002) afirma que a primeira era marcada por uma

expansão territorial do nazismo, logo se tornou uma guerra de todas as potências mundiais. Hobsbawm (1994) chamou as duas guerras e especialmente a segunda como guerras totais, porque foram processos que exigiram a produção em massa, assim como sua organização e administração abarcando toda a população. O desenvolvimento das tecnologias bélicas tornou as vítimas invisíveis e a guerra um ato impessoal. Na racionalidade, a II Guerra Mundial foi outro símbolo da modernidade, pois a razão foi reduzida à instrumentalidade administrativa e produziu tecnologias usadas para destruir sistematicamente milhões de pessoas.

²³ A Gestalt surgiu no início do século XX, a partir da consideração de que uma psicologia sistemática deveria observar os fenômenos psicológicos tais como acontecem na experiência direta. Suas noções irão influenciar de forma fundamental o estudo da percepção social, acrescidos de dois entendimentos: as ações das pessoas possuem intencionalidade e as pessoas possuem subjetividade (Camino & Torres, 2011).

visão fenomenológica do mundo, enquanto a segunda encontra suas bases na teoria da informação e nos sistemas artificiais da computação. O fato de que a segunda concepção predominou sobre a primeira seria apenas um indicador dos rumos da Psicologia Social americana.

Sobre o estudo dos fenômenos grupais que apareceram no segundo período, Martín-Baró (1983/ 2017b) destaca a sociometria criada por Moreno, que surgiu explicando as estruturas de ordem afetiva em um grupo social, e os estudos de Sherif, demonstrando experimentalmente o papel do grupo na origem das normas sociais. Uma importante influência neste período foi a obra de Kurt Lewin, que a partir de 1945 orientou seu trabalho para o estudo das forças que configuram a estrutura e o caráter de um grupo e dirigiu pesquisas sobre a dinâmica dos pequenos grupos. Em uma perspectiva mais sociológica, Stouffer e colaboradores estudaram problemas do indivíduo no exército, como adaptação, eficiência, motivações e frustrações, enquanto Merton e Rossi elaboraram uma teoria sobre como os grupos funcionam como reduto de normas e valores que as pessoas utilizam para orientar seu comportamento (Martín-Baró, 1983/2017b).

Esses modelos se difundiram muito rapidamente e até hoje são referências para os estudos em Psicologia Social. Porém, segundo Martín-Baró (1983/2017b), eles estavam marcados por algumas limitações que não podem ser ignoradas. Em primeiro lugar, o alinhamento com as ciências físico-químicas limitava a apreensão da complexidade dos fenômenos humanos; em segundo lugar, havia uma compreensão de que a sociedade seria uma versão ampliada dos microgrupos, perdendo de vista processos específicos que caracterizam macrogrupos²⁴. Por fim, ainda segundo o autor, a Psicologia Social acabava adotando, majoritariamente, a perspectiva do poder estabelecido e isso produzia uma atuação psicológica no sentido de integrar e harmonizar os grupos, assim como de responsabilizar individualmente as pessoas, mesmo que não fosse de forma intencional. Esses fatores geraram, em 1960, a crise da dinâmica de grupos. A influência norte-americana dos estudos sobre grupos chegou até a França, porém, lá, tais estudos adquiriram um significado diferente, uma vez que tinham a transformação social como preocupação, que podem ser visibilizados principalmente através da análise institucional²⁵ (Rodrigues, 2007).

²⁴ Além disso, Lapassade (citado em Rodrigues, 2007) acrescenta que a análise do grupo pelo próprio grupo muitas vezes oculta questões de organização da formação e recai na análise psicológica dos grupos por eles mesmos.

²⁵ A Análise Institucional surge na Europa de encontro à crítica aos trabalhos de grupos realizados anteriormente, em que o mesmo é concebido como uma organização interna modificável conforme as vontades.

Uma outra área na Psicologia Social impulsionada pela Segunda Guerra Mundial foi o conjunto de estudos sobre mudança de atitudes. Em 1918, Thomas e Znaniecki indicavam essa necessidade ao definirem as atitudes como predisposições a atuar de determinada maneira diante de um determinado objeto. Esses estudos deram um destaque importante para o conceito de atitude, o qual, segundo Ferreira (2010), foi um conceito central da Psicologia Social americana. Até os anos de 1960, os estudos sobre atitudes foram um dos pilares básicos da Psicologia Social. Entretanto Martín-Baró (1983/2017b) critica as bases ideológicas dessa hegemonia, uma vez que a Psicologia Social se restringia a tentar predizer um comportamento específico e ignorava a relação entre as estruturas pessoais e os determinismos sociais.

Em 1950 e 1960, após a crise da dinâmica dos grupos, ocorreu uma renovação dos interesses sobre a temática da percepção e sua relação com os grupos, a partir dos estudos conduzidos principalmente por Asch e Festinger. Esses estudos interessavam-se na análise dos processos que levam os indivíduos a se conformarem às normas do grupo. Posteriormente, Festinger introduziu a teoria da dissonância cognitiva, na qual afirmava que as pessoas seriam motivadas a procurar equilíbrio entre ações e atitudes quando precisam mudar seu comportamento (Martín-Baró, 1983/2017b). Para Ferreira (2010), tais teorias foram vigentes no cenário norte-americano a partir dos anos de 1960 e perduraram ao longo dos anos de 1970 e 1980, evidenciando a ascensão progressiva do cognitivismo na Psicologia Social norte-americana hegemônica.

A quarta área impulsionada no segundo período foi o estudo do condicionamento social do comportamento humano, com foco na compreensão da personalidade. Esses estudos emergiram a partir de preocupações sobre como o povo alemão cometeu tantas atrocidades no regime nazista. A proposta mais influente foram pesquisas experimentais e psicologizantes que se inspiraram em trabalhos da Escola de Frankfurt²⁶ sobre a “personalidade autoritária” (Martín-Baró, 1983/2017b).

Em relação ao percurso apresentado até o momento, Martín-Baró (1983/2017b) segue um caminho diferente dos trabalhos de Camino e Torres (2011) e Ferreira (2010). Nestes

Dessa forma, passa a conceber a institucionalidade como um vetor que atravessa grupos, organizações e sociedade, fatores que devem ser evidenciados para as intervenções no momento grupal (Rodrigues, 2007).

²⁶ A Escola de Frankfurt foi um círculo de intelectuais que nasceu em 1920 na Alemanha com saberes multivariados, que colocavam suas ideias mais como uma perspectiva do que uma teoria, e a partir da dialética negativa dialogavam com autores como Hegel, Marx, Kant e Nietzsche. Agregaram posteriormente o pensamento de Freud para compor sua reflexão. Assim como na filosofia clássica, interessavam-se em determinar o que é belo, bom e justo. Foram fundadores da Teoria Crítica (Soares, 2007).

trabalhos, os estudos de cognição social assumem uma relevância especial e são referenciados como centrais para a Psicologia Social americana. Em contrapartida, Martín-Baró (1983/2017b) afirma que o segundo período foi significativo no processo de difusão das produções e do desenvolvimento teórico da Psicologia Social. Porém, apesar da aparente diversidade, o autor sublinha três características marcantes: o individualismo, o psicologismo e a perspectiva do poder estabelecido. O indivíduo foi tomado como princípio epistemológico e o social foi visto a partir da perspectiva individual. O psicologismo também desembocou em um foco extremamente subjetivista, que foi reforçado pela terceira característica do período, que representa a perspectiva do poder estabelecido. Compreender as relações a partir de uma sociedade significava a ausência de questionamentos sobre ela. Assim, cabia ao indivíduo apenas se integrar e se adaptar à ordem social dominante naturalizada.

Spink e Spink (2007) notam que, em manuais de Psicologia Social desse período, os discursos reconheciam que as pessoas viviam em um espaço social, porém não reconheciam que as próprias pessoas tinham atuação sobre esse mundo, focalizando seus interesses principalmente sobre o que acontecia dentro dos indivíduos. Martín-Baró (1985/2017a) afirma que grande parte da Psicologia Social tem sido retratada a partir dos aspectos naturalizados da dominação e nunca da insubordinação, caindo na maior parte das vezes na descrição dos conteúdos. Essas limitações foram conduzindo a Psicologia Social a estudar questões que reforçavam o sistema e não que questionassem a sua suposta inevitabilidade. Além disso, gostaríamos de destacar que a aparente cegueira da Psicologia aos marcadores de classe, raça e gênero nos estudos, induzem a pensar que existe uma classe universal de pessoas. No entanto, ao rever a história dessa “classe universal”, percebemos a hegemonia de um sujeito masculino, branco e burguês.

Nesse sentido, Scott (1994) considera que a história e as disciplinas fazem funcionar epistemologicamente um tipo de instituição cultural que endossa e publicita construções de gênero. Swain (2014) acrescenta que, apesar das mulheres corresponderem à metade da população mundial, suas histórias têm sido enterradas e subalternizadas nos discursos históricos. Contudo, consideramos um erro associar a Psicologia Social americana necessariamente a uma perspectiva de dominação e a Psicologia Social europeia a uma perspectiva de emancipação, pois tal organização reduz a heterogeneidade das produções e omite narrativas de agenciamento. Como por exemplo, no caso dos estudos feministas em que importantes teóricas e teóricos contemporâneos estão em cenário norte-americano.

Por isso, se faz importante destacar que existiram espaços de contra hegemonia ao longo do segundo período. Sobre este aspecto, Portugal (2007) considera que as diversas vertentes da Psicologia Social norte-Americana nesse período foram se autonomizando na medida em que fortaleceram as correntes experimentais e individualistas. Aquelas propostas que não se alinhavam a essas perspectivas foram marginalizadas ou excluídas nos contextos de formação universitária em Psicologia nos Estados Unidos. Este foi o caso da proposta de Mead, quem lecionou Psicologia Social na Universidade de Chicago por 30 anos, e considerava a significação como central, como um processo que se origina e se mantém na relação social. Isto é, a consciência surgiria por meio da comunicação em um contexto social.

Farr (1999) cita duas teorias que se originaram na Europa, a teoria da identidade social de Tajfel e a teoria das representações sociais de Moscovici. A primeira, encontra suas raízes na teoria dos processos de comparação social de Fesinger e produziu uma teoria acerca das relações intergrupais sob a perspectiva da psicologia social cognitiva. A segunda, encontra suas raízes em Durkheim e associou os processos psicossociológicos às dimensões culturais, enquanto representações coletivas. Especialmente no caso de Moscovici, Amâncio (2001) argumenta que, embora concorde com as críticas feministas à forma como a psicologia social americana lidou com o conceito de gênero, há uma desconsideração de produções da psicologia social de influência europeia que se destacam por abarcar uma perspectiva mais sociológica e consideram níveis mais amplos de investigação.

Porém, pode-se notar que as críticas de Martín-Baró (1983/2017) dirigidas à Psicologia Social do segundo período, podem ser generalizadas para as propostas das vertentes que autores como Farr defendem como propostas que superam o processo de americanização da Psicologia Social. Assim, pode-se questionar se a divisão entre uma Psicologia Social psicológica americana e uma Psicologia Social sociológica europeia não é mais uma forma de se construir um mito fundador sobre como a Psicologia Social se desenvolveu.

3.3. Constituição e correntes da Psicologia Social: Terceiro período

Sobre o cenário posterior à Segunda Guerra Mundial, Camino e Torres (2011) afirmam que os anos pós-guerras trouxeram algumas implicações para o cenário mundial. O Tratado de Yalta dividiu o mundo em dois sistemas, o capitalismo no oeste e o socialismo no leste, dando início ao período da Guerra Fria. Nesse contexto, alguns programas de ajuda internacional - como o Plano Marshall para a reconstrução da Europa e a Aliança para o Progresso, dirigida

aos países em desenvolvimento ou que estavam em processo de descolonização - foram criados para fortalecer a hegemonia estadunidense no Ocidente. Neste período, os Estados acentuaram sua função reguladora e as grandes companhias industriais foram instituídas estrategicamente em alguns setores econômicos.

Paralelamente ao desenvolvimento tecnológico produzido nas guerras, houve a intensificação do desenvolvimento econômico dos países industrializados, resultando nos chamados “anos dourados” do capitalismo até o fim da década de 1960, momento de grande ebulição em função de movimentos sociais em diversos lugares do mundo. Nas relações sociais de gênero, Pedro (2005) afirma que a tese de que as guerras trouxeram mudanças nas relações entre homens e mulheres por terem criado maiores oportunidades financeiras, gerou a intensificação de conflitos sociais provocada pela tentativa daqueles que retornavam da guerra de impor às mulheres a manutenção dos antigos papéis sociais de gênero.

Após a Segunda Guerra Mundial, as mobilizações sociais mais importantes nos grandes centros de capitalismo foram aquelas que se manifestaram em vários lugares do mundo sob diversas bandeiras nos eventos que encontram em 1968 um ano fundamental. São alguns deles: a) nos Estados Unidos, as lutas contra a Guerra do Vietnã, com o *flower power*, as lutas do movimento feminista, assim como o movimento *black power*; b) na França, as rebeliões estudantis e de trabalhadores, assim como as lutas contra a Guerra do Vietnã, contra o assassinato de Che Guevara, contra reformas do ensino superior, contra guetos sexuais na universidade e contra a situação de dominação dos países no Leste Europeu; c) na Alemanha, as lutas contra o marxismo ortodoxo, pela Universidade Livre e pelo anti-imperialismo; d) na Polônia e na República Tcheca, os levantes pelo socialismo com liberdade; no Japão, as manifestações antimilitaristas e contra a “satelitezação” do país pelos Estados Unidos; e) na Itália, os levantes contra o autoritarismo universitário e contra a sociedade de consumo; f) e, no Brasil, as manifestações contra o golpe militar de 1964 e contra o imperialismo norte-americano (Barros & Josephson, 2007).

Trazendo outra perspectiva para os elementos sociais da época, Ibáñez (1990) destaca 1968 como um momento de contestação das instituições acadêmicas e políticas, que acirrou os conflitos em um contexto de crises energéticas e de reestruturação da ordem mundial. O autor contextualiza que intensas críticas contra os modelos dominantes estavam sendo feitas nas áreas mais próximas da Psicologia Social e, de forma mais ampla, ao paradigma de ciência, referenciado no modelo tradicional de ciência.

3.3.1. “A crise dos anos 70”.

O descontentamento quanto às possibilidades e conquistas da Psicologia Social foi intensificado em um contexto marcado por muitas lutas sociais. Grande parte das críticas dirigia-se ao referencial teórico e metodológico utilizado no segundo período. Inicialmente, apareceram críticas no interior do próprio debate científico que deviam-se especialmente a três fatores: o conhecimento dava a impressão de ser cumulativo; as teorias eram incomensuráveis e não reuniam propriedades para serem refutadas. Todos os elementos anteriores contribuíram para pensar novas possibilidades de ciência. Esse cenário também afetou diretamente a Psicologia Social pois muitas das suas características estavam fundadas em solo positivista. (Ibáñez, 1990).

Para Ibáñez (1990), os questionamentos quanto à validade e à objetividade dos estudos experimentais foram se organizando a partir dos anos de 1950, ainda que as primeiras dúvidas em relação a isso já tivessem aparecido em 1933. Entre o final dos anos 1950 e o princípio dos anos 1960, houve uma novidade: recorreu-se ao próprio método experimental para demonstrar a inadequação dos experimentos. A partir de então, os questionamentos à Psicologia Social dominante conseguem visibilidade nos espaços acadêmicos, gerando um elevado número de publicações sobre a crise. Em 1969, o tema da convenção nacional da *American Psychological Association* (APA) foi dedicado à Psicologia e aos problemas da sociedade. Em 1971, houve a publicação do *Journal of Applied Social Psychology*, em que foram priorizados temas abordando os problemas sociais. Em 1973, Gergen publicou um texto sobre a Psicologia Social como uma ciência histórica e essa obra é considerada como central para a crítica de 1970. Para Lacerda Jr. (2010), esse período foi reconhecido por diversas autoras e autores como a crise da Psicologia Social e se deu mais intensamente nos Estados Unidos e na Europa nos anos 1960 e 1970, e, mais tardiamente, na América Latina, com debates que se iniciaram a partir dos anos 1970.

Nos Estados Unidos, a chamada crise da Psicologia Social foi se explicitando enquanto fraturas sociais eram reveladas pela derrota militar e política da perspectiva norte-americana na guerra do Vietnã, assim como por movimentos antirracistas e feministas. Esse momento foi importante para evidenciar a subordinação das ciências sociais à ordem existente, impulsionando-as a refletir sobre pressupostos como a neutralidade e a universalidade, assim como sobre o pragmatismo como postura filosófica adotada. Nesse contexto, aparece a pergunta que marcou o terceiro período da Psicologia Social: “o que nos liberta da desordem estabelecida?”. Com esse questionamento, algumas mudanças consideráveis apareceram na

Psicologia Social. A sociedade é aceita como existente, porém é criticada enquanto fato dado; a imutabilidade do sistema social é questionada e as psicólogas e psicólogos sociais passam a se interessar em como a ordem social poderia ser alterada em prol de preocupações humanitárias (Martín-Baró, 1983/2017b).

Martín-Baró (1983/2017b) afirma que a primeira mudança importante do período é a consideração da realidade como construção histórica, algo que foi uma marca notável entre estudos marxistas, mas que não foi seriamente discutida no segundo período da Psicologia Social. Uma obra marcante da Sociologia, que influenciou os psicólogos sociais nesse sentido, foi a de Peter Berger e Thomas Luckmann, em 1968, sobre a construção social da realidade. Para os autores, a sociedade se constitui a partir da realidade objetiva e da realidade subjetiva. Assim, a dialética da realidade social seria composta por três momentos: a sociedade é um produto humano; a sociedade é uma realidade objetiva; e, as pessoas são produtos sociais. Essas contribuições também foram incorporadas pela etnometodologia, perspectiva que analisou como as pessoas constroem seus valores e normas a partir de atividades rotineiras. Para Martín-Baró (1983/2017b), a etnometodologia contribuiu criticamente ao colocar o sujeito como ser ativo na sociedade, por questionar a concepção de realidade dominante e por desestabilizar a ideia da sociedade como um conjunto de forças rígidas inalteráveis. Contudo, o autor ressalta que o foco subjetivista colocou a dimensão social em última instância e que esse aspecto pode ser um reflexo da descrença ideológica de que a sociedade possa ser estruturalmente alterada.

A segunda mudança que aparece terceiro período é a crítica à concepção de sociedade como um todo harmonioso frente ao qual as pessoas devem se adaptar. A realidade social passa a ser entendida como um jogo de forças em que alguns indivíduos predominam sobre outros. O contexto de conflitos sociais permitiu a explicitação das limitações teóricas e práticas da concepção de sociedade como um todo harmonioso. Isso também propiciou o aparecimento de questionamentos acerca das teorias grupais e do seu papel de naturalização nas relações estabelecidas (Martín-Baró, 1983/2017b). Uma área importante neste questionamento foi o movimento da antipsiquiatria. Ainda segundo o autor, as instituições psiquiátricas cumpriram um papel similar ao das prisões, isto é, o de impor o poder Estatal e regular quem seriam os sujeitos que poderiam viver e conviver nos espaços públicos. Dessa maneira, a antipsiquiatria contribuiu ao investigar o movimento psiquiátrico evidenciando a função disciplinadora das ciências biológicas e psicológicas.

Parker (2014), ao refletir sobre como o conflito foi incorporado em teorias da Psicologia, cita as produções do psiquiatra Frantz Fanon como exemplo dessa postura crítica. Trabalhando

na Argélia enquanto participava do movimento de libertação nacional contra a ocupação francesa, Fanon escreveu sobre os efeitos da colonização sobre a personalidade da pessoa colonizada e do sujeito colonizador. Entre algumas temáticas, refletiu sobre as relações afetivas entre pessoas negras e pessoas brancas, e, vice-versa. Suas produções têm grande potência para os feminismos e a Psicologia Social, principalmente sob um viés interseccional.

Outro grupo que contribuiu significativamente aos questionamentos da sociedade e, conseqüentemente, para questionar a Psicologia hegemônica foram as feministas socialistas, nos anos de 1970, nos Estados Unidos, ao analisarem os efeitos do capitalismo articulado ao patriarcado, entendido como um sistema estrutural em que os homens estão em posição de vantagem e dominação sobre as mulheres. Durante os eventos de 1968 e na própria relação com o movimento antipsiquiátrico, outro pensador que se destaca é Michel Foucault. Psicólogo clínico por formação, participou temporariamente do partido comunista francês e desenvolveu um trabalho forense nas prisões durante os anos 1950 (Parker, 2014).

Os estudos sobre prisões contribuíram para Foucault problematizar as formas prisionais de vigilância que emergiram na sociedade moderna. Posteriormente, desenvolveu estudos sobre a sexualidade abordando a partir da perspectiva histórica, aspectos que foram reprimidos pelo poder. Ele também pensou a Psicologia como uma disciplina chave na individualização e no controle. Para o autor, o poder era inicialmente algo que mantinha as pessoas em relação de sujeição à autoridade. Posteriormente, Foucault generalizou a noção de poder ao defini-lo como uma força que os indivíduos exercem sobre outros (Parker, 2014).

Para Parker (2014), a contribuição de Foucault foi a de produzir uma “história do presente” que, apesar de limitações, oferece um recurso para pensar como a subjetividade individual está ligada aos processos sociais. Nesse sentido, Parker dirige uma crítica às produções e expressões marxistas na história, pois afirma que o próprio Marx não tentou explicar por que cada capitalista individual explora trabalhadoras e trabalhadores. Esse tipo de explicação psicológica foi rejeitada em prol de uma explicação político-econômica de como as pessoas poderiam tomar consciência de sua situação histórica e mudar sua condição de exploração. Todavia, acrescenta que a obra de Foucault oferece inspiração para marxistas críticos.

Questionar a função das ciências foi a terceira mudança importante no terceiro período. Segundo Martín-Baró (1983/2017b), a busca por reconhecimento científico fez a Psicologia se afastar de suas raízes filosóficas, se submeter aos métodos experimentais a todo custo e reproduzir um higienismo científico que produziu indiferença em relação aos problemas sociais

e, finalmente, se converter em instrumento usado para a dominação social. A maior parte das produções da Psicologia Social eliminaram teorias que oferecem visões mais amplas e críticas da realidade.

Os estudos feministas são um exemplo da terceira área, pois questionaram como a própria ciência e seus pressupostos favoreciam a legitimação e reprodução de ideias machistas. Parker considera que uma importante referência nesse sentido foi a bióloga e filósofa Donna Haraway. Em um de seus estudos mais conhecidos, a autora demonstrou como obras da Psicologia sobre a “natureza” humana derivaram de concepções ideológicas e culturalmente concebidas. Ao invés de uma essência permanente e fixa, as feministas destacaram, no debate sobre natureza humana, o papel de estruturas sobre relações que foram construídas socialmente e que poderiam ser contestadas (Parker, 2014). As teorias feministas questionaram não somente a Psicologia, mas as bases epistemológicas em que o conhecimento legitimado como científico está fundamentado.

Ibáñez (1990) sintetiza algumas das principais críticas produzidas nesse período, tais como debates sobre o ritualismo metodológico esvaziado de questões significativas, a crítica ao foco individualista dos trabalhos de Psicologia Social; reflexões sobre o limitado alcance das pesquisas e a sua reduzida relevância social. O autor alerta, porém, que a própria lógica acadêmica, regida pelo princípio de publicar ou perecer (*publish or perish*), favorece um comportamento excessivamente metodológico, já que autoras e autores são demandados a publicar constantemente enquanto pesquisadoras e pesquisadores. Como reflexão do terceiro período, Martín-Baró (1983/2017b) observa que, ao questionar a imutabilidade da ordem social, o terceiro período também questionou os pressupostos e o próprio objeto da Psicologia Social, assim como trouxe à tona outros conflitos importantes, como a dominação entre as classes sociais. No entanto, refletimos que, grande parte das articulações apresentadas anteriormente, ultrapassaram as próprias fronteiras disciplinares da Psicologia Social, seja considerando produções realizadas em outras áreas de saberes, como a Sociologia, Antropologia e outras, seja articulando suas reflexões às lutas políticas dos movimentos sociais.

O clima vai se apaziguando e 1977 pode ser considerado como o último ano em que aparece um volume notável de textos sobre a questão da crise na Psicologia Social. Porém esse período deixa efeitos profundos para a realidade desse campo de conhecimento. A partir de então, Ibáñez (1990) considera que o setor mais crítico vai se engajar em elaborar teses alternativas à Psicologia Social instituída. Em oposição, Camino e Torres (2011) consideram que essa reorientação não teria se dado de forma tão simples. A crise teria, por exemplo,

intensificado o interesse em situações reais e isso ocasionou o desenvolvimento de métodos estatísticos de análise multivariada, porém as reflexões teóricas não foram suficientes para apagar a tradição individualista iniciada por Allport. Nos Estados Unidos, concebem que o afastamento do objetivismo radical também levou ao aprofundamento dos experimentos em laboratórios e ao interesse no estudo dos processos cognitivos e da percepção. Apesar de seguirem caminhos teóricos diferentes, Martín-Baró (1983/2017) reconhece que o terceiro período não resulta no desaparecimento ou na superação das problemáticas estudadas nos dois períodos anteriores. O autor chega a afirmar que as perguntas do terceiro período não chegam a ser hegemônicas na Psicologia Social.

3.3.2. Os anos pós “crise dos anos 70” e a busca por correntes alternativas para uma Psicologia Crítica.

Nas décadas de 1970 e 1980, a Psicologia Social europeia se consolidou e se desenvolveu com especial vitalidade, pressionando, por um lado, a Psicologia Social norte americana, e, por outro, adotando características transnacionais. Nos anos de 1950 e 1960, poucas pesquisadoras e pesquisadores sabiam da existência de uma Psicologia Social diferente daquela produzida nos Estados Unidos, e, apesar desse desconhecimento não ter se erradicado por completo, nota-se a crescente influência de teorias e enfoques europeus em revistas e livros norte-americanos. Existem, inclusive, algumas linhas de investigação europeias que foram retomadas nos Estados Unidos (Ibáñez, 1990).

Após a Segunda Guerra Mundial, Ibáñez considera que a Psicologia Social Europeia passou por diversos processos em razão da influência norte-americana. Num primeiro momento, houve a reprodução da Psicologia Social norte-americana e de seus aspectos dominantes, depois, começaram a surgir indagações fundamentadas na sua própria tradição cultural e, conseqüentemente, a percepção da influência das particularidades locais nas produções europeias. Além disso, o autor considera que, na Europa, não houve tempo suficiente para que os pressupostos positivistas se fixassem com tanta força, tal como aconteceu nos Estados Unidos. Havia uma herança, constituída majoritariamente em função do pensamento marxista, que facilitava entender as teorias de forma mais crítica e global.

Sobre os caminhos que se deram depois da crise, Ibáñez (1990) ressalta que seria um erro pensar que apareceu uma solução alternativa objetiva e coerente. O conteúdo de obras posteriores reflete uma notável diversidade, percebendo-se inclusive certa confusão nas

propostas formuladas. Aspecto que para o autor não é ruim, mas até desejável, pois pode inclusive fornecer vitalidade para a disciplina. Acrescenta ainda o pensamento de Gergen (citado em Ibáñez, 1990), o qual considera que o progresso de uma disciplina passa pelo movimento contínuo de ocupação e abandono dos edifícios teóricos por meio da reflexão crítica.

Pontuadas as contradições, Ibáñez (1990) considera que as propostas alternativas partilham de alguns pressupostos: a crítica ao positivismo; a consideração dos seres humanos como agentes; o caráter histórico e construído da realidade; a importância da linguagem e da significação; o interesse pela racionalidade prática e pelos processos cotidianos; a centralidade da reflexividade no conhecimento. Porém, ele também alerta que esses pressupostos não têm sido integrados como partes constitutivas da Psicologia Social dominante contemporânea, de forma que esses campos coexistem muitas vezes ao lado de uma Psicologia Social instituída e se desenrolam com rapidez e com uma crescente independência das investigações comuns da Psicologia Social tradicional. Mesmo assim, o autor destaca algumas correntes que podem ser agrupadas em quatro grandes orientações, selecionadas em função do tipo de tradição teórica que predomina em suas formulações.

O primeiro dos blocos destacados por Ibáñez (1990) é a teoria da ação fundamentada na obra de Wittgenstein e em estudos sobre a linguagem cotidiana e sobre os jogos de linguagem. Aqui se inclui, por exemplo, a orientação etogênica e as orientações centradas na análise das conversações sobre a análise do discurso cotidiano. O segundo bloco é o da abordagem dialética, a qual recorre ao legado pós-marxista e ao holismo hegeliano. Junto com o enfoque propriamente dialético estão as contribuições de Bhaskar, a teoria da estruturação de Giddens e a teoria crítica de Habermas.

O terceiro bloco é designado como orientação hermenêutica e recorre ao legado da Sociologia Interpretativa, que passa por Heidegger e culmina em Gadamer. Este bloco evidencia principalmente a importância da linguagem e seu papel fundamental na existência e participação dos seres humanos no mundo, considerando impossível transcender seus limites. Por fim, o quarto bloco se organiza sob a orientação do construcionismo social, que é mais eclético, na medida em que suas orientações integram muitas ideias básicas que configuram as orientações anteriores. Encontra-se mais fortemente nas propostas do neo-pragmatismo americano, presente nas obras de Rorty, James, Mead e Dewey. Contudo, devemos pontuar que os blocos de orientações definidos por Ibáñez (1990) estão permeados por controvérsias

visibilizadas por ele mesmo e por outras autoras e autores que analisam a Psicologia Social europeia.

Em outra perspectiva de como os grupos se organizaram pós-crise de 1970, Lacerda Jr. (2010) destaca três caminhos que se deram nesse processo: a aproximação de setores da psicologia latino-americana com o marxismo; a aproximação com o pós estruturalismo; e, as aproximações com as teses pós-modernas. O autor afirma que, o conjunto de teorias que foram produzidas transita de forma mais ou menos conflituosa, heterogênea e contraditória sob o título de psicologia crítica. Porém, o próprio autor em outro texto sobre a Psicologia Social Crítica (Lacerda Jr., 2013), alerta que algumas das correntes oriundas do pós-estruturalismo e das teses pós-modernas²⁷ vinculam-se a uma hipervalorização da subjetividade e dos processos individuais, o que pode gerar uma concepção ingênua e voluntarista da transformação social.

3.3.3. Do centro às margens: esforços para pensar uma Psicologia Social Latino-Americana.

Na América Latina apareceram algumas expressões oriundas das movimentações produzidas no início dos anos 1970 e que se situam no que Martín-Baró (1983/2017b) chamou de terceiro período: a psicologia política, a psicologia social comunitária, o movimento antipsiquiátrico e a psicologia social da libertação. A psicologia social da libertação emergiu em um contexto de revoluções que marcou a América Central desde a revolução cubana de 1959. Parker (2014) afirma que uma das principais contribuições de Martín-Baró foi sua compreensão da Psicologia como algo imposto por meio de um processo de colonização marcado pela hegemonia das produções norte-americanas. Outras contribuições foram o seu engajamento na produção de conhecimento em prol do que chamou de desideologização e a ênfase sobre a necessidade de se pensar uma Psicologia Latino-Americana a partir da perspectiva das (os) dominadas (os) almejando a transformação social.

Para que o projeto de Psicologia Social que Martín-Baró defendia se tornasse possível, considerava fundamental três tarefas para a Psicologia, que consistiam no estudo sistemático das formas de consciência popular, no resgate e potencialização das virtudes populares, entendendo e preservando os recursos que tornaram possíveis a sobrevivência e a solidariedade

²⁷ Pontuamos que a utilização do termo “pós-moderno” é bastante controversa e exigiria uma discussão mais concisa sobre os debates do que se concebe como modernidade e pós-modernidade.

do povo Latino-Americano na história, e, a análise das organizações populares como instrumento de libertação histórica, compreendendo que essas organizações compõem uma parte importante na garantia dos interesses da população (Martín-Baró, 1987/2017c).

Em relação às concepções de gênero, embora Martín-Baró não tenha escrito muito sobre a temática, desenvolveu ao longo dos anos estudos sobre o machismo latino-americano e uma reflexão sobre as características ideológicas e psicológicas do homem salvadorenho. Concebia como algumas das características do homem salvadorenho – a valorização da atividade sexual masculina, a agressividade nas atividades sociais e sexuais e, por último, a idealização da figura da mãe como quase religiosa – resultava em uma ideia de mulheres como cidadãs de segunda categoria. O autor também investigou o processo de ideologização como essencializador das desigualdades se materializando na vida cotidiana pela ação dos dominadores, mas também pela introjeção nas dominadas e dominados de aspectos ideológicos da dominação (Molpeceres, 1996).

Preocupada com a construção de uma Psicologia Social na América Latina, Silvia Lane (2002), psicóloga social brasileira, destacou que uma das características que marca a América Latina é o processo de colonização. Ela ressalta que os valores estéticos e ético-religiosos das culturas indígenas foram apropriados através da dominação, visando a espoliação e a venda das suas riquezas pelos europeus. Posteriormente, a autora retoma que houve a independência nacional dos países latino-americanos, mas que eram constantes os debates sobre república e democracia entre as facções políticas nestes países, gerando tensões para Estados que já eram fragilizados pelo processo de colonização. A partir daí, ela relata que houve golpes militares, ditaduras, prisões, censuras e torturas em diversos países da América Latina.

Martín-Baró (1987/2017d) também abordou os aspectos trabalhados por Lane (2003), ao pensar as relações entre o contexto latino-americano e os consequentes efeitos sobre o caráter psicossocial das pessoas que o vivenciam. O autor destaca que as situações de opressão e exploração na América Latina geraram tantos absurdos e contradições que escapam da lógica fundada na razão e que esses processos violentos geraram um estado de “cochilo forçado”, que mantém a população à margem de sua própria história, continuamente determinada a partir de processos que acontecem externamente e produzindo como efeito uma aceitabilidade fatalista da vida. Essa aceitação do destino como inevitável aparece em várias ideias cotidianas, como na ideia de que o destino já está escrito previamente, em uma vivência religiosa marcada pela sensação de que tudo depende de um Deus distante e todo-poderoso, na sensação da vida como uma prova exigente e dolorosa, em que o sofrimento passa a ser o estado normal das pessoas,

e, por fim, na intensificação da vivência do presente, já que o passado ou o futuro só servem para confirmar a inevitabilidade das coisas no presente.

Entendendo as construções anteriores como mais ou menos consensuais e sentidas, em maior ou menor grau, nas diferentes experiências dos países latino-americanos, este contexto mobilizou diversas autoras e autores, entre eles Paulo Freire. Paulo Freire desenvolveu, no campo da educação, procedimentos que buscavam a leitura e a escrita como ferramentas para o desenvolvimento da consciência social. Com esses instrumentos, pequenos aglomerados sociais poderiam se organizar na possibilidade de constituir comunidades autônomas para reivindicar providências governamentais. De forma muito semelhante, Fals Borda, na Colômbia, pensou um trabalho científico de conhecimento e de intervenção para atuar em grupos sociais com o desenvolvimento de consciências individuais e grupais (Lane, 2002). Outros nomes que se destacam são Maritza Montero, na Venezuela, e a já citada Silvia Lane no Brasil.

Fazendo uma síntese sobre a Psicologia Social na América Latina, Maritza Montero (2011) destacou algumas de suas principais preocupações. Para a autora, tais preocupações se referiam a explorar quais são as origens psicossociais das situações de desigualdade e opressão; a como produzir mudanças sociais e psicossociais transformadoras; a como fazer com que pessoas que estão em situação de sofrimento pudessem falar por si mesmas; a entender como se dão as relações de poder entre quem pesquisa e pesquisada ou pesquisado; a responder por que as pessoas não reagem mais ativamente a situações de desigualdade; e, por último, a perceber como se manifestam as formas de resistência frente a situações de desigualdade.

Acerca das abordagens da Psicologia Social na América Latina, é interessante refletir que independente das autoras e autores citados terem produzido especificamente sobre as questões de gênero, suas contribuições possuem enorme potencialidade para os feminismos, principalmente os feminismos latino-americanos, já que é possível encontrar eixos coerentes de convergência.

3.3.3.1. Da América Latina para o Brasil: contexto e relações em que a Psicologia Social se desenvolve.

Especificamente no Brasil, Lacerda Jr. (2013) defende que existem duas conjunturas históricas distintas na constituição da Psicologia Social Crítica brasileira, a primeira no período entre 1964 e 1989, marcada pela vigência da ditadura militar, e a segunda, de 1990 até o

presente, como um processo de consolidação da democracia burguesa e da hegemonia neoliberal. Em sua concepção, desde a colonização até o presente, a história brasileira esteve atrelada a duas características importantes: a dependência e a barbárie. A sua relação com a dependência refere-se à condição que marcou o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, enquanto um processo de modernização hipertardio que, dentre outras coisas, se deu através da aliança da burguesia com setores agrários conservadores e se voltou para atender as necessidades expansionistas das nações imperialistas. Por conseguinte, tal aliança só foi possível a partir da constituição de um Estado forte e autoritário, que conciliou aspectos arcaicos e modernos das classes dominantes para excluir qualquer participação dos setores explorados na transformação e mantendo, assim, a própria autocracia burguesa através da violência, do controle e da regulação.

Ademais, a dependência não se manifestou somente no âmbito econômico, mas também se fez presente nas criações artísticas, culturais e científicas, modificando ou recriando relações sociais que mimetizaram a cultura, os padrões de consumo e os comportamentos presentes nos centros hegemônicos. A Psicologia no Brasil foi um exemplo dessa relação, que começou a se desenvolver entre o fim do século XIX e o início do século XX, como área estudada em diferentes instituições de ensino que ofereciam formação médica, religiosa, pedagógica e/ou jurídica (Lacerda Jr., 2013).

Francisco Teixeira Portugal, Ana Maria Jacó-Vilela e Denise Barcellos Monteiro (2010) acrescentam que nas primeiras décadas do século XX, haviam estudos que preocupavam-se teoricamente com a identificação de um caráter nacional do país, subsidiado na perspectiva evolucionista e positivista. As principais produções da época transitavam entre teorias da degeneração racial, em que se concebia que a mestiçagem com populações que não fossem brancas levaria à extinção da população, e teorias que defendiam que sob uma mestiçagem controlada seria possível a regeneração da população, na qual o eixo de referência é a branquitude.

Dessa forma, Lacerda Jr. (2013) reflete que sua regulamentação da Psicologia em 1962 foi apenas parte de um processo já iniciado muitos anos antes. Sublinhamos também que, desde sua emergência, a Psicologia esteve associada às classes dominantes, que, assim como nos Estados Unidos, filiou-se rapidamente às elites e à manutenção dos status de poder. Apesar disso, Portugal, Jacó-Vilela e Monteiro (2010) destacam o pensamento dissonante, ainda no início do século XX, de Manoel Bonfim, quem atribuía a inferiorização do povo latino-

americano não a uma característica intrínseca, mas a um processo histórico de colonização, no qual os colonizadores são parasitas e as colonizadas e colonizados são parasitados.

Mesmo assim, os debates sobre a crise da Psicologia Social também apareceram no Brasil e aqui se expressaram em duas tendências gerais: a psicologia alternativa e a contra-psicologia. Dentro da Psicologia Alternativa há duas expressões: a primeira chama de alternativo tudo que foge do convencional, desde práticas a temáticas não usuais, mas que estão fundadas nas mesmas bases da Psicologia dominante; a segunda, questiona a função social do psicólogo e busca oferecer serviços psicológicos para a maior parte da população. Já a contra-psicologia”, agrupa estudos diversos que criticam teoricamente a psicologia, isto é, que contestam a psicologia dominante e se colocam na busca por uma reconstrução epistemológica de perspectivas críticas na psicologia, sendo visível em muitos estudos que articularam a psicanálise e o marxismo (Yamamoto apud. Lacerda Jr., 2013).

Em 1966, Dante Moreira Leite no livro *Psicologia Diferencial*, contribuiu para pensar sobre a socialização do gênero ao considerar que os processos ideológicos influenciam a percepção social, favorecendo assim a formação dos preconceitos. As primeiras publicações feministas sob o viés da Psicologia Social são dos Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas no ano de 1975, que como proposta do Ano Internacional da Mulher, desencadeou uma série de eventos para discutir a condição das mulheres. Tais artigos utilizavam da Psicologia Social clássica e de estudos como estereótipos e preconceitos para compreender as questões das mulheres, que por vezes se mostravam insuficientes para atender tais questionamentos. Nos anos de 1970, a crise teórica e metodológica da Psicologia Social favoreceu a difusão dos movimentos sociais feministas na Psicologia, o que aumentou consequentemente, o número de estudos sobre estereótipos e preconceitos sexuais (Nuernberg, 2005).

Um elemento importante no estabelecimento de concepções alternativas e críticas da Psicologia Social no Brasil foi a criação da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO). A partir de articulações entre congressos internacionais e latino-americanos no final dos anos 1970, surgiu a inquietação de construir uma associação brasileira que também fizesse parte de um projeto latino-americano de Psicologia Social. Assim, criar uma associação nacional de psicólogas e psicólogos sociais poderia ser um meio para fortalecer espaços de diálogos e possibilitar avanços. Na reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em 1980, a criação da ABRAPSO foi aprovada em assembleia e instituída oficialmente. Silvia Lane foi eleita a primeira presidente em São Paulo e nos anos seguintes houve um descentramento para outras regiões do país. As atividades da ABRAPSO se

realizaram a partir de encontros regionais, nacionais e também se expressou na editoração de um periódico científico, a revista “Psicologia & Sociedade”, que se constitui como o principal fórum de discussões críticas em Psicologia Social até hoje. A ABRAPSO volta-se para os problemas nacionais e acolhe diferentes correntes epistemológicas, desde que estejam filiadas ao compromisso social de construir uma sociedade mais equânime (Lane, 2003).

Adriano Nuernberg (2005) considera que a categoria de gênero começa a aparecer na Psicologia Social brasileira por volta da metade da década de 1980, em uma mesa redonda promovida pela ABRAPSO. Em 1988, no III Encontro Mineiro de Psicologia Social, afirma que as pesquisadoras passaram a requisitar mais espaço institucional garantido para o debate das questões feministas e de gênero, naquela época nomeadas como “estudos das mulheres”. As principais temáticas da época versavam sobre conteúdos como violência contra a mulher, conjugalidade e outros. Nos encontros da década de 1990, seguem sendo frequentes mesas redondas com discussões de conteúdos feministas e de gênero, com temáticas sobre papéis sociais e sexuais, grupos de mulheres, violência doméstica e outros. Em 2001, no XI Encontro Nacional da ABRAPSO, os estudos de gênero tiveram destaque nas atividades e as temáticas principais foram saúde reprodutiva, gênero, representações sociais, identidade e outros.

Santos et al. (2016) concebem que o campo de interlocução entre a Psicologia Social brasileira e os estudos feministas e de gênero foi marcado pela heterogeneidade epistemológica, teórica e metodológica, sendo possível encontrar estudos embasados no positivismo lógico, que realizam estudos e mapeamentos de mulheres, estudos baseados no materialismo histórico e dialético, que vão apontar o patriarcado e a família burguesa como efeitos centrais do capitalismo, até perspectivas pós-estruturalistas, que vão discutir as noções de gênero, principalmente questionando aspectos da Biologia e da Linguística.

Em um artigo publicado em 2016 sobre gênero, feminismo e Psicologia Social no Brasil, Santos et al. (2016) analisaram as produções sobre gênero publicadas na revista “Psicologia & Sociedade”, entre 1996 e 2010. Como resultado, apontam a predominância das produções na região Sul (47,67%), seguida da região Sudeste (22,09%). Sobre as concepções de gênero, as discussões acontecem marcadamente (72%) sob o viés da perspectiva de poder e, as temáticas, expressam uma grande diversidade: violência doméstica, masculinidades, pornografia e outros. Se a pluralidade é uma forte característica desse campo, as autoras não consideram possível dizer que se constituiu um campo bem delimitado que pode ser chamado de Psicologia Social Feminista.

Jesus e Galinkin (2015) ponderam que, apesar das produções feministas, principalmente a partir de 1970, terem afetado consideravelmente os objetos de estudo da Psicologia Social, pouco tem sido produzido psicossocialmente sobre gênero. Em pesquisa realizada acerca dos discursos de gênero presentes em livros de ampla circulação na Psicologia Social brasileira, notam que apenas um deles apresenta um capítulo específico sobre gênero na Psicologia. As autoras acrescentam, ainda, outra problemática. Para elas, a maior parte da literatura em estudos feministas e de gênero concentram-se em obras de outras línguas, principalmente norte-americanas, o que dificulta a popularização desses saberes, assim como faz refletir sobre a dependência teórica com os centros hegemônicos de poder.

3. 4 Notas sobre os feminismos em articulação com a Psicologia Social

Ao longo desse capítulo, percorremos o caminho de constituição da Psicologia Social até chegarmos na Psicologia Social Crítica brasileira, e, ao final desse percurso, ainda nos encontramos com mais questionamentos do que certezas. De toda forma, a Psicologia Social Crítica e psicólogas e psicólogos que se declaram como engajadas e engajados em lutas sociais estão constantemente colocadas e colocados em becos perigosos e contraditórios.

Neste trabalho, nos aproximamos de concepções na Psicologia Social Crítica que passam pelo questionamento do seu status dominante, e, para isso, podemos retomar Boechat (2017): o autor lembra que em situações de luta de classes e em que a psicóloga ou o psicólogo assume uma posição política, seja teoricamente ou na prática, a Psicologia pode agir de maneira a favorecer a contestação da ordem e a contribuir em diversos setores revolucionários. Entretanto, ele reflete que, inevitavelmente, a Psicologia e as vertentes da Psicologia Social Crítica irão se deparar com algumas limitações, que se referem aos aspectos ideológicos da própria disciplina. Para Gramsci, nas palavras de Boechat (2017), ser psicóloga ou psicólogo significa, necessariamente, ser sujeito ou objeto de alguma estratégia política, ou, ainda, significa estar implicada ou implicado, historicamente, em estratégias de manutenção ou de transformação social.

Nesse sentido, nos questionamos em que medida, ao longo dos anos psicólogas e psicólogos e algumas tradições da Psicologia Social aderiram ao discurso da ordem e de adaptação ao sistema capitalista existente. Precisamos também questionar quais aspectos fazem algumas vertentes da Psicologia Social Crítica existirem com maior hegemonia que outras, inclusive nas representações de gênero. Ademais, se por um lado consideramos fundamental

evidenciar nossos posicionamentos políticos e voltar nossa atuação a favor dos grupos oprimidos, é preciso que compreendamos também as próprias limitações estruturais da Psicologia enquanto disciplina na reprodução da ideologia burguesa.

Os questionamentos e produções dos estudos feministas incidiram na Psicologia Social e, por isso, Santos et. al. (2016) consideram que aquela é área que mais acolheu as discussões feministas e de gênero na Psicologia. As diversas articulações teóricas e práticas que apareceram em terreno brasileiro se manifestaram de maneira conflituosa e heterogênea. A partir das leituras realizadas, consideramos possível apontar três eixos principais que coexistem em um mesmo cenário: produções teóricas que circulam em espaços exclusivos de discussão, na qual a Psicologia Social Crítica é articulada aos estudos feministas e de gênero em uma perspectiva predominantemente interdisciplinar; produções que possuem maior circulação nas grades curriculares e que, alinhadas à Psicologia Social tradicional, ignoram ou reproduzem perspectivas biologizantes de gênero; e, produções com pouca visibilidade nos espaços acadêmicos, que, baseadas em experiências de pesquisa-ação vem tecendo possibilidades de construção de “metodologias feministas na Psicologia” e de “Psicologias feministas”.

Todo o percurso anterior objetivou entender o percurso da Psicologia Social, sobretudo, sob as lentes das perspectivas feministas. Contudo, também reconhecemos as próprias limitações do presente trabalho, principalmente no que se refere ao aprofundamento das possibilidades e limites entre os feminismos e a Psicologia Social. Além disso, a reorientação desse estudo já em fase adiantada da dissertação trouxe novos desafios e deixou outras indicações a serem melhor desenvolvidas posteriormente.

Considerações

*“Pedra, pau, espinho e grade
 No meio do caminho tinha uma pedra,
 Mas a ousada esperança
 de quem marcha cordilheiras
 triturando todas as pedras
 da primeira à derradeira
 de quem banha a vida toda
 no unguento da coragem
 e da luta cotidiana
 faz do sumo beberragem
 topa a pedra pesadelo
 é ali que faz parada
 para o salto e não o recuo
 não estanca os seus sonhos
 lá no fundo da memória,
 pedra, pau, espinho e grade
 são da vida desafio.
 E se cai, nunca se perdem
 os seus sonhos esparramados
 adubam a vida, multiplicam
 são motivos de viagem. ”*
 (Evaristo, 2008.)

Para compreender as expressões feministas e de gênero na história da Psicologia, discutimos, neste estudo, algumas narrativas constitutivas das opressões às mulheres e apresentamos a trajetória dos movimentos feministas e de suas expressões na América Latina e no Brasil. Para investigar de quais formas as manifestações feministas circulam e tensionam na Psicologia, apresentamos alguns elementos sociais, teóricos e políticos sobre a constituição da ciência moderna e da Psicologia, para, em seguida, refletir sobre como a Psicologia tem representado as relações sociais de gênero em suas produções. Apresentada por muitas autoras e autores como a área mais fértil da Psicologia em acolher questões feministas, percorremos a

constituição da Psicologia Social enquanto disciplina e, posteriormente, apresentamos algumas discussões e possibilidades de articulação entre o campo dos feminismos e da Psicologia Social.

Após essa trajetória, como podemos então perceber as narrativas feministas na Psicologia e, especialmente na Psicologia Social? Quais foram os efeitos resultantes de tal articulação? Quais Psicologias Sociais têm dialogado mais com as perspectivas feministas? E quais os impasses, conflitos e rupturas? Antes de elaborarmos algumas reflexões que foram surgindo ao longo do desenvolvimento do presente trabalho, destacamos que tais apontamentos se constituem muito mais como frestas a serem colocadas em diálogo, do que regimes fechados de verdade. Até porque, compreendemos que é o conflito e a multiplicidade que permitem o surgimento de novas dúvidas, disputas e, também, novos agenciamentos.

Azerêdo (2010) considera que teorizar sobre gênero é pensar em um conceito extremamente complexo, e tal exercício torna-se mais difícil pois lidamos constantemente com a tendência de domesticá-lo, torná-lo seguro, palatável e inserido na lógica acadêmica. Por isso, ela destaca o quanto é importante sair de casa, deixar o que é familiar para a abertura ao que é desconhecido e novo. A autora acrescenta ainda, que, principalmente se tratando do Brasil, não é possível pensar teorias feministas sem considerar a classe e a raça como categorias fundamentais nessa composição. Mas que, apesar disso, o mito de cordialidade e democracia racial imprimem, ao contexto brasileiro, uma complexa e dolorosa situação de violência e silenciamento das pessoas negras e indígenas.

Tais angústias também atravessaram a produção desse trabalho, seja pela predominância das obras *mainstreams* em gênero organizarem seu eixo central a partir de uma criação de mundo eurocêntrica e branca, seja pela dificuldade em encontrar outras narrativas. Houve ainda a angústia em perceber as categorias de classe e raça sendo utilizadas apenas como palavras repetitivas e esvaziadas de seu potencial, a inquietação causada pela conscientização dos privilégios da branquitude e pela consequente necessidade de se responsabilizar refletir sobre como é possível colaborar como aliada em processos antirracistas e classistas.

Nas lutas feministas, concebemos que, mesmo que seja importante ter em vista um horizonte social que almejamos para as relações sociais de gênero, as mulheres sempre se articulam conforme suas necessidades concretas, utilizando instrumentos sociais e materiais que dispõem. Dessa forma, a luta por uma sociedade feminista não pode transformar-se em um processo com receita, no qual existem padrões e fórmulas de referência. Azerêdo (2010) traz de Lata Mani, autora que estuda os discursos sobre *sati* na Índia, a noção de hibridismo como possibilidade de uma política coletiva que concebe a diferença e a contradição, sendo a

noção de agência e autonomia fundamentais nessa concepção, já que, comumente, somos representadas nos discursos eurocêtricos como não capazes de assumir o lugar de agenciamento e produção. A autora ressalta também a importância de democratizar o conhecimento e de buscar novas formas de expressão, sobretudo através da escrita e da arte.

Em relação às possibilidades e impasses dos feminismos na Psicologia, Boechat (2017) concebe que é possível, em momentos de atuação e intervenção política, que a Psicologia atue como aliada dos movimentos sociais. Como analogia, podemos citar, por exemplo, a epistemologia e as teorias feministas na Psicologia, que contribuem para evidenciar outras narrativas contra hegemônicas, assim como atuam incidindo novas reflexões e metodologias para as práticas feministas. Nesse sentido, consideramos estratégica a adoção da posição feminista articulada à Psicologia. No entanto, mesmo a Psicologia articulada a uma perspectiva feminista não consegue dar conta de toda a complexidade e potencialidade dos feminismos enquanto luta política.

Por aspectos já discutidos anteriormente em relação aos processos de institucionalização da Psicologia enquanto ciência, Parker (2014) considera que a mesma cumpre, desde o seu surgimento, uma função específica no capitalismo, que é a psicologização da vida cotidiana, ou ainda, o processo de ideologia no qual ocorre a individualização e responsabilização dos sujeitos por fenômenos que são de ordem intrinsecamente coletiva. Por isso, consideramos que existe uma contradição importante no terreno de articulações entre os feminismos e a Psicologia Social, pois o projeto feminista intenta romper com as estruturas sociais opressoras. Ainda, se fosse possível pensar em uma Psicologia Social que pudesse colaborar de fato nos processos de transformação social, talvez a mesma teria uma outra forma bem diferente da que conhecemos hoje. Por tais aspectos, consideramos que os diálogos feministas na Psicologia Social são necessários, mas devem ser mais uma das estratégias feministas, e não vistos como uma via direta para a transformação social.

Sobre o processo de construção da narrativa no presente trabalho a partir da história, Swain (2014) considera que denunciar ausências, assim como destacar histórias que foram apagadas, contribui para a formação de novas memórias sociais e para a constituição de sujeitos políticos dos feminismos que falem por si mesmos. Além do mais, concebemos que escrever sob a perspectiva histórica é por si só um exercício de negociação, agenciamentos e criação, e nunca uma reprodução exata dos fatos. Por isso, colocar a história em cheque e refletir sobre as alianças presentes nos discursos hegemônicos permite o agenciamento de novas vozes e

perspectivas, mesmo que esse trabalho também seja o reflexo das contradições, repetições e legitimações de alguns discursos hegemônicos, como parte do processo conflituoso de pesquisa.

Por fim, surge a pergunta de como encerrar este trabalho, que ainda está repleto de inquietações, vazios e contradições. Como dar um fechamento a esta narrativa, sem, no entanto, objetificá-la ou transformá-la em palavras e discussões que ficarão isoladas em muros e círculos acadêmicos especializados? Como encerrar algo, mesmo que parcialmente, que tanto me provocou e afetou enquanto mulher? Se o que é pessoal é político e o que é político é pessoal, pude vivenciar fortemente os efeitos deste trabalho ao longo desses dois últimos anos. Junto às outras atividades profissionais que desempenhei nesse período, com a militância ou por vivências pessoais, senti no corpo, por diversas vezes, as potências, alegrias e angústias muitas vezes teorizadas e lidas para a dissertação. Sentia-me constantemente provocada e inquieta, pois, só muito tempo depois percebi que escrever narrativas feministas e pensar sobre as mulheres era também falar um pouco de mim enquanto mulher e das mulheres ao meu redor.

Tal processo se fez especialmente de maneira reflexiva já que além de estudar a temática, fora da universidade, transito nos lugares de psicóloga e militante feminista. Além do mais o curso da pesquisa, trouxe à tona a dor envolvida na subordinação e violência na qual as mulheres sofrem cotidianamente. Por diversas vezes pensei em desistir do trabalho não só pelos desafios intelectuais, mas pelo impacto emocional que a temática provoca em mim. Gostaria de destacar, especialmente, que, no contexto de escrita do primeiro capítulo sobre as narrativas feministas na história, em Goiânia, ocorria uma série de denúncias de estupro e abusos psicológicos por parte de mulheres nas redes sociais, sendo que um dos casos constava mais de vinte acusações diferentes ao mesmo homem. Tal processo desencadeou diversos gatilhos emocionais em mim e em outras companheiras que acompanhavam de perto as denúncias e entraram em contato com experiências de violência emocional a qual nós mulheres somos submetidas ao longo da vida e vamos deixando em algum lugar esquecido da memória.

Outras experiências, grupos de estudo, conversas de corredor, atos feministas, a atuação como psicóloga e as experiências pessoais enquanto mulher acabaram se misturando às teorias e leituras realizadas para a escrita da dissertação. Com esse relato incentivado por meu orientador, pretendo dizer que o percurso de pesquisa não tem suas respostas prontas e se enunciar em favor da emancipação humana exige de nós mais do que somente olhos e mentes atentas, mas também corações e corpos dispostos a se afetarem e se mobilizarem contra as desigualdades sociais. Penso que esse trabalho não se encerra aqui. Uma etapa chega ao fim, mas sua abertura permitirá outros agenciamentos e novas inquietações que ainda irei descobrir.

Referências

- Alves, C. P. & Crochík, J. L. (2016). Notas sobre um recomeço: revista *Psicologia & Sociedade* (1996 – 2001). *Psicologia & Sociedade*, 28(3), 616-621. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/1807-03102016v28n3p616>
- Amâncio, L. (1992). As Assimetrias nas representações do gênero. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 34, 9-22.
- Amâncio, L. (1998). Masculino e feminino: a construção social da diferença. 2a ed. Porto: Ed. Afrontamento.
- Amâncio, L. (2001). O Gênero na psicologia: uma história de desencontros e rupturas. *Psicologia*, 15(1), 9-26.
- Azerêdo, S. (2010). Encrenca de gênero nas teorizações em psicologia. *Revista Estudos Feministas*, 18(1), 175-188. doi: <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2010000100011>
- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Portugal: Edições 70.
- Barros, J. D. (2011). A revisão bibliográfica – uma dimensão fundamental para o planejamento da pesquisa. *Instrumento: Revista de Estudo E Pesquisa Em Educação*, 13(1), 103-112. <https://instrumento.ufjf.emnuvens.com.br/revistainstrumento/article/view/1179/956>
- Beauvoir, S. (1970). O segundo sexo: fatos e mitos (4a ed., Vol 1). São Paulo, SP: Difusão Europeia do Livro.
- Beiras, A.; Nuernberg, A. H. & Adrião, K. G. (2012). Estudos de gênero na Psicologia Brasileira: perspectivas e atuações da terceira geração. *Athenea Digital*, 12(3), 203-216. Recuperado de <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4154807.pdf>
- Benevides de Barros, R.D. & Josephson, S.C. (2007). A invenção das massas: a psicologia entre o controle e a resistência. In A. M., Jacó-Vilela, A. A. L., Ferreira & F. T., Portugal (Orgs.). *História da Psicologia: rumos e percursos* (pp. 441-462). Rio de Janeiro, RJ: Nau Editora.
- Blyth, M. (2013). *Austerity: the history of a dangerous idea*. New York, NY: Oxford University Press.

- Boechat, F. M. (2017). Introdução à crítica dos “aspectos psicológicos da política”. In A. C. B., Mascarenhas, C., Antunes, M. J. D., Júnior & S. V. L, Rosa. (Orgs.), *Sociedade, subjetividade, educação e marxismo* (pp.174-205). Goiânia, GO: Espaço Acadêmico.
- Bourdieu, P. (1930/2002). *A dominação masculina* (11a ed., M. H. Kühner, Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil.
- Camino, L., & Torres, A. R. R. (2011). Origens e desenvolvimento da Psicologia Social. In L., Camino, A. R. R., Torres, M. E. O., Lima & M. E., Pereira. (Eds.), *Psicologia Social: Temas e teorias* (pp. 23-101). Brasília, DF: Technopolitik.
- Carneiro, S. (2003). Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In Ashoka Empreendimentos Sociais & Takano Cidadania (Orgs.), *Racismos contemporâneos* (49-58). Rio de Janeiro, RJ: Takano Editora.
- Chatêlet, F. (1994). *A invenção da razão, em uma história da razão: entrevistas com Émile Noël* (L. Magalhães, Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Editora.
- Chiziane, P. (2013). Eu, mulher... Por uma nova visão do mundo. *Revista Abril*, 5(10), 199-205. Recuperado de <http://www.revistaabril.uff.br/index.php/revistaabril/article/view/114>
- Collins, P. H. (1998). *Fighting Words: Black Women and the Search for Justice*. Minneapolis, MN: Univ. of Minnesota.
- Costa, A. A. A. (2005). O movimento feminista no Brasil: Dinâmicas de uma intervenção política. *Gênero*, 5(2), 9-35. doi: <https://doi.org/10.22409/rg.v5i2.380>
- Costa, C. (2013). O tráfico do gênero. *Cadernos Pagu*, (11), 127-140. Recuperado de <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634468>
- Crenshaw, K. W. (2004). A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: VV.AA. *Cruzamento: raça e gênero*. Brasília: Unifem.
- Cruz, R. N. & Stralen, C. J. (2012). A produção do conhecimento na psicologia social brasileira: um estudo descritivo a partir da revista Psicologia & Sociedade, 1986-1992. *Psicologia & Sociedade*, 24(1), 227-239. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/1807-03102016v28n3p582>

- Davis, A. (1981/2016). *Mulheres, raça e classe*. São Paulo, SP: Boitempo.
- Dias, L. (2010). Diversidade e processos de identificação: Um debate sobre relações étnico-raciais e de gênero. *Opsis*, 10(1), 55-73. doi: <https://doi.org/10.5216/o.v10i1.10004>
- Douzinas, C. (2009). *O fim dos direitos humanos* (L. Araújo, Trad.). São Leopoldo, RS: Unisinos.
- Evaristo, C. (2008). *Poemas da recordação e outros movimentos*. Belo Horizonte: Nandyala.
- Farr, R. M. (1999). *As raízes da psicologia social moderna*. Rio de Janeiro, RJ: Vozes.
- Farr, R. (2002). A individualização da psicologia social. In R. H. F. Campos & P. A. Guareschi (Eds.). *Paradigmas em psicologia social: a perspectiva latino-americana* (2a ed, pp. 11-26). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Ferreira, A. A. L. (2007). O múltiplo surgimento da Psicologia. In A. Jacó-Vilela, A. A. Ferreira & F. T. Portugal (Orgs.). *História da psicologia* (pp. 19-54). Rio de Janeiro, RJ: NAU.
- Ferreira, M. C. (2010). A Psicologia Social contemporânea: principais tendências e perspectivas nacionais e internacionais. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26, 51-64. doi: <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-37722010000500005>
- Fonseca, T. M. G. (2008). Psicologia e relações de gênero: o gênero da ciência psicológica. In A. V., Zanella (Org). *Psicologia e práticas sociais* (pp. 297-302). Rio de Janeiro, RJ: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.
- Fox Keller, E. (2006). Qual foi o impacto do feminismo na ciência?. In M. M. Lopes (Org.). *Cadernos Pagu: ciência, substantivo feminino plural*. Campinas (pp. 13-34). Campina, SP: Núcleo de Estudos de Gênero.
- Galeano, E. (2005). *O livro dos abraços*. São Paulo, SP: L&PM Pocket.
- Galinkin, A. L.; Ismael, E. (2011). Gênero. In: A. R. R. Torres (Org.). *Psicologia Social: Temas e Teorias* (503-557). Brasília: Technopolitik.

- Gindri, E. T. (2015). Ciberfeminismo e direito penal: possíveis horizontes para um discurso contra- hegemônico. In *Anais do Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade* (pp. 1-15). Santa Maria, RS.
- Gonçalves, E. (2005). Por uma tensão criativa: fragmentos de uma discussão sobre gênero e teorias feministas. *Fragmentos de Cultura*, 15(7), 1201-1214.
- Haraway, D. (1995). Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial (M. Correa., Trad.). *Cadernos Pagu*, (5), 7-41. Recuperado de <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773/1828>
- Harding, S. (1987). *¿Existe un método feminista?* (G. E. Bernal, Trad.). Recuperado em 15 junho, 2017, de <https://investiga.uned.ac.cr/cicde/images/metodo.pdf>
- Hessen, J. (2003). *Teoria do conhecimento* (2a ed.). São Paulo, SP: Martins Fontes.
- Hirata, H., Laborie, F., Doaré, H. & Senotier, D. (2009). *Dicionário Crítico do feminismo*. São Paulo, SP: Editora UNESP.
- Hobsbawn, E. (1995). Era dos Extremos: O breve século XX 1914-1991 (2ª ed., M. Santarrita, Trad.). São Paulo, SP: Companhia das Letras.
- Hüning, S. M., Medrado, B., Bernardes, A. G., Souza, L. V. & Kind, L. (2016). Psicologia & Sociedade: três décadas de produção crítica. *Psicologia & Sociedade*, 28(3), 410-411. doi: <https://dx.doi.org/10.1590/1807-03102016v28n3p410>
- Ibáñez, T. (1990). *Aproximaciones a la psicología social*. Barcelona: Espanha: Sendai.
- Jesus, J. G., & Galinkin, A. L. (2015). Gênero e psicologia social no Brasil: entre silêncio e diálogo. *Barbarói*, 43(1), 90-103. doi: <http://dx.doi.org/10.17058/barbaroi.v0i0.4482>
- Keller, E. F. (2006). Qual foi o impacto do feminismo na ciência?. *Cadernos Pagu [online]*, 27, 13-34. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332006000200003>.
- Kollontai, A. (1911/2016). As Relações entre os Sexos e a Luta de Classes. Recuperado em 27 fevereiro, 2018, de www.marxists.org/espanol/kollontai/1911/001.htm

Konder, L. (1991). *O que é dialética?* (22a ed). São Paulo, SP: Brasiliense.

Lacerda Jr., F. (2010). *Psicologia para fazer a crítica? Apologética, individualismo e marxismo em alguns projetos psi* (Tese de doutorado, Instituto de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, São Paulo). Recuperado de <http://tede.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br:8080/jspui/handle/tede/422>

Lacerda Jr., F. (2013). Capitalismo dependente e psicologia no Brasil: Das alternativas à psicologia crítica. *Teoría y Crítica de la Psicología*, 3, 216-263. Recuperado de <http://www.teocripsi.com/documents/3LACERDA.pdf>

Lacerda Jr, F. (2017). Colocando a Psicologia contra a ordem: Introdução aos escritos de Ignacio Martín-Baró. In F. Lacerda Jr. (Org.), *Crítica e libertação na psicologia: estudos psicossociais* (pp. 100-167). Petrópolis, RJ: Vozes.

Lane, S. T. M. (2002). A Psicologia Social na América Latina: por uma ética do conhecimento. In R. H. F., Campos, & P. Guareschi (Orgs.). *Paradigmas em Psicologia Social para a América Latina*. (2a ed., pp. 58-69). Petrópolis, RJ: Vozes.

Lane, S. T. M., & Bock, A. M. B. (2003). ABRAPSO – uma história da Psicologia social enquanto Práxis. In A. M. Jacó-Vilela, M. L. Rocha & D. Mancebo (Orgs.). *Psicologia Social: relatos da América Latina* (pp. 145-155). São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.

Lessa, S. (2012). *Abaixo a família monogâmica!*. São Paulo, SP: Editora Instituto Lukács.

Lima, T. C. S., & Mioto, R. C. T. (2007). Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. *Rev. Katál. Florianópolis*, 10, 37–45. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-49802007000300004>

Lins, R. N. (2013). *O livro do Amor I: Pré- história à Renascença*. Rio de Janeiro, RJ: Bestseller.

Löwy, M. (2009). *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento* (8a ed.). São Paulo, SP: Cortez.

Louro, G. L. (1997) *Gênero, sexualidade e educação- Uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ: Vozes.

- Lukács, G. (2010). *Marxismo e teoria da literatura*. (C. N. Coutinho, Trad.). São Paulo, SP: Expressão popular.
- Madureira, M. A. (2005). Elementos da filosofia de Auguste Comte. *Verinotio*, 2(3), 1-26. Recuperado de <http://studylibpt.com/doc/2955081/os-elementos-da-filosofia-de-auguste-comte>
- Martín-Baró, I. (1985/2017a). A desideologização como contribuição da psicologia social para o desenvolvimento da democracia na América Latina. In F. Lacerda Jr. (Org.). *Crítica e libertação na psicologia: estudos psicossociais* (pp. 51-62). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Martín-Baró, I. (1983/2017b). Entre o indivíduo e a sociedade. In F. Lacerda Jr. (Org.). *Crítica e libertação na psicologia: estudos psicossociais* (pp. 100-167). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Martín-Baró, I. (1987/2017c). O desafio popular à psicologia social na América Latina. In F. Lacerda Jr. (Org.). *Crítica e libertação na psicologia: estudos psicossociais* (pp. 63-88). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Martín-Baró, I. (1987/2017d). O latino indolente: caráter ideológico do fatalismo latino-americano. In F. Lacerda Jr. (Org.). *Crítica e libertação na psicologia: estudos psicossociais* (pp. 180-214). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Mészáros, I. (2006). *A teoria da alienação em Marx*. São Paulo, SP: Boitempo.
- Miguel, L. F.; Biroli, F. (2014). *Feminismo e política: uma introdução*. São Paulo, SP: Boitempo.
- Montero, M. (1996). Paradigmas, corrientes y tendencias de la psicología social finisecular. *Psicologia & Sociedade*, 8(1), 102-119. Recuperado de http://abrapso.org.br/siteprincipal/images/RevistasAntigas/P_e_S_volume_8_numero_1_1996.doc
- Montero, M. (2009). Ser, fazer e aparecer: crítica e libertação na América Latina. In R. S. L. Guzzo, & F. Lacerda Jr. (Orgs.) *Psicologia Social para a América Latina: o resgate da Psicologia da Libertação* (pp. 87-100). Campinas, SP: Editora Alínea.

- Molpeceres, M. A. (1996). El pensamiento sobre la mujer en la obra de Ignacio Martín-Baró. *ECA*, 51(557), 1-17.
- Morente, M. G. (1976). *Fundamentos de Filosofia - Lições Preliminares*. São Paulo, SP: Mestre Jou.
- Narvaz, M. & Koller, S. (2007). A marginalização dos estudos feministas e de gênero na psicologia acadêmica contemporânea. *Revista Psico*, 38(4), 216-223. Recuperado de <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/2882/2177>
- Nogueira, C. (2000). Feminismo e psicologia social: contribuições para uma perspectiva crítica. In T. M. Toldy & J. C. Cardoso (Eds.), *A igualdade entre mulheres e homens na Europa às portas do século XXI*. Porto: Portugal: Edições Universidade Fernando Pessoa.
- Nuernberg, A. H. (2005). Gênero no contexto da produção científica brasileira em psicologia. Florianópolis. 1 v. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências.
- Nye, A. (1995). *Teoria feminista e as filosofias do homem*. (N. Caixeiro, Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Rosa dos tempos.
- Olesen, V. L. (2007). Os Feminismos e a pesquisa qualitativa neste novo milênio. In N. K. Denzin & Y. Lincoln. *O Planejamento da Pesquisa Qualitativa: teorias e abordagens* (2a ed., pp. 220-246). Porto Alegre, RS: Artmed.
- Parker, I. (2014). *Revolução na Psicologia: da alienação à emancipação*. Campinas, SP: Editora Alínea.
- Pedro, J. M.. (2005). Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *História (São Paulo)*, 24(1), 77-98. doi: <https://dx.doi.org/10.1590/S0101-90742005000100004>
- Pfefferkom, R. (2014). Émile Durkheim e a unidade orgânica da sociedade conjugal. In D. C. Rycher (Org.). *O gênero nas Ciências Sociais: releituras críticas de Max Weber a Bruno Latour* (pp.41-54). São Paulo, SP: Editora Unesp.
- Pinto, C. R. J. (2003). *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo, SP: Fundação Perseu Abramo.

- Portugal, F. T. (2007). Psicologia social em George Mead, na Escola de Chicago e em Erving Goffman. In A. Jacó-Vilela, A. A. Ferreira & F. T. Portugal (Orgs.). *História da psicologia* (pp. 525-536). Rio de Janeiro, RJ: NAU.
- Portugal, F. T. (2007). Comparação e genealogia na psicologia inglesa no século XIX. In A. Jacó-Vilela, A. A. Ferreira & F. T. Portugal (Orgs.). *História da psicologia* (pp.121-138). Rio de Janeiro, RJ: NAU.
- Portugal, F. T.; Jacó-Vilela, A. M.; Monteiro, D. B. da R. (2010). Dominação, história e evolucionismo na América Latina: a perspectiva de Manoel Bomfim. *Psico*, 41(3), 325-331.
- Prehn, D. R.; Hüning, S. M. (2005). O movimento feminista e a psicologia. *Psicologia Argumento*, 23(42), 65-71. Recuperado de <http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/pa?dd1=179&dd99=view&dd98=pb>
- Rodrigues, H. B. C. (2007). “Sejamos realistas, tentemos o impossível!”: desencaminhando a psicologia através da Análise Institucional. In A. Jacó-Vilela, A. A. Ferreira & F. T. Portugal (Orgs.). *História da psicologia* (pp.609-670). Rio de Janeiro, RJ: NAU.
- Saavedra, L. & Nogueira, C. (2006). Memórias sobre o feminismo na psicologia: para a construção de memórias futuras. *Memorandum*, 11, 113-127. Recuperado de <http://www.fafich.ufmg.br/~memorandum/a11/saavedranogueira01.pdf>
- Santos, L. C., Carvalho, A. B., Amaral, J. G., Borges, L. A. & Mayorga, C. (2016). Gênero, feminismo e psicologia social no brasil: análise da revista Psicologia & Sociedade (1996-2010). *Psicologia & Sociedade*, 28(3), 589-603. doi: <https://dx.doi.org/10.1590/180703102016v28n3p589>
- Sardenberg, C. (2007). Da Crítica Feminista à Ciência a uma Ciência Feminista?. *Estudos Feministas*, 16(1), 207-228. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/ref/v16n1/a20v16n1.pdf>
- Sá-Silva, J. R.; Almeida, C. D.; Guindani, J. F. (2009). Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, 1(1), 1-15. Recuperado de <https://www.rbhcs.com/rbhcs/article/view/6/pdf>
- Schiebinger, L. (2001). *O feminismo mudou a ciência?*. Bauru, SP: EDUSC.

- Schindwein, A. F. (2012). *Dos periódicos oitocentistas ao ciberfeminismo: a circulação das reivindicações feministas no Brasil* (Tese de doutorado, Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade de Campinas, São Paulo). Recuperado de <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/270773>.
- Scott, J. W. (1994). Prefácio a gender and politics of history. *Cadernos Pagu*, 3, 11-27. Recuperado de <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1721/1705>
- Scott, J. W. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, 20(2), 71-99. Recuperado de https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAner-o-Joan%20Scott.pdf
- Siqueira, M. J. T. (2008). A(s) psicologia(s) e a categoria gênero: anotações para discussão. In A. V. Zanella, M. J. Siqueira, L. Lhullier, S. Molon. (Orgs). *Psicologia e práticas sociais* (pp. 251-259). Rio de Janeiro, RJ: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.
- Soares, J. (2007). Escola de Frankfurt: unindo materialismo e psicanálise na construção de uma psicologia social marginal. In A. Jacó-Vilela, A. Ferreira & F. Portugal (Orgs.). *História da Psicologia: rumos e percursos* (pp.563-594). Rio de Janeiro, RJ: Nau.
- Spink, M. J. & Spink, P. K. (2007). A Psicologia Social na atualidade. In A. M. Jacó-Vilela, A. A. L. Ferreira, & F. T. Portugal (Orgs.), *História da psicologia: rumos e percursos* (pp.679-702). Rio de Janeiro, RJ: Nau.
- Sternbach, N., Navarro-Aranguren, M., Chuchryk, P., & Alvarez, S. (1994). Feministas na América Latina: de Bogotá a San Bernardo. *Estudos Feministas*, 2(2), 255-295. Recuperado de <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16213>
- Swain, T. N. Por falar em liberdade... (2014). In C. Stevens, S. R. Oliveira & V. Zanello. *Estudos Feministas e de Gênero: articulações e perspectivas* (pp. 36-51). Ilha de Santa Catarina, SC: Editora Mulheres.
- Tarnas, R. (2000). *A Epopeia do Pensamento Ocidental*. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil.
- Teles, M. A. A. (1999/2017). *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo, SP: Editora Brasiliense.

TIMM, F. B., PEREIRA, O. P., GONTIJO, D. C.. Psicologia, violência contra mulheres e feminismo: em defesa de uma clínica política. Rev. psicol. polít., São Paulo , v. 11, n. 22, p. 247- 259, dez. 2011 . Disponível em .

Tonet, I. (2005). Marxismo para o século XXI. In I. Tonet. *Em defesa do futuro* (pp. 25-46). Maceió, AL: Edufal.

Wood, E. M. (2012). *Liberty and Property: a social history of western political thought from renaissance to enlightenment*. Londres: Inglaterra: Verso.